

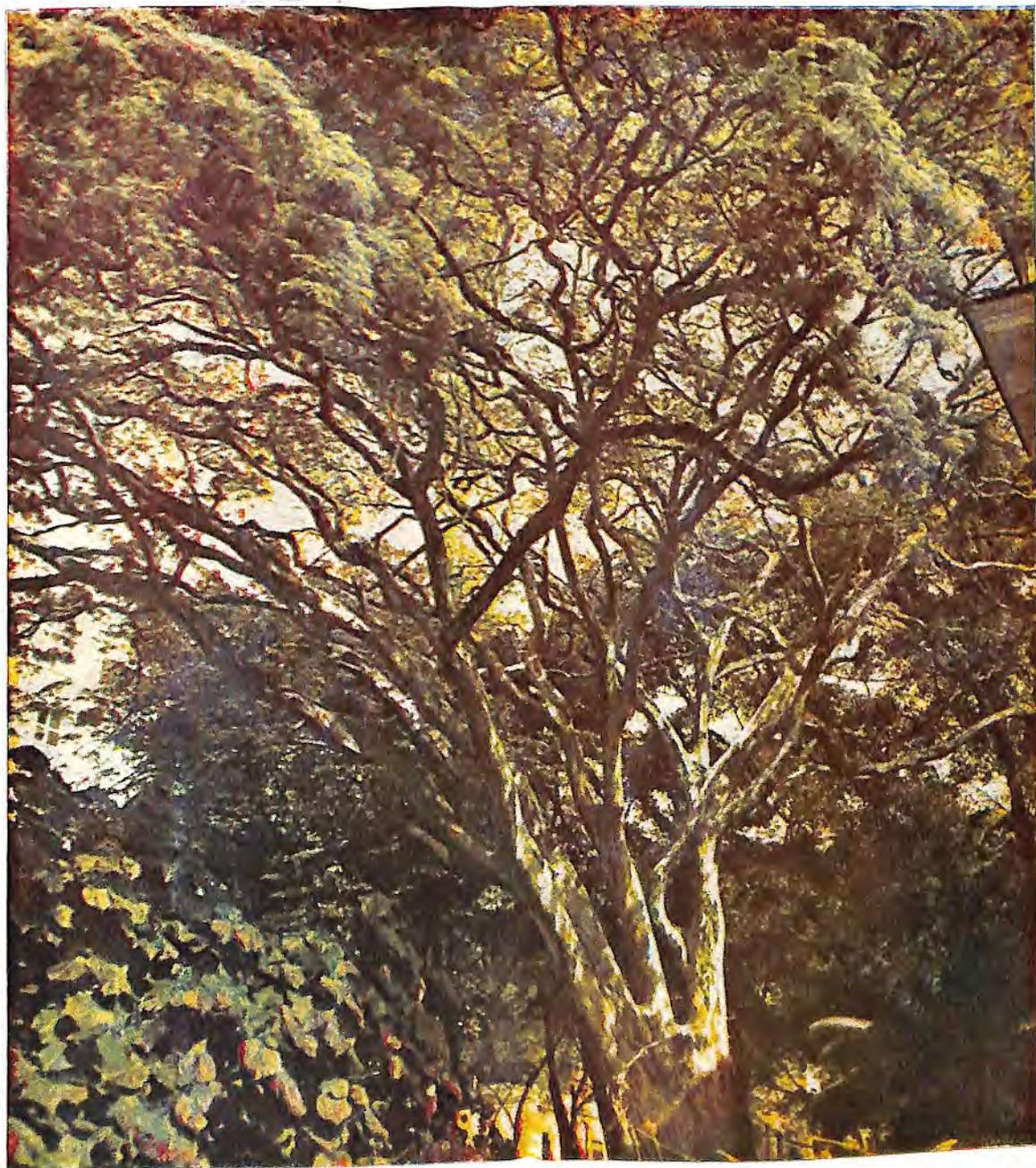
ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LXXIII

MAIO-JUNHO 1970



Este Pau Ferro está ameaçado. Salvemo-lo!

3



Uma presença familiar

Três gerações de brasileiros
vivem com a marca Nestlé.
A ela se habituaram,
como nos habituamos a tudo
o que significa presença,
convívio, lar.
Dois milhões e 500 mil crianças,
todos os anos, despertam

para ela. E dela se nutrirão,
e com ela irão crescer.
E continuarão a vê-la com olhos de
reconhecer, de amar, de sentir-se
em casa. Há símbolos
que permanecem.

PRODUTOS **NESTLÉ**

INDICE

Cursos Agrícolas	2
Reminiscências — Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura — Luiz Marques Poliano ..	5
Exportação de Carnes	6
Campanha de Conservação do Solo em Santa Catarina	7
Retorno de Dix-Huit Motiva Aplausos de Autoridades do País	8
Milho Opaco, Considerações — José Sampaio Fernandes	11
Revolução na Agricultura — Quentin M. West	12
Fundo Federal Agropecuário — Atividade em 1969	14
Mérito Agrícola — Luiz Marques Poliano	15
Agricultura na Guanabara	16
“A Lavoura” Há 70 anos	16
Conferências de Cientistas Agrícolas — Londres ..	17
Só Não se Pensa no Campo — Serzedello Machado..	21
Minas Gerais está Habilitado para Produzir Tabacos Finos — Francisco Dias Nogueira	22
A Foto Internacional	23
A Integração da Pesquisa Agronômica e do Crédito Rural no Processo de Desenvolvimento da Agricultura — Diogo Dias Paes Leme	24
Instantâneos de Gente da Roça — Acidente — D. Carminha — Ilustração de Luiz Sá	27
Climas de Minas Gerais — Adalberto Serra	29
O Cooperativismo Livre — Fábio Luz Filho	32
Notícia e Informações	33
Cultura da Beterraba — Almiro Gonçalves de Castro	38
Sociedade Nacional de Agricultura — Estatutos ..	39
Livros e Publicações	42
Legislação Agrícola	43

Nossa Capa:

Já vem de anos o empenho que a SNA vem fazendo junto aos poderes competentes do Estado, inclusive ao Governador Negrão de Lima, para que o belo espécime de “Cesalpinae ferrea” que embeleza a frente do prédio n.º 64 da Rua Marquês de Olinda, seja poupado à sanha do machado inclemente; preocupa com justa razão a todos aqueles que ainda se deixam empolgar pelas belezas naturais da Cidade a ameaça que pesa sobre o soberbo vegetal.

É que o lucro imediato que as “máquinas de morar” sucita no seio dos incorporadores e construtores venha afinal a sacrificar a árvore plantada pelo pai do grande Joaquim Nabuco, que só por isso já era motivo mais do que suficiente para que deixássemos em paz o bellissimo monumento vegetal.

(Distribuição Gratuita)

A LAVOURA

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil e órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.

ANO LXXIII

Maio — Junho — 1970

Presidente da Sociedade

LUIZ SIMÕES LOPES
Engenheiro-Agrônomo

Diretor-Responsável
e Redator-Chefe

LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico

KURT REPSOLD
Engenheiro-Agrônomo

Consultor Técnico

LUIZ GUIMARÃES JÚNIOR
Engenheiro-Agrônomo

COLABORADORES

— ADALBERTO SERRA
— ADY RAUL DA SILVA
— ENNIO LUIZ LEITÃO
— FÁBIO LUZ FILHO
— JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
— JULIO CESAR COVELLO
— OTTO FRENSEL
— MARIA DO CARMO DO AMARAL PINTO

Chefe da Publicidade

CARLOS ALBERTO SOARES

Representante em São Paulo

“REVESPE”

Representação de Revistas
Especializadas

Rua Capitão Salomão, 40
Conj. 604 — TEL. 34-8452

Redação e Administração:

AV. GENERAL JUSTO, 171
ZC-39 — GB

Telefones: 242-2981 e 242-7950

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Estado da Guanabara

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

CURSOS

O prestigioso "Diário de Notícias", na sua edição de 9 de junho, inseriu na coluna do seu editorial três tópicos sob o título acima.

Transcrevamos o primeiro: "No próximo dia 16 terão início na Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", na Penha, interessantes cursos práticos agrícolas, que serão ministrados aos sábados e domingos, e destinados a tôdas as pessoas interessadas independentemente de idade, nível cultural ou profissão.

Difunde-se, dessa maneira, o ensino agrícola, o que, na realidade, não tem acontecido como seria desejável. É que entre nós as atividades agrícolas têm-se apegado às tradições. Por isso mesmo sobressai o valor das iniciativas governamentais visando a levar ao povo o conhecimento das técnicas agrícolas. O estudo dos solos e os processos de adubação; o estudo das doenças e o combate às mesmas; o emprêgo de inseticidas e fungicidas; a técnica do reflorestamento e a da irrigação, tudo isto constitui um programa prático que todos os que exercem atividade no campo devem conhecer".

A transcrição é longa, mas tivemos de fazê-la para explicar que, no caso, não se trata de **iniciativa governamental**, mas de **iniciativa privada**, pois que tais cursos se realizam numa Escola mantida há cêrca de 70 anos pela entidade que edita esta revista: a Sociedade Nacional de Agricultura.

Êstes cursos, aliás, vêm se realizando no tradicional estabelecimento de ensino desde 1932 e eram inicialmente destinados aos lavradores da nossa zona rural. Eram em pequeno número, mas, com o correr dos anos, dado o interêsse que despertaram, ganharam grande desenvolvimento, sobretudo a partir de 1937, quando foi inaugurada a nova fase da Escola, até então funcionando, desde 1899, primeiro como Aprendizado Agrícola e depois como Hôrto Frutícola da Penha.

Para que se tenha idéia do trabalho da "Wencesláo Bello", basta que sejam citados os seguintes números: de 1961 a 1969, ali se realizaram nada menos de 457 cursos de diversos tipos, nos quais se matricularam 9.161 pessoas, entre jovens e adultos, dos quais receberam diplomas e certificados 7.478 alunos.

A Escola, que funciona em regime de internato para os cursos profissionais, é inteiramente gratuita, e seu objetivo principal é a formação de jovens, em três períodos letivos, recrutados nos Estados próximos à Guanabara, de preferência entre filhos de lavradores, na idade de 14 a 17 anos.

AGRÍCOLAS

Após cumprirem o curso básico de três meses, são matriculados no Curso de Hortelão, Floricultor e Fruticultor, num programa de ensino equivalente ao dos antigos cursos de Técnicos Agrícolas das Escolas Agro-Técnicas do Ministério da Agricultura.

Além desses cursos, a "Wencesláo Bello" proporcionou 401 Cursos Rápidos (do tipo daqueles que suscitaram o interesse do articulista do DN), 16 Cursos Especiais, 13 Cursos Avulsos e 9 Cursos de Treinamento Agrícola.

Faz menção o artigo citado à liberação, pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, de 400 mil cruzeiros para "aplicação em programas de estímulo ao desenvolvimento agrário do País, inclusive "colégios agrícolas".

As direções da Escola e da SNA muito se alegraram com a notícia, veiculada pela imprensa e pela televisão a 4 de maio, segundo a qual a "Wencesláo Bello" teria sido contemplada com apreciável auxílio, para o corrente exercício, pelo INDA.

Não pretenderíamos tanto, mas apenas um pouco mais do que nos foi concedido o ano passado por aquêlo organismo, sob a digna direção do Sr. Dix-Huit Rosado e, a êste respeito, consignamos aqui a nossa confiança em que a Escola volte a contar com o apoio do Ministério da Agricultura, através do INDA.

E êste apoio se torna tanto mais necessário quando o mesmo Ministério, que vinha ajudando o meritório trabalho da Escola por intermédio do Fundo Federal Agropecuário, suspendeu o dito auxílio, por não poder mantê-lo êste ano, apesar do evidente interesse do Govêrno na formação de técnicos agrícolas de nível médio e de pessoal capacitado para as lides agrícolas, e ainda porque o assunto foge à competência do M. A., não estando incluído na política setorial, conforme se lê na resolução do Conselho do Fundo que indeferiu o pedido da Sociedade. Talvez por haver o ensino agrícola de grau médio — pensamos nós — passado para a órbita do Ministério da Educação e Cultura, o que, diga-se, consideramos êrro gravíssimo.

Isto não impede que, daqui, manifestemos o reconhecimento da Escola e da Sociedade ao apoio financeiro que, durante alguns anos, o nosso estabelecimento de ensino — único do setor agrícola na Guanabara — recebeu do Fundo Federal Agropecuário.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

(Fundada em 16-1-1897)

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549 DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

DIRETORIA GERAL

Presidente

1.º Vice-Presidente

2.º Vice-Presidente

3.º Vice-Presidente

4.º Vice-Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

3.º Secretário

4.º Secretário

1.º Tesoureiro

2.º Tesoureiro

Secretário-Geral

— LUIZ SIMÕES LOPES
— FLÁVIO DA COSTA BRITTO
— KURT REPSOLD
— HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO
— JOÃO BATISTA LUSARDO
— FREDERICO MURTINHO BRAGA
— LUIZ GUIMARÃES JÚNIOR
— JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
— SUBAEL MAGALHAES DA SILVA
— RAFAEL XAVIER
— OTTO FRENSEL
— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
CARLOS ARTHUR REPSOLD
ENNIO LUIZ LEITÃO
JALMIREZ GUIMARÃES GOMES

JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
JÚLIO CÉSAR COVELLO
LUIZ HERMANY FILHO
MÁRIO DE OLIVEIRA
OSMAR LOPES REZENDE

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRAS

1 — ENNES DE SOUZA
2 — MOURA BRASIL
3 — CAMPOS DA PAZ
4 — BARÃO DE CAPANEMA
5 — ANTONINO FIALHO
6 — WENCESLÃO BELLO
7 — SYLVIO RANGEL
8 — PACHECO LEÃO
9 — LAURO MULLER
10 — MIGUEL CALMON
11 — LYRA CASTRO
12 — AUGUSTO RAMOS
13 — SIMÕES LOPES
14 — EDUARDO COTRIM
15 — PEDRO OZÓRIO
16 — TRAJANO DE MEDEIROS
17 — PAULINO CAVALCANTI
18 — FERNANDO COSTA
19 — SÉRGIO DE CARVALHO
20 — GUSTAVO DUTRA
21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE
22 — IGNÁCIO TOSTA
23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO
24 — JOSÉ BONIFÁCIO
25 — LUIZ DE QUEIROZ
26 — CARLOS MOREIRA
27 — ALBERTO SAMPAIO
28 — NAVARRO DE ANDRADE
29 — ALBERTO TORRES
30 — SÁ FORTES
31 — TEODORO PECKOLT
32 — RICARDO DE CARVALHO
33 — BARBOSA RODRIGUES
34 — GONZAGA DE CAMPOS
35 — AMÉRICO BRAGA
36 — EPAMINONDAS DE SOUZA
37 — MELLO LEITÃO
38 — ARISTIDES CAIRE
39 — VITAL BRASIL
40 — GETÚLIO VARGAS

OCUPANTES

— Rafael da Silva Xavier
— Alberto Ravache
— Geraldo Goulart da Silveira
— Kurt Repsold
— Luiz Marques Poliano
— Armênio da Rocha Miranda
— Ennio Luiz Leitão
— Frederico Murtinho Braga
— Heitor Grillo
— Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
— Edgard Teixeira Leite
— Luiz Simões Lopes
— Jayme Bernardes Cotrim
— Paulo Simões Lopes
— Luiz Hermann Filho
— Luiz Guimarães Júnior
— Iris Meinberg
— Júlio César Covello
— Oswaldo Balarin
— José Augusto Bezerra de Medeiros
— Fábio Luz Filho
— Mário Penteado de Faria e Silva
— Honório Monteiro Filho
— Rômulo Cavina
— Otto Frensel
— Oswaldo Lazzarini Peckolt
— Rômulo Joviano
— José Sampaio Fernandes
— Sylvio Fróes Abreu
— João Carlos Bello Lisboa
— Milton Freitas de Souza
— Flávio da Costa Britto
— João Batista Lusardo

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Alberto Ravache; Suplente Luiz Marques Poliano; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Comércio e Produção Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acórdos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Luiz Marques Poliano; Suplente, Ben-Hur Raposo; Conselho Juvenal da Silva Azevedo; Conselho Federal Consultivo da Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.



SOCIEDADE BRASILEIRA PARA ANIMAÇÃO DA AGRICULTURA

(Representação do R. G. Sul — I)

Em cinco artigos seguidos (set./dez. 1966 a jan./maio 1967) tratamos desta original e interessante instituição, fundada em Paris para fomentar a atividade rural brasileira. Fizemos um resumo da sua atividade desde 1895 a 1926, quando foi extinta, dando lugar a uma outra sociedade com finalidade diversa. Mas o seu arquivo foi em parte preservado e o Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, quando de uma de suas idas à Europa, graças ao empenho da nossa representação diplomática em Paris, trouxe-o para o Brasil, estando hoje sob a guarda da Sociedade Nacional de Agricultura.

De posse da documentação recebida, pudemos reconstituir, embora ligeiramente, a proveitosa existência da Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura.

A vista daqueles elementos, verificamos que a entidade sediada em Paris se projetava no Brasil através os seus "correspondentes", escolhidos entre brasileiros aqui residentes.

Devemos ainda ao Dr. Luiz Simões Lopes uma coleção de documentos relativos à representação da Sociedade no Rio Grande do Sul, a cargo do Dr. Bruno Gonçalves Chaves, de Pelotas.

Entre 1916 e 1922, constavam do registro de associados naquele Estado 129 sócios fundadores e 36 contribuintes, espalhados pela totalidade dos seus Municípios.

Entre eles figuravam algumas entidades, como a Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre, a Associação Rural de Bagé, a Sociedade Agrícola e Industrial de Jaguarão, o Centro Econômico do Rio Grande do Sul, as Municipalidades de Cachoeira, Pelotas, Caxias, Garibaldi, Porto Alegre e Rio Grande, a Secretaria das Obras Públicas do Estado, as Sociedades Agrícolas e Pastorais do Rio Grande e de Uruguaiana e a União dos Criadores do Rio Grande do Sul.

As mais importantes famílias do Estado compunham a relação dos sócios fundadores e contribuintes, naquela categoria, em maior escala: Rheigantz, Faveret, Garrastazu, Lei-

vas, Tamborindegui, Assis Brasil, Osório, Simões Lopes, Kruel, Mostardeiro, Brasil Collares, Terra, Kroeft, Porciúncula, Candioto, Saint-Pastous e outras.

Jamais havíamos compulsado um único Relatório da Sociedade, mas isto nos foi possível com os valiosos documentos recebidos. O de 1900/01 é um folheto com 24 páginas, impresso in-8.º. Insere os estatutos sociais e a relação de sócios honorários, remidos e contribuintes. Da primeira categoria havia três sócios; da segunda 97 e da terceira 53, totalizando 153. É interessante notar que os três sócios honorários eram exatamente o fundador e primeiro Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Ennes de Souza; o segundo Presidente, José Cardoso de Moura Brasil e Luiz Pereira Barreto, Presidente honorário.

Pelo balanço, verifica-se a situação patrimonial da Sociedade naquele ano: 34.030,70 francos, assim distribuídos:

8 obrigações da Western of Lines	15.904,50
24 obrigações da Chemins de Fer Brésiliens	8.783,50
16 obrigações da Chemins de Fer Brésiliens	6.342,70
6 títulos do Founding Loan	3.000,00

O correspondente no Rio Grande do Sul cuidava, como uma de suas principais atribuições, da cobrança das cotas dos sócios ali residentes, e o tesoureiro, o Dr. E. Ferreira Cardoso, não descuidava do seu propósito de chamar o sócio àquela obrigação, enviando de Paris os recibos competentes e cuidando de cada caso em particular, como o que abaixo transcrevemos:

"Este sócio freqüenta, ou freqüentou, a Escola Agrônômica de Porto Alegre. Acha-se devedor, além do recibo incluso, dos 4 seguintes: n.ºs 1331 — 1778 — 2186 — 2559. Se ele estiver disposto a dar-nos o seu apoio e não puder pagar, de uma só vez, os 5 recibos em débito, poderá satisfazer, agora, as 3 primei-

EXPORTAÇÃO DE CARNES

Reunião em Pôrto Alegre (ALALC)

O Comitê de Exportação de Carnes, Setor Empresarial Brasileiro, organização integrante do Grupo Misto Assessor de Carnes dos Países Membros da ALALC, com sede na Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, cumprindo a cõrdo estabelecido no transcurso do 2.º encontro do Grupo Misto na sede da ALALC, em Montevideu, no mês de outubro de 1969, fará realizar nos dias 26, 27 e 28 do mês de agosto próximo a 3.ª Reunião do Grupo Misto Assessor de Carnes dos Países Membros da ALALC.

A Secretaria da 3.ª Reunião, além do Comitê de Exportação de Carnes, Setor Empresarial Brasileiro, terá também os auspícios da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul — FARSUL — e da Confederação Nacional da Agricultura — CNA.

São atribuições do grupo reunir periodicamente a todos os setores econômicos da ALALC, públicos ou priva-

dos, vinculados à produção, industrialização, exportação, importação e distribuição de carnes, a fim de discutir problemas comuns, buscar a forma de integrar e complementar o setor dentro da ALALC, estudar a adoção de normas sanitárias uniformes, unificar as políticas comerciais frente a terceiros países e tratar de qualquer outro tema que se considere de importância, relacionado com os produtos cárneos.

Patrocinarão a 3.ª Reunião do Grupo Misto, em Pôrto Alegre, as seguintes entidades: ARGENTINA: Sociedade Rural Argentina, Junta Nacional de Carnes, Corporación Argentina de Productores de Carnes — CAP, Instituto Argentino de la Industria Exportadora de Carnes, Cámaras de Frigoríficos Regionales, Industria de la Alimentación. BRASIL: Confederação Nacional da Agricultura, Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul — FARSUL, Federação da Agricultura do

Estado de São Paulo — FAESP, Sindicato da Indústria do Frio no Estado de São Paulo, Clube dos Industriais da Carne do Rio Grande do Sul, Sindicato da Indústria de Produtos Suínos no Estado do Rio Grande do Sul. COLÔMBIA: Federación Colombiana de Ganaderos, Fondo de Promoción de Exportaciones, Banco de la República. CHILE: Sociedad Nacional de Agricultura, Ministerio de Economía, Dirección de Industria y Comercio. PARAGUAI: Asociación Rural del Paraguay. URUGUAI: Federación Rural, Asociación Rural del Uruguay, Ministerio de Ganadería y Agricultura, Ministerio de Industria y Comercio, Directoría de Comercio Exterior, Instituto Nacional de Carnes — INAC, Cámara de la Industria Frigorífica, Oficina de Planeamiento y Presupuesto, Frigorífico Nacional, Establecimientos Frigoríficos del Cerro S. A., Frigorífico Carrasco. VENEZUELA: Ministerio de Agricultura y Cria.

ras cotizações, e mais tarde as 2 restantes. Do contrário, ver-nos-emos obrigados a eliminar o seu nome das nossas listas, visto o atraso em que se acha para com a Sociedade”.

Omitimos o nome do sócio cobrado, por muito conhecido, o qual ou pagava ou seria eliminado.

Numa das Assembléias Gerais, o mesmo tesoureiro, visando a aumentar o quadro social e, pois, a renda da Sociedade, obteve aprovação para a sua proposta de premiar o sócio que angariasse dez adesões de “Fundadores” com um casal de ovinos ou suínos, e de um terno de galináceos de sua preferência àquele que obtivesse outras tantas adesões de sócios contribuintes.

O clichê representa o símbolo da Sociedade, que colhemos num papel de carta, impresso em prêto, em alto relevo.

Deixemos registrado o Conselho Diretor de 1900/01: Presidente, Dr. J. F. de Assis Brasil; Vice-Presidentes, Dr. Gabriel de Toledo Piza, Olinto Magalhães, Luiz J. Fernandes, Virgílio Ottoni e o Barão do Rio Branco; Tesoureiro, E. Ferreira Cardoso; Secretário-Geral, Raimundo de Castro Maia, e 2.º Secretário, Otávio da Silva Prates.

Voltaremos à SBAA (*) no próximo número.

(*) Nos papéis e documentos dos últimos anos, a Sociedade suprimiu do título a palavra “Criação”.

Campanha de Conservação do Solo em Santa Catarina

O Eng.^o Agr.^o Luiz Antônio Cunha Viana, do Comitê Central da Campanha de Conservação do Solo do Estado, dirigiu à redação de A LAVOURA circular na qual dá os elementos do trabalho que aquêle grupo pretende executar.

Como se trata de matéria da mais alta relevância, e como demonstração do apoio que nos é solicitado, aqui transcrevemos aquela circular:

“O Oeste Catarinense e o Vale do Rio do Peixe representam as mais importantes regiões agrícolas do Estado.

Cerca de 420 mil hectares da área cultivada de Santa Catarina, totalizando quase 50% da área total, encontram-se naquelas duas regiões.

Levantamentos conservacionistas realizados no Vale do Rio do Peixe mostraram que, em média, apenas 25% da área das propriedades levantadas apresentava condições técnicas para implantação de culturas anuais. A área restante, isto é, 75%, devido às condições limitantes que possui para cultivos anuais (inclinação muito acentuada ou excesso de pedras), só deveria ser utilizada para pastagens, fruticultura e reflorestamento.

Entretanto, áreas como estas são hoje usadas para o plantio do milho, trigo, mandioca, soja, etc...

O problema se torna mais sério ainda, pois é justamente nessas duas regiões que se dão as maiores precipitações pluviométricas do Estado. Quando aliamos condições de topografia, chuvas e os escassos conhecimentos tecnológicos dos agricultores sobre práticas conservacionistas, facilmente podemos avaliar o alto grau de erosão a que estão submetidas.

Tal situação conduz ao progressivo empobrecimento das terras, comprometendo o futuro da agricultura naquelas regiões.

No intuito de diminuir os efeitos da erosão e criar uma mentalidade conservacionista entre os agricultores, será lançada este ano uma “Campanha de Conservação do Solo”, que atingirá 45 municípios do Oeste e o Vale do Rio Peixe.

A Campanha é parte do programa quinquenal estabelecido em 1965 pelo Ministério da Agricultura, Secretaria da Agricultura e Acaresc. para desenvolvimento do trabalho conservacionista no Estado.

O movimento, em fase preparatória desde janeiro do corrente ano, vem recebendo apoio irrestrito das Prefeituras Municipais, Secretaria dos Negócios do Oeste, Sindicatos Rurais, Cooperativas, Comércio e Indústria.

Os trabalhos da Campanha serão desenvolvidos des-

de dia 3 de maio, ocasião do seu lançamento oficial, na cidade de Chapecó, até a data de 31 de agosto, quando se dará seu encerramento.

Como meta da Campanha espera-se que durante 1970 os agricultores dos 45 municípios atingidos protejam 6.000 hectares de suas terras de culturas contra a erosão.

Para tanto, julgamos imprescindível o apoio de todos aquêles que, direta ou indiretamente, possam contribuir para seu êxito. Acreditamos que as manifestações de apoio à Campanha, oriundas das lideranças econômicas, políticas, religiosas, militares, contribuam como fator decisivo para criarmos uma mentalidade conservacionista naqueles que se dedicam ao amanhã da terra”.



- Plantas Cítricas de Clones Novos (Nucleares).
- Limoeiro Tahiti — (Linhagem “Pe ruano”).
- Nogueira Pecan — (A noz americana).
- Abacateiros — Coleção de 6 variedades.
- Mangueiras — Finas variedades.

Grande sortimento de outras plantas frutíferas e ornamentais

Folhetos GRATIS

DIERBERGER AGRICOLA S/A.

Fazenda Citra — Cx. Postal 48 — Limeira —

Est. de São Paulo

Retorno de Dix-Huit motiva aplausos de autoridades do país

A recondução do sr. Dix-Huit Rosado Maia à presidência do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário vem motivando o pronunciamento e aplausos de autoridades federais e dos Estados, destacando-se entre êstes o do Governador Lamenha Filho, do vice-governador de Santa Catarina, Jorge Konder Bornhausen, do senador Antônio Carlos Reis, do presidente do CHESF, sr. Apolônio Sales, do presidente do CERNE, sr. Clóvis Melo, e do prefeito de Currais Novos, sr. Gilberto Lins.

DIX-HUIT É DESTAQUE NA AGRICULTURA

A Diretoria e o Conselho da Associação Brasileira de Informação Rural (ABIR) acaba de indicar o nome do sr. Dix-Huit Rosado Maia, presidente do INDA, como "Destaque da Agricultura" no setor do Desenvolvimento Rural.

Esta promoção da ABIR, que já homenageou personalidades eminentes da Agricultura em 1967/1968, prossegue agora, com o mesmo propósito de indicar ao aprêço da opinião pública seis pessoas físicas ou jurídicas, que mais se distinguiram no cenário nacional em 1969/1970 nos campos da Informação Rural, Desenvolvimento Rural, Crédito Rural, Produção Agrícola, Produção Animal e Propaganda e Promoção para o Meio Rural.

A proclamação do sr. Dix-Huit Rosado como "Destaque da Agricultura" teve lugar na Fundação Universidade de Brasília, durante uma sessão especial do I Congresso Brasileiro de Informação Rural.

INDA INCENTIVA PESCA NO MA

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário e a SAGRIMA acabam de firmar convênio pa-

ra a revenda de diversos tipos de motores marítimos às Cooperativas de Pesca do Maranhão.

A Comissão de Compras do INDA, na Guanabara, efetuará a tomada de preços para a compra dos motores, que serão financiados em condições módicas e distribuídos em São Luiz pelo Secretaria de Agricultura local.

COOPERATIVISMO

Reunindo 25 participantes de 14 Estados foi encerrada pelo presidente do INDA o I Curso Nacional de Cooperativismo, realizado em Campinas, São Paulo. Na mesma ocasião o sr. Dix-Huit Rosado Maia presidiu à instalação do Centro de Estudos e Treinamentos Cooperativista, entidade para estudos de nível superior.

ELETRIFICAÇÃO RURAL

Quarenta e dois milhões, cento e sessenta mil e duzentos e cinquenta cruzeiros foram investidos pelo INDA — Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — nos programas de eletrificação rural de ponta a ponta do território nacional.

Meta fundamental na política de desenvolvimento agrário, a eletrificação rural vem sendo substancialmente impulsionada pelo INDA que, além do PLANO

TRIEVAL já em vigor, conta com uma série de obras prontas, além de outras em fase de andamento, registrando-se 12.582 propriedades atendidas, 7.416 quilômetros de linhas e 70.628 KWA instalados, beneficiando 159.555 pessoas em 245 municípios.

INDA LIBERA NO PRIMEIRO TRIMESTRE Cr\$ 6.700 PARA DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — liberou no primeiro trimestre do ano em curso cerca de Cr\$ 6.766.386,34 em recursos, dando assim cumprimento às diretrizes do Governo Federal, dentro do programa de desenvolvimento agrário do País.

A verba foi destinada à eletrificação rural, ensino e pesquisa agrícola, abertura de poços na Região do Polígono das Sêcas, Cooperativas e Associativismo Rural, maquinaria agrícola, além de outros. No setor da eletrificação destaca-se ainda o projeto de eletrificação rural em Carnaubais e Vale do Açu, na Região Nordeste.

POÇOS TUBULARES, META DO INDA NO DESENVOLVIMENTO NORDESTINO

O presidente do INDA, sr. Dix-Huit Rosado Maia, encaminhou ao Ministro da Agricultura o ofício da Companhia Cearense de Saneamento — COCESA, sobre os resultados das obras de implantação da rede de poços tubulares de média profundidade, no Nordeste. Ressaltando que a abertura de poços é uma das promissoras metas do INDA e em consonância com os convênios e termos aditivos para ampliação das obras com a abertura de poços profundos em bacias sedimentares do Nordeste brasileiro, com resultados dos mais alentadores, como verificou pessoalmente

o próprio Ministro no Município de Mossoró — firmando-se os rumos para o desenvolvimento da referida região, com a captação de águas subterrâneas.

A COCESA, na discriminação dos trabalhos, informou os resultados dos dois convênios e do aditivo pelo qual verificou-se a abertura de 139 poços, além das instalações de 39 chafarizes, de 90 bombas de cataventos, de 10 caixas-d'água e de 3 rêdes hidráulicas

No ofício o presidente da COCESA, Tenente-Coronel José Armando Mendes Mendonça, sublinhou que as obras "proporcionaram às populações rurais os benefícios da implantação de uma rede de poços tubulares profundos, passo decisivo para a fixação do homem ao campo, emigrante, a maioria das vezes, por falta de condições mínimas de subsistência".

INDA NA EXPOSIÇÃO FEIRA DE CASTANHAL

Representando o presidente do INDA, sr. Dix-Huit Rosado Maia, o chefe do Gabinete da Presidência do órgão desenvolvimentista agrário vinculado ao Ministério da Agricultura, sr. José William Girão Frota, inaugurou com o governador do Estado do Pará, sr. Alacid Nunes, a II.^a Exposição-Feira Agropecuária de Castanhãl, naquele Estado, iniciativa do prefeito do município, sr. Pedro Coelho da Mota, que contou com o incentivo, além de outros, do delegado regional do INDA no Estado, eng.-agro. Albino Fonseca. Participaram da mostra dois mil animais das mais variadas procedências do País, como do Sul e do Nordeste brasileiro. Autoridades e personalidades federais e estaduais estiveram presentes, destacando-se ainda o cônsul do Japão, sr. Shintaro Tani, todos elogiando a qualidade



O Sr. Dix-Huit Rosado Maia, Presidente do INDA, recebe do Sr. Paulo de Oliveira Leitão a Medalha do Jubileu do BNCC.

Assistência Técnica do INDA ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo nos Estados

Têrmo de ajuste foi assinado na sede do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (Guanabara) entre os presidentes do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e do Banco (BNCC), e pelo qual os técnicos das Delegacias Regionais do órgão desenvolvimentista prestarão assistência técnica às agências do BNCC nos Estados,

em concordância com os financiamentos às cooperativas agrícolas. Durante o ato entre os dois órgãos vinculados ao Ministério da Agricultura, o presidente do Banco fez entrega ao sr. Dix-Huit Rosado da "Medalha do Jubileu do BNCC" com que foi distinguido por colaboração relevante com aquele setor creditício cooperativo.

dos animais expostos e a organização expositiva.

ACORDO INDA-SUDAM NA AMAZÔNIA

Os delegados do INDA do Pará e do Amazonas, na sede da delegacia regional do órgão desenvolvimentista agrário vinculado ao Ministério da Agricultura, em Belém, juntamente com técnicos da SUDAM, conferenciaram com o sr. José William Girão Frota, chefe do Gabinete da Presidência do INDA, ali representando o dirigente da autarquia. O assunto debatido prendeu-se aos aspectos da programação de cooperativismo na Amazônia, que é das metas prioritárias da SUDAM e INDA, sendo abordado ainda pelo sr. Girão Frota os problemas relativos à eletrificação rural na Amazônia e a revenda de materiais agropecuários. Após outros compromissos, o sr. Girão Frota viajou até Manaus, verificando as atividades do INDA no Amazonas.

PASTEURIZAÇÃO DO LEITE

O chefe do Gabinete da Presidência do INDA, na sua estada em Belém, tratou da instalação de uma usina de pasteurização do leite, que deverá funcionar, provavelmente, no Tapanã e que é de interesse da Cooperativa dos Fazendeiros.

INDA INCENTIVA ATIVIDADES RURAIS

As realizações do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário em todo o País, num intenso e extenso programa de estímulo e incentivo às atividades rurais, procuram atingir em menor prazo possível os objetivos tão ansiados.

Trabalho realizado, quase sempre, por intermédio de convênios e acordos, a atuação do INDA se assinala sobretudo nos campos da eletrificação rural, cooperativismo e associativismo, sindicalismo e extensão rurais, além de fundamentalmente ser cuidada pela autarquia o auxílio à educação agrícola.

Desde 1967 até agora, o INDA destinou e liberou Cr\$ 4.232.753,00 no programa de educandários agrícolas, desde o nível elementar ao superior, de ponta a ponta do território nacional, cabendo ao Rio Grande do Norte Cr\$ 1.637.378,00; Rio Grande do Sul, Cr\$ 804.261,00; Minas Gerais, Cr\$ 430.000,00; Ceará, Cr\$ 96.616,00; Sergipe, Cr\$ 50.000,00; Bahia, Cr\$ 90.000,00; Paraná, Cr\$ 170.000,00; Pernambuco, Cr\$ 58.998,00; Pará, Cr\$ 350.000,00; Amazonas, Cr\$ 111.300,00; Espírito Santo, Cr\$ 90.000,00; Alagoas, Cr\$ 50.000,00; Goiás Cr\$ 100.000,00; Paraíba, Cr\$ 50.000,00; Maranhão, Cr\$ 60.000,00; Mato Grosso, Cr\$ 40.000,00; Santa Catarina, Cr\$ 290.000,00 e Piauí, Cr\$ 15.000,00.

RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Recursos num total de Cr\$. 389.642,50 foram liberados pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário para aplicação no amplo programa de estímulo ao desenvolvimento agrário no País.

Distribuídos entre diversos Estados, os recursos beneficiam o Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola no Pará, Cia. de Eletrificação Rural do Nordeste, Associação Fluminense de Criadores Bovinos, Delegacia Regional do INDA no RJ (Exposições Agropecuárias), Sindicato Rural de Goianésia, Ginásio Agrícola de Ceará-Mirim (término de obras), Prefeitura Municipal de Castanhal (equipamento do colégio agrícola), Sindicato Rural de Anápolis, Sindicato Rural Ipameri, Prefeitura Municipal de Itapeitinga, Exposições Agropecuárias no Maranhão, Departamento da Produção Animal de São Paulo, Sociedade de Defesa Contra a Leprosia de Minas Gerais, Sociedade Rural da Paraíba, recursos para Campina Grande e Sociedade

Civil Escola Familiar Rural São José de Santa Catarina.

INDA LIBERA RECURSOS NO PRIMEIRO TRIMESTRE . . . MINAS: CR\$650.000

Dentro do seu programa de impulso ao desenvolvimento agrário em diversos Estados de ponta a ponta do território nacional, o INDA liberou no primeiro trimestre do ano em curso CR\$ 650.000,00 para o Estado de Minas Gerais. Os recursos destinam-se à eletrificação rural, estímulo à agropecuária, sindicalismo rural, além de outros campos da política agrária, assistidos pela autarquia.

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO NO CEARÁ CR\$726.421,05

No programa que vem sendo cumprido pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, em prol do desenvolvimento agrário no território nacional, a autarquia liberou no primeiro trimestre para o Ceará a importância de 726.421,05 cruzeiros. Tais recursos têm sua aplicação prevista nos setores do ensino agrícola, programas de eletrificação rural, agropecuária e extensão rural.

INDA LIBERA RECURSOS

Incentivando as atividades rurais em todo o País, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, prosseguindo em sua programação de estímulos ao progresso agrário, carregou durante o último mês de maio recursos que atingiram a soma de CR\$1.602.752.67.

Dando assistência aos setores da eletrificação rural, cooperativismo, associativismo e sindicalismo rurais, ensino agrícola e extensão rural, os recursos fornecidos pelo INDA beneficiaram aos Estados de norte a sul, destacando-se Ceará, Pará, Maranhão, Goiás, Amazonas e Região Amazônica, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraíba, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Sergipe e Distrito Federal.

Milho Opaco, Considerações

No número de janeiro-fevereiro de 1970 da nossa revista, há um interessante informe sobre o aumento de produção do chamado milho opaco, para cujo fim a AGROCERES se propõe a produzir e colocar à venda cerca de 100 toneladas de semente.

O informe destaca o excepcional valor nutritivo do referido milho, descoberto em 1963 na Universidade de Purdue — Indiana, USA, que verificou nesse milho a existência de aminoácidos que faltam no milho amarelo-lisina e triptofano, tão importante no desenvolvimento do organismo e na sua manutenção perfeita.

Efetivamente a proteína do milho comum, a zeína, é uma das mais pobres, nada contendo de lisina nem de triptofano, além de quantidades muito menores de outros aminoácidos essenciais, como ácido glutâmico, pouco mais da metade da quantidade existente na gliadina do trigo, embora contendo um pouco mais do que o que existe na glutenina do trigo, arginina, histidina, cistina.

É relativamente rico em tirosina, que falta em muitas proteínas.

Não vou me alongar no aspecto técnico-científico do problema, como poderia fazê-lo, em função do estudo das várias proteínas, quer dos cereais, quer das leguminosas, quer do leite, a mais adequada de todas no começo da vida animal.

Meu intuito é perguntar aos que estudam os problemas da nutrição animal propriamente dita e do animal humano, que corre mais ou menos paralelamente

te à da nutrição dos vertebrados em geral, se algo está sendo feito sob o aspecto do valor do milho opaco em relação às suas possibilidades de substituir a produção de trigo nos países de clima tropical, nos quais a cultura do trigo é difícil, pela do milho opaco.

Será necessário estudar todos os aspectos da cultura desse tipo de milho — rendimento cultural, fixidez de caracteres, adaptabilidade às várias regiões brasileiras, características de panificação só ou misturado em pequena proporção com trigo de alto poder de panificação, etc.

Mas talvez valha a pena, porque a grande desvantagem do milho comum como substituto do trigo, além da sua incapacidade panificadora, é justamente a da sua pobreza em certos elementos nutricionais, como a falta dos ácidos aminados citados e do fator antipelagroso que tornou famosa a região do seu cultivo e uso nos Estados sulinos dos Estados Unidos, onde era a base alimentar principal, como área ou região da pelagra.

Embora tenhamos outros recursos para combater a carência desses ácidos aminados que lhe faltam, recorrendo às fontes de proteína de leguminosas, de laticínios (uso generalizado do leite em pó desnatado), da albumina animal, etc., a possibilidade de produzir um cereal americano, como o milho, com qualidades que o tornem competitivo do trigo, é demasiado importante para que deixemos esse aspecto de lado para só olharmos tal milho do ponto de

vista da alimentação dos suínos, que se poderão contentar com subprodutos menos caros — farinha de amendoim, de soja, de caroço de algodão, tratadas para eliminação do gossipol, etc.

Ou será que as perspectivas do aproveitamento do milho opaco para fins humanos já foi estudada e julgada de pouco valor?



Medicação preventiva e curativa das pipocas (ou caroços) dos pintos e aves adultos

À venda

RUA DO MATOSO, 33 - RIO

Para o interior enviamos pelo reembolso postal

Revolução na Agricultura

QUENTIN M. WEST
do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.
(Especial para A Lavoura).

A revolução agrícola mundial ora em curso é uma realização tremenda. Constitui-se numa nova esperança para as nações em desenvolvimento.

Não é a solução total para o problema da fome, mas pode acrescentar substanciais aumentos nos estoques alimentícios dos países onde havia escassez de alimentos.

Deverá aliviar a premência de produzir ou importar sementes a fim de garantir quantidades suficientes de alimentos e capacitar esses países a iniciar um planejamento visando a uma alimentação de melhor qualidade, incluindo os produtos derivados da criação de gado, grãos, frutas e vegetais.

Hoje em dia, a esperança para as nações assoladas pela fome inicia-se pela crescente convicção da necessidade do progresso agrícola. Parcelas cada vez maiores de seus orçamentos nacionais estão sendo destinadas à agricultura, e mais divisas estrangeiras vêm sendo postas em disponibilidade para importação de fertilizantes.

Alguns países abandonaram sua política de alimentação a baixo custo e estão dando apoio a preços agrícolas mais elevados. Mas um fator importante na atual conjuntura são as novas variedades de trigo e arroz altamente produtivas.

Variedades anãs de trigo, desenvolvidas com o auxílio da Fundação Rockefeller no México, estão agora sendo plantadas no Sul da Ásia e Norte da África. Na Ásia oriental e meridional, a plantação dessas variedades aperfeiçoadas representa atualmente cerca de 16 por cento de todo o cultivo do trigo.

Duas novas variedades tropicais de arroz foram desenvolvidas pelo Instituto Internacional de Pesquisa de Arroz, nas Filipinas — uma experiência conjunta das fundações Ford e Rockefeller. Foram plantadas em cerca de 13 milhões de hectares, ou seja, cerca de sete por cento dos arrozais do Sudeste e Sul da Ásia, nos anos de 1968-1969.

Estas novas sementes são particularmente receptivas

à utilização maciça de fertilizantes, o que não acontece com as variedades tradicionais. Quando plantadas nas condições apropriadas, produzem o dobro ou mais do que as sementes comuns.

Vários fatores impedirão a expansão das novas variedades. São novas nas regiões onde estão sendo introduzidas e podem tornar-se suscetíveis às pragas e insetos locais. Os serviços de proteção às plantações são muito primitivos nesses lugares.

Sem grandes investimentos em sistemas de irrigação, não se conseguirá toda a produtividade dessas novas sementes. Uma vez que o novo arroz amadurece cedo, durante o final da estação das chuvas, devem ser proporcionadas facilidades de secagem.

Também a prioridade concedida à agricultura poderia diminuir na medida em que a crise alimentícia dos últimos anos minorasse. Os preços agrícolas poderiam baixar e reduzir os incentivos aos agricultores.



A irrigação é um dos aspectos revolucionários da agricultura

Se o mercado interno e os meios de distribuição não forem aperfeiçoados, a produção alimentícia aumentada não atingirá os necessitados. Ao mesmo tempo, a medida que os países comecem a produzir mais do que suas necessidades de consumo, surgirá o problema de encontrar mercados importadores a preços satisfatórios.

Por experiência própria, os Estados Unidos sabem que o caminho de desenvolvimento agrícola nem sempre é suave. Seria esperar muito que esse progresso nas nações em desenvolvimento se verificasse sem contratempos. O importante é que este desenvolvimento saiu do ponto-morto e já se encontra em movimento. Espe-

ramos que o progresso seja maior que os problemas.

É difícil determinar com alguma acuidade a atual situação alimentícia nos países em desenvolvimento e calcular sua evolução no futuro. Não existem estatísticas — quando muito, apenas alguns dados estimativos — na maioria dos países sobre os elementos básicos da população, produção e comércio. As condições atmosféricas podem ocasionar flutuações na produção agrícola de até 25 por cento e outras alterações desconhecidas.

O Departamento Norteamericano de Agricultura vem realizando pesquisas sobre o problema da alimentação mundial porque é essencial para os programas

de ajuda, comércio agrícola e produção doméstica dispor das melhores estimativas possíveis sobre o desenvolvimento nesses países.

A produção de alimentos vem aumentando numa proporção ligeiramente maior nos países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos, mas a tendência *per capita* nos países em desenvolvimento tem sido reduzida pelo alto índice de crescimento demográfico. O crescimento demográfico anual atingiu de 2,5 a três por cento em muitos dos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que a aplicação generalizada da tecnologia médica e aumento nas disponibilidades em alimentos diminuíram os índices de mortalidade.

FUNDO FEDERAL AGROPECUÁRIO

ATIVIDADES EM 1969

Compulsamos o Relatório das atividades deste importante órgão do Ministério da Agricultura, no ano findo.

Está o "Fundo" perfeitamente integrado no Programa Estratégico de Desenvolvimento e procurando dar o mais eficiente atendimento às metas setorizadas estabelecidas pelo Governo. O FFAP é considerado um órgão imprescindível no âmbito da administração do Ministério da Agricultura para dinamizá-lo.

Segundo se lê naquele documento, "para uma atuação mais intensa e profunda do FFAP, na dinamização das atividades agropecuárias, torna-se imperativo o levantamento de novas fontes de recursos, especialmente para preencher a grande lacuna deixada pela suspensão da participação percentual de 3% da renda tributária da União, em decorrência de dispositivo da Constituição de 1967.

A eleição de outras fontes financeiras — continua o Relatório — é da mais alta significação, podendo-se atentar, inclusive, para a possibilidade da vinculação ao Plano de Trabalho — Orçamento do FFAP, de recursos específicos oriundos de incentivos fiscais; de adequado percentual dos depósitos bancários que, compulsoriamente, já têm destinação para investimentos na agropecuária; de receita apurada, com a venda de sucata e material inservível de diversos órgãos do Ministério da Agricultura, com expediente já apresentado

pelo Conselho e em exame na alta esfera do Governo Federal; de ajuda financeira internacional, como co-opeção, em programas técnicos prioritários de âmbito nacional ou regional, e, finalmente, de recursos outros que puderem ser captados para projetos específicos, nos termos da Lei Delegada n.º 8, de 1962".

"Essa destinação e respectiva locação no Plano de Trabalho — Orçamento do FFAP terá de ser disciplinada, quando fôr o caso, por instrumento próprio, em que venham a ser conciliados a origem e a natureza desses recursos, de modo a não desvirtuar os objetivos e a responsabilidade da destinação originária".

Funciona o "Fundo" como um Banco de Fomento e no próprio cerne do Ministério da Agricultura a influência do FFAP se exerceu, de modo salutar, sobre todo o território nacional, onde fo-

ram executados 158 projetos altamente prioritários e aprovados pelo Conselho até 31-12-1969.

Dentre esses projetos, cumpre-nos assinalar o de n.º 72-69, executado mediante o Convênio firmado em 14 de abril de 1969 entre aquele organismo e a Sociedade Nacional de Agricultura, para o desenvolvimento dos trabalhos da Escola de de Horticulura "Wenceslão Bello".

O "Fundo" é presidido pelo próprio Ministro da Agricultura; a sua Vice-Presidência, no exercício último, coube ao Dr. Ezelino Alonso de Araújo Arteche, tendo funcionado como conselheiros os Srs. Arthur Natividade Seabra, Hermenegildo Bastos de Campos, Hosannah Campos Guimarães e Paulo de Azevedo Berutti.

Como Secretário Executivo, funcionou no mesmo período o Sr. Lingard Müller Paiva.

Produção mundial de açúcar

A produção mundial de açúcar do ano em curso deveria somar, segundo cálculos recentes, 72,4 milhões de toneladas, cifra inferior à estimada nas previsões feitas em janeiro (78,1 milhões de toneladas). Entretanto, de qualquer modo, ela é superior à do ano passado (66,3 milhões de toneladas).

Estas cifras foram retiradas dos cálculos elaborados pelo estatístico especializado F. C. Licht, segundo os quais o consumo mundial deveria em troca aumentar com respeito às previsões precedentes, totalizando 72 milhões de toneladas (contra 71,8 milhões de toneladas), previstas em janeiro, e 69,8 milhões de toneladas no ano 1968-69.

MÉRITO AGRÍCOLA

**LUIZ MARQUES
POLIANO**

(representante da
SNA no Conselho da
Medalha do Mérito
Agrícola)

Sou muito ligado a este prêmio honorífico, não só porque, em tempo, fui incumbido pela Diretoria da então Confederação Rural Brasileira (hoje CNA) de dar corpo à deliberação da Conferência Rural de Fortaleza, de 1956, quando a delegação de São Paulo propôs e foi aprovada a sua instituição, como por vir participando desde aquela época do seu Conselho, representando, primeiro, a Associação Brasileira de Imprensa e, depois, com pequeno interregno, a Sociedade Nacional de Agricultura. Com efeito, organizei o Regulamento, posteriormente oficializado pelo Decreto Federal n.º 48.577, de 22 de julho de 1960, o Regimento Interno, e idealizei e desenhei a insígnia em vigor.

De há dez anos a esta parte, sou freqüentemente solicitado a explicar a não inclusão, entre os agraciados, de tal ou qual nome, merecedor, mais do que qualquer outro, no entender de meus interlocutores, ao cobiceado prêmio. A direção da Confederação Nacional da Agricultura é também geralmente responsabilizada por essas "falhas". E, então, explico — e agora o faço por escrito e de público — que a entidade de cúpula é praticamente alheia à escolha das personalidades distinguidas com a Medalha.

E isto, porque a concessão do prêmio em absoluto não lhe cabe, mas a um colegiado do qual participa um delegado de cada uma das seguintes entidades: Confederação Nacional da Agricultura, Sociedade Nacional de Agricultura, Asso-

ciação Brasileira de Imprensa, Sociedade Brasileira de Agronomia, Associação Brasileira de Medicina Veterinária, Associação Brasileira de Química, Ministério da Agricultura e Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (em lugar do extinto Serviço Social Rural).

As indicações são feitas ao Conselho diretamente pela CNA, ou por três componentes do Conselho, ou ainda por três federações filiadas, conjuntamente.

As indicações são estudadas pelo Conselho, através de um relator designado na ocasião, o qual avalia as qualidades dos portadores dos currículos que obrigatoriamente as acompanham, emitindo parecer que nem sempre tem caráter optativo. Em qualquer caso, o

Conselho, em votação secreta, chega à deliberação final da escolha.

A Confederação, pelo seu presidente, quando não tendo sido alcançado o *quorum* previsto, pode usar o direito de voto de qualidade.

É muito fácil, como se vê, chegar-se até o Conselho da Medalha, bastando que os interessados na concessão do galardão, seja para si ou para terceiros, procurem conhecer o mecanismo da distribuição, evitando, assim, situações de constrangimento não só para a direção da entidade, como para os componentes do Conselho.

É de notar-se que nenhum diretor da Confederação ou membro do Conselho, em exercício, pode ser contemplado.

NÓVO FOCO DE "HEMILEIA VASTATRIX"

Segundo informe do IBC, foi constatado um foco de "Hemileia Vastatrix", a ferrugem que ataca as folhas do cafeeiro, no Município de Soledade de Minas, no dia 4-6-70. Técnicos da autarquia se dirigiram à região infestada a fim de pesquisarem a característica e dimensão do foco, que se localiza a oeste da faixa de segurança previamente estabelecida. A ocorrência traz alarme e preocupação na medida que evidencia a possibilidade, ainda não configurada, de que a praga esteja se alastrando em direção às regiões de cafés finos, a nordeste de São Paulo.

Com o desenvolver dos levantamentos, foram constatados focos em 107 municípios do Estado da Bahia, 33 no Espírito Santo e 50 na região leste de Minas Gerais.

AUGUSTO FAUSTO DE FARIA

Faleceu no dia 1.º de maio do corrente ano, nesta Cidade, o nosso consócio e companheiro de trabalho, Augusto Fausto de Faria.

Além de membro do corpo social desta Sociedade, onde ingressou em 23 de janeiro de 1945, exerceu desde 1.º de outubro de 1955, o cargo de Contador da entidade, no qual foi aposentado em 20 de fevereiro de 1967, continuando, apesar disto, a prestar serviços a Escola de Horticultura "Wencesláo Bello" e, mais recentemente, como Executor do Projeto 72/69, entre a SNA e o Conselho do Fundo Federal Agropecuário, visando ao desenvolvimento do ensino Técnico Profissional, ministrado naquela Escola.

Nasceu no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1897, e era filho de Domingos de Faria e Amélia Fausto de Faria.

AGRICULTURA NA GUANABARA

Calendário para março e abril

OLERÍCOLAS

Julho — Continuam os plantios de foliáceas, cenoura, nabo e rabanete e inicia-se os do pepino e do melão.

Agosto — Neste mês inicia-se o semeio em local definitivo de abóbora, maxixe, melancia, pepino e quiabo.

Semeia-se em canteiros de sementeira, beringela, jiló, pimentão, plantando-se ainda batata doce e aipim.

FRUTÍCOLAS

Julho — Continuam os trabalhos iniciados no mês anterior, poda e adubação. Inicia-se a colheita de laranjas tardias (pêra, valência e natal) e termina a colheita do caqui.

Agosto — Início da brotação e floração das árvores frutícolas, tais como: mangueiras, abacateiros, cajueiros, laranjeiras, etc. É boa época para a formação de novos pomares, como o tranplantes de mudas.

Inicia-se o plantio da melancia e melão e termina a colheita das laranjas precoces, tais como: lima, baianinha e seleta.

Observação: os calendários olerícola e frutícola foram baseados em notas do Eng.º Agrônomo Eduardo Hugo Frota.

"A LAVOURA" — HÁ 70 ANOS

Maio 1900

Contabilidade rural (III), Wencesláo Bello; *Tabela de qualidades de cana*, Alfred Wats; *Congresso de Viticultura do Uruguai*; *O trigo em Mundo Novo* (Minas), Raymundo Ribeiro da Silva; *A febre aftosa*; *As moléstias cryptogâmicas da batata inglesa*; *Crônica Agrícola*, A. J.; *Variedades*: Vinhos fabricados em Minas Gerais, Fazenda Santa Mônica (entrega pelo govêrno à SNA) etc.

Junho

A abandonada, editorial; *Cultura do algodoeiro*, G. D'Utra; *Comércio de frutas*, Sérgio de Carvalho; *Utilidade prática da aplicação do pó das estradas e ruas, como matéria restauradora e fertilizante*, Alberto Bernacchi; *Crônica Agrícola*, A. J.; *Variedades*.

CONFERÊNCIA DE CIENTISTAS AGRÍCOLAS — LONDRES

I — FOME À PORTEIRA DA FAZENDA

“Estima-se em dois terços a população mundial subnutrida. O aumento dessa população indica que o problema será pior”.

Durante a Primeira Conferência de Cientistas Agrícolas em homenagem à Memória de Sir John Hammond, o veterinário e zootecnista do século, realizada em Londres, em março deste ano, foram pronunciadas três palestras sobre o tema acima, pelos Drs. C. P. M. Meakan, chefe da assistência agrícola do Banco Mundial, Reg. Preston, nutricionista da Universidade de Aberdeen, na Escócia, e Malcolm Willis, geneticista do Milk Market Board, Inglaterra, sendo os dois últimos, atualmente, dirigentes do Instituto de Pesquisas Agrícolas de Havana, Cuba.

Iniciamos com este primeiro os resumos dessas palestras, publicadas no Farmers Weekly, de Londres, em 14 de novembro de 1969. Nos números subsequentes publicaremos os dois restantes.

O USO DA CIÊNCIA

A aplicação da ciência à produção animal, e sem dúvida à produção vegetal na maioria dos seus aspectos, tem sido até agora apenas esboçada no mundo agrícola em pequenas áreas.

Temos falhado, indubitavelmente, na aplicação da ciência no seu sentido mais amplo desse setor.

Que precisamos fazê-lo é, sem dúvida, o maior desafio que nos enfrenta. Que precisamos fazê-lo agora é uma obrigação de que não podemos escapar. Essa obrigação não é apenas dos cientistas, mas é de todo o mundo, que dela necessita urgentemente.

Não precisamos aceitar os absurdos da estatística, que afirma estarem, presentemente, dois terços da humanidade em estado de subnutrição. O que temos a encarar são as possibilidades muitos grandes de termos de alimentar mais do dobro dessa população a menos de trinta anos de agora. E que — continuada preocupação desse problema com relação às nações já bem desenvolvidas, não alimentará esse número extra de gente.

A pontencialidade total da ciência relativamente a essas necessidades não será atingida até que voltemos a nossa atenção para as ter-

ras menos desenvolvidas que tão urgentemente demandam melhor utilização.

Quais serão as restrições?

Ao se examinar as potencialidades e as restrições, é útil fazê-lo sob o ponto de vista do economista, para quem a Terra, o Capital e o Trabalho são as três fontes básicas com as quais teremos de lidar.

O USO DA TERRA

Os meus pontos de vista sobre o item Terra serão rapidamente sumariados.

Eu acredito haver no mundo mais terra sem uso do que a atualmente utilizada.

Eu acredito que nas áreas em uso a maior parte da terra é mais mal aproveitada do que bem usada.

Eu acredito que a extensão das terras não usadas e as que são pobremente utilizadas é de tal proporção que, em bases físicas, não se duvida que os recursos da Terra são adequados à provisão de alimento suficiente para os povos do mundo nos anos vindouros.

Afirmo aqui que é minha convicção de que o crescimento da população mundial não terá aceleração, mas declinará durante o século, de tal maneira que no ano 2.000 ela, provavelmente, atingirá a marca dos

seis bilhões e se estabilizará por aí.

Os dados sobre as terras que geralmente não são usadas, mas que poderiam ser aproveitadas com a tecnologia moderna, vão se acumulando. Nenhum profissional que tenha andado, cavalgado, guiado um veículo ou voado em pequenos aviões e helicópteros por sobre as terras relativamente vírgens das duas maiores bacias hidrográficas do mundo, a do Amazonas e a do Prata, por sobre as terras das costas de Queensland e Territórios do Norte e Oeste da Austrália, por sobre as savanas e jungles do continente africano, ao sul do Sahara, não pode deixar de se impressionar com a realidade e potencialidade dessas vastas áreas.

TERRAS NÃO USADAS

É termo ainda mais significativo porque, em bases ecológicas, a maioria dessas terras poderia suprir a proteína animal a baixo custo, cuja falta atual e provável é uma maior limitação à nutrição humana do que a de alimentos energéticos.

EXEMPLOS:

1) — A Colômbia tem feito apenas amostragens do uso das fontes de recursos de suas terras aproveitáveis, sendo que cerca de 70% de-

las estão até agora virtualmente intocadas. Estas incluem os 30 milhões de hectares (75 milhões de acres) de terras bem irrigadas com pastagens naturais, os Llanos, e os 50 milhões de hectares (125 milhões de acres) de florestas de fácil desmatamento do lado do Amazonas, as quais se estendem para além da Colômbia, ladeando a parte leste das encostas das cordilheiras dos Andes.

2) — No Equador, no Peru e parte do Brasil (Los Silva) essas encostas representam uma área total estimada em mais de 404 milhões de hectares (um bilhão de acres). O grosso dessa área é apropriada à produção animal, mas uma boa porção se presta à lavoura.

3) — No Brasil, na zona Centro-Oeste, milhões de hectares aguardam o uso efetivo de suas possibilidades. O julgamento do potencial da produção não é aí avaliado meramente em bases ecológicas do seu solo, contorno e clima, mas nas performances de alguns poucos desbravadores que se firmaram nessas zonas.

4) — Papua e Nova Guiné assinalam uma utilização de menos de 5% das áreas possíveis para lavoura, calculada em 4 milhões de hectares (10 milhões de acres), sem contar as áreas de pastagens naturais praticamente intocadas e quase do mesmo tamanho.

5) — Na África, ao sul do Sahara, estimam altas autoridades sobre solos no mundo que apenas 125 milhões de hectares (309 milhões de acres) estão em uso, de um potencial de 728 hectares (1.800 acres).

6) — Na América do Sul apenas 64 milhões de hectares estão em uso, de um potencial de 640 milhões de hectares (1.600 milhões de acres).

7) — As Américas do Norte e Central podem oferecer um adicional de 267 milhões de hectares (660 milhões de acres).

8) — A Ásia ainda pode contribuir com 83 milhões de hectares (207 milhões de acres).

9) — A União Soviética pode oferecer mais de 109 milhões de hectares (270 milhões de acres).

10) — A Europa ainda poderia descobrir uma contribuição de 20 milhões de hectares (50 milhões de acres).

11) — Na pecuária, a África ainda oferece esperança de uma contribuição de 125 milhões de cabeças, maior população do que a dos Estados Unidos atualmente, quando ficar livre das pragas e doenças que assolam agora muitas das suas regiões.

12) — Em Madagascar, depois de 400 anos de domínio colonial, encontra-se a mesma situação inicial de uma pecuária sem indústria moderna de criação de gado que poderia aproveitar o potencial em terras para exploração de 40 milhões de cabeças, quando agora não atinge a 10 milhões.

13) — Esses exemplos poderiam ser multiplicados muitas vezes, com o forte argumento para confirmação da tese de que há ainda no mundo mais terras não utilizadas do que as aproveitadas para a lavoura e pecuária.

14) — Charles Kellog, uma das grandes autoridades sobre solos, estima o potencial total de terras úteis do mundo em 3,1 bilhões de hectares (7,8 bilhões de acres) dos quais 1,3 bilhões de hectares (3,4 bilhões de acres) estão cultivados, sobrando ainda 1,7 bilhões de hectares (4,4 bilhões de acres) a serem aproveitados.

15) — Essas afirmativas referem-se apenas a terras cultiváveis. Em aditamento a elas existem várias áreas de pastoreio, já utilizáveis ou em potencial, esperando ser populadas pelo gado. Em verdade há muitos problemas humanos de grande magnitude que devem ser resolvidos antes delas podem ser utilizadas. O ponto principal, entretanto, é que elas existem.

Consideradas a curto prazo, a importância dessas terras ainda não aproveitadas fica diminuída ao se avaliar a proporção de terras agrícolas existentes agora e que não estão sendo bem utilizadas. A produção de alimentos nas terras ora em uso poderia ser dobrada neste século. Existe am-

pla evidência de que em muitas e extensas áreas este aumento parece ser substancialmente ainda maior.

Charles Kellog acredita que as estimativas de hoje de áreas e suas produções parecerão muito conservadoras aos cientistas de solos no ano 2.000, com a tecnologia que os fazendeiros daquela época terão ao seu dispor.

Todo profissional agrícola deveria conhecer melhor a sua terra. Na minha opinião, a Nova Zelândia é a maior exportadora de alimento animal no mundo provindo de solo inerentemente infértil. É também uma das nações mais eficientes na produção por hectare, por unidade de trabalho e por base de unidade de capital. A contribuição deste país poderia ser facilmente triplicada nos 30 próximos anos, se assim permitissemos economistas mais sensatos. Da mesma maneira, os Estados Unidos poderiam triplicar a sua produção no mesmo período de tempo.

Onde quer que eu tenha ido, os aumentos nesses níveis, e ainda mais altos, têm sido aparentemente prováveis.

O CAPITAL

Voltando agora para a fonte seguinte, o capital ou crédito, nós achamos, talvez inesperadamente, que a falta desta contribuição não é uma séria restrição.

No Banco Mundial temos nos esforçado, por muitos anos, em promover um impacto significativo na produção mundial de alimentos como elemento chave na elevação das economias das nações membros dessa instituição financeira.

Temos aprendido, na função desse Banco, que nossos esforços têm sido limitados muito mais pela insuficiência de compreensão dos muitos problemas humanos e institucionais que impedem o uso efetivo do capital, do que pela falta do seu suprimento.

SUA APLICAÇÃO

Temos nos tornado vivamente esclarecidos de que o capital, embora seja um fator vital em algumas situações e um infuso necessário

em tôdas, sômente pode ser aplicado tão depressa e tão efetivamente na medida permitida por outros elementos da estrutura agrária.

Na produção animal há também a limitação especial nascida das forças naturais limitantes das razões do crescimento básico dos rebanhos. O capital não pode ser usado mais depressa do que é permitido pelo tamanho da população animal.

Ao se assessorar a contribuição de capital no conjunto do problema, é importante encarecer que a sua provisão pode causar impactos mais profundos do que aqueles provenientes de mero financiamento a escassos infusos. Servirá de alavanca para os incentivos do fazendeiro. Usado apropriadamente pode se tornar poderosa arma no serviço de extensão. Nessas maneiras é frequentemente o catalisador que, embora visando um projeto específico, logo demonstra conseqüências mobilizantes de tôdas as forças chaves da produção. No Uruguai, o bem sucedido projeto de pecuária do Banco Mundial é um exemplo clássico.

EMPRÉSTIMO

Embora o capital não seja uma força ilimitada, no Banco Mundial nunca estivemos com falta de fundos para empréstimos.

O que nos tem faltado são projetos exequíveis. Temos sido levados a fazer esforços especiais para suprir deficiências técnicas para identificar, selecionar e prepará-los. Tais esforços devem ter continuidade de uso em uma fonte em crescimento, para se apressar a corrente de projetos capazes de ser levados para os canais de empréstimos. Estou certo de que o capital necessário aparecerá. Existem mecanismos para o seu suprimento.

PESSOAL

Chegamos agora à terceira fonte — trabalho — que prefiro denominar Pessoal. É nesta fonte que encontramos a maior parte das restrições. É nela que os cientistas se envolvem inevitavelmente.

Os que cultivam a terra devem ter vontade de produzir em níveis mais elevados. Devem ter a capacidade para fazê-lo. Os que têm a responsabilidade de provar incentivos, de mobilizar outros infusos necessários para organizar os mercados e a distribuição da produção, devem ter vontade e competência para fazer tais coisas e fazê-las bem.

Desafortunadamente, um número demasiado grande de fazendeiros não tem vontade de produzir mais do que o necessário para a sua própria subsistência. Infelizmente, um número demasiadamente grande deles não está armado de conhecimentos para trabalhar e explorar suas terras. A ausência dessa vontade é frequentemente a falta de incentivos, cuja importância não pode ser superestimada.

Nenhum fazendeiro, qualquer seja a sua raça, pode ser persuadido a produzir mais do que necessita para a sua própria família, sem incentivos que julgue valer a pena.

EDUCAÇÃO RURAL

Se os fazendeiros não têm a capacidade de saber fazer, é conseqüência de educação faltosa. Nos países em desenvolvimento onde a pressão por falta de alimento possivelmente será maior, essas deficiências nascem da falta de capacidade social e política dos seus dirigentes, que poucos têm demonstrado poder exercer ainda em menor número de países.

ALGUNS EXEMPLOS

A Argentina é um dos grandes países e dos mais favorecidos em termos de extensão e qualidade dos seus recursos naturais para a pecuária e lavoura. Entretanto, não tem mostrado significativos ganhos em produção nos últimos trinta anos.

A razão tem sido ausência de vontade de produzir em face dos desincentivos inspirados politicamente, provenientes claramente das políticas fiscais, distorção em relação a preços em ambos os sentidos, entradas e saí-

das, taxas de exportação e tudo mais que em conjunto e alternadamente tem feito em outros países os usos do trabalho do capital mais atrativos.

No Brasil, Chile, Peru, Paraguai e Uruguai, semelhantes distorções de preços, desincentivos e limites tradicionais à metodologia têm retardado a produtividade.

Recentes estudos do Banco Mundial na África, ao sul do Sahara, tem demonstrado que a falta de incentivos apropriados — em complexos muito maiores que apenas a relação entre preços — é a barreira mais séria ao uso mais eficiente da terra para a criação.

No Sudão, o fracasso dos concessionários do famoso plano de Gezeira, a maior fazenda irrigada do mundo, para a incorporação à rotina das culturas do algodão, a colheita alimentícia e culturas forrageiras, foi causado não só pela ignorância, mas também pela resistência de manejos obsoletos que controlam as margens do canal e ditam os métodos a serem usados no seu cultivo.

Na África do Norte, nos países do Mediterrâneo, os animais vivem tradicionalmente esfomeados, em números contados pelo dobro da capacidade produtiva dos indivíduos, devido à ignorância e a valores sociais que preponderam na criação de animais, como também pela ausência de promoção, por parte dos governos, para proverem serviços de mercado para a criação.

Por todo o mundo não desenvolvido, a inabilidade da autoridade e de indivíduos para movimentar os vários cálculos para a necessária produção é, indiscutivelmente, a causa maior do engarrafamentos dos planos de melhoramento.

Não podemos evitar de fazer aqui referência especial à inadequacidade das organizações do mercado internacional. Isto não impede apenas a possibilidade das nações não desenvolvidas de iniciarem a manufatura de produtos primários para o qual estão bem preparados e da qual necessitam para o ganho de divisas para a promoção do desenvolvimento

de outros setores das economias. Isso também restringe a produção total de muitas nações que ainda esperam se desenvolver.

Nos Estados Unidos, a retirada de terras que estão produzindo; na Europa Ocidental, o subsídio em larga escala, causando superprodução de produtos do leite que são estocados; os convênios internacionais do café que impedem a expansão das nações que o cultivam mais recentemente, como Papua e Guiné, que estão proibidas de entrarem no campo comercial do produto, são exemplos típicos da ban-carrota intelectual do mundo.

O DESAFIO

Seria uma asserção irreal se afirmássemos que a ciência está aparelhada ou ajustada para prestar o serviço na remoção de todas essas restrições. A qualidade do pensamento ou da ação necessária repousa a longa distância do nosso campo de atuação.

Seria, entretanto, trágico se não compreendéssemos a extensão a que podemos acelerar a política oficial e a sua ação, pela aplicação de moderna tecnologia, impelindo-as a continuadas e tremendas conseqüências, inerentes à sua aplicação.

Seria, porém, ainda mais trágico, se iludíssemos a nós mesmos supondo que, como cientistas, estaríamos em posição de oferecer essas tecnologias sem continuarmos os tremendos esforços em pesquisas.

QUE FAZER?

Aqui temos o ponto alto do desafio que nos fazem. É aqui que permanece o muito que há para ser feito. A aplicação global dos princípios da ciência animal não é praticável no presente estado de nossos conhecimentos.

Todos os que têm tentado transferir técnicas desenvolvidas nos meios ecológicos do mundo Ocidental, com os seus climas econômicos altamente sofisticados, para as terras tropicais e subtropicais com climas econômi-

cos completamente diferentes, estão plenamente convencidos da sua ignorância sobre o melhor modo de proceder. Estão eles, também, cômicos dos seus custosos e tremendos maus julgamentos e dos maus investimentos que fizeram.

Não é suficiente aceitar como generalidade a afirmativa da necessidade de muitas outras pesquisas para mitigar a situação em que nos encontramos; com isto estamos todos de acôrdo.

Muito mais importante é a qualidade da pesquisa a ser promovida para se conseguir o máximo de impactos sobre os problemas.

PESQUISAS NECESSÁRIAS

Qual a qualidade da pesquisa animal, ou melhor, das pesquisas agrícolas necessárias ao mundo de hoje?

É importante aclarar as nossas vistas nesta afirmativa chave. As minhas têm se cristalizado de algum modo nos anos mais recentes, eu as convergi principalmente no sentido de estimular maior pensamento e argumentação entre as correntes dirigentes da ciência.

TREINAMENTO LOCAL

Primeiramente e primordialmente, precisamos aumentar vastamente o suprimento de cientistas que sejam não somente competentes no trabalho, mas convencidos de que ele vale a pena ser feito.

A solução a longo termo é a aquisição de potencial humano adequado, treinado nas nações que lhes concerne.

O especialista ocidental treinado hoje não está bem aparelhado para as necessidades reclamadas. O Oeste já não treina o praticante agrícola em geral, que tenha não somente a habilidade especializada, mas, também, uma apreciação total dos negócios da agricultura.

Entretanto, mesmo um aumento vasto no suprimento de cientistas agrícolas treinados localmente não solucionará por si mesmo o problema da inadequacidade de pesquisas nas nações subnu-tridas.

A América do Sul tem tido um extenso preparo universitário por muitas gerações. Apesar disso, séria e substantiada crítica é feita às suas pesquisas agrícolas, tanto vegetal como animal, como se faz também críticas as que têm sido feitas na África e Ásia.

Na minha opinião, será necessário por um longo tempo expatriar-se do Oeste a liderança, estímulo e orientação para todas as maiores áreas em desenvolvimento. Tal participação em prazo curto é vital e em escala crescente.

Deve-se confessar que a previsão do pessoal necessário para esse fim não é muito brilhante. O clima para um trabalho científico é muito pobre desde quando a maioria das nações emergentes assumiram a própria governança. Centros promissores de pesquisas passaram ao esquecimento científico pela perda de pessoal técnico expatriado. As muitas agências nacionais e internacionais estabelecidas para suprir as falhas de liderança falharam na sua missão.

As razões dadas para esses últimos fatos são muito complexas. Surgem principalmente pela falta de coordenação de esforços nos níveis mais elevados, baseada por sua vez na ausência de concordância sobre as pesquisas a serem realizadas.

Julgamentos de prioridades na projeção têm sido pobres. Formação do clima necessário para o trabalho em termos de segurança de permanência, de oportunidades nas carreiras, a liberdade científica, são elementos-chave. Espera-se que as autoridades de responsabilidade internacional reconheçam isso logo e iniciem a coordenação de suas políticas, programas e métodos de operação em uma direção mais cheia de propósitos.

A ASSISTÊNCIA DO BANCO MUNDIAL

Poderá ser mais freqüentemente procurada, para se estabelecer uma melhor ligação entre os processos necessários. Embora falte ao Banco experiência em pesquisas e pessoal experiente, a sua ba-

gagem no campo da agricultura, na indústria e desenvolvimento de infraestruturas e relações públicas, patrimônio de julgamentos seguros e imparciais, poderiam bem prover o padrão e a estrutura necessária para impor sensatez aos agentes de serviços, cujos interesses encobertos aparentemente têm impedido até agora a conjugação de esforços.

O Banco Mundial sózinho, entre esses agentes, pode também possibilitar o financiamento necessário.

A TAREFA

É natural que se espere que eu faça um apanhado da generalidade desses assuntos, listando os mais prementes campos da pesquisa animal. Basta generalizar-se que os projetos nos quais os trabalhos têm de ser concentrados são aqueles que no mundo desenvolvido têm sido bem sucedidos, mas que envolvem técnicas que não podem ser transferidas diretamente ao mundo menos subdesenvolvido. Prioridades também devem ser dadas aos problemas que são peculiares ao ambiente fora do Oeste, os quais impõem sérias barreiras à produtividade.

No campo de pesquisas animais, os exemplos do que apontamos acima, são todas estas ocorrências de molestias tais como: pleuropneumonia — febre aftosa — febre da costa do leste da África — febre dos suínos na África — tripanossomiasis. Mas, mesmo acima de todas elas, eu colocaria a urgência no desenvolvimento do melhoramento das leguminosas, como as clássicas pesquisas de Queensland, para fortificar o valor nutritivo e produção das pastagens tropicais e subtropicais.

Identificação, seleção e multiplicação dos rebanhos de gado melhor adaptado aos rigores do desgaste climático seriam colocadas em destaque na minha lista de empreendimentos valiosos, como também seriam os elementos traçantes minerais da nutrição dos animais, na lactação e na razão do índice de crescimento em várias áreas de terras de pastoreio, cujos solos são, até agora, apenas ligeiramente compreendidos.

SÓ NÃO SE PENSA NO CAMPO

SERZEDELLO MACHADO

Leio, com tristeza, que os nossos jovens não se interessam pelo campo. Isto, em parte, se justifica, por ser escasso o mercado de trabalho na agropecuária. Basta que se diga que somente 1.500 moços se candidatarão às 520 vagas oferecidas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Enquanto isto acontecia nesse setor, cerca de 25 mil estudantes lutavam por uma matrícula na UFRJ! Alegam que essa ausência de interessados é fruto de falta de promoção em relação às coisas do campo. Mas o que sucede é que, entre nós, existe verdadeiro horror pela agricultura. E os que batalham pela nossa melhor alimentação combatem sózinhos e desamparados de tudo. Até o fertilizante é penosamente obtido, ainda que, em 1968, já atingíssemos a um total de 334.396 toneladas. Esta é a causa de nosso baixo rendimento, comparado com o de outros povos. Os Países Baixos chegaram a 920 por hectare, ao passo que nós ficamos a menos de 100. Aqui não se fazem pesquisas. Tudo gira em torno de aventuras. Nesse segredo reside o sucesso dos Estados Unidos, hoje liderando o campo das análises, já que possuem, atualmente, três vezes mais cientistas e engenheiros trabalhando em laboratórios. A prova da vantagem desses estudos está em que, conforme declara um estudo da Bayer, os insetos, as ervas daninhas e as doenças reduziram a produção

mundial do milho, que deveria ter sido de 329.500.000 toneladas, para apenas 218.600.000. O mesmo ocorreu com o algodão, que de 16.750.000 toneladas ficaram tão-só com 11.000.000! Fato desolador é o que produz o trabalhador brasileiro, comparado com os seus semelhantes no mundo civilizado. Tudo aqui segue o mesmo ritmo inferior, tanto na produção de outras culturas como na da cana de açúcar. É certo que grandes esperanças residem no trigo, com safra esperada de 900.000 toneladas, sendo a do tipo AP-15, de 1.352 quilos por hectare. Todos sabem que a humanidade consome atualmente fabulosa quantidade de proteínas. E o mar nos dá 12% de todas elas, mesmo ocupando 71% da superfície da terra. Está provado que as proteínas vegetais são 7 vezes mais pobres do que as animais. Nada disso é ignorado. Contudo, o que todos sabem é que nada é feito para o preparo do amanhã, quando precisaremos desse maravilhoso tônico do cérebro. Daí a minha mágua ao saber que as escolas agrícolas andam vazias, quando oferecem estupendas perspectivas para os nossos estudantes. O doloroso é que os jovens da Guanabara e do Estado do Rio fogem desses centros de educação. Preferem o Direito e outros já saturados, sem nenhum futuro. E povo sem comida é foco de revolta. Revolta que nós mesmos provocamos.

Minas Gerais está habilitado para produzir tabacos finos

Minas Gerais, que é, atualmente, o 4.º produtor de tabacos entre os Estados da Federação, está habilitado tecnicamente para entrar na competição da produção de fumo em folha, para diversos fins, e tem condições ecológicas que favorecem aos produtores deste Estado obterem, tranqüilamente, duas safras e até mais por ano.

Referindo-se aos microclimas das regiões fumageiras do Estado de Minas, cuja maior área representativa se localiza na Zona da Mata, observa-se o seguinte:

1) Não é área afetada por grandes secas, sendo que as estiagens não chegam a impedir a prática da cultura.

2) Atualmente, o plantio se faz no período final da estação chuvosa e o desenvolvimento da planta até a colheita se processa gradativamente na ordem crescente da maior estiagem.

3) A seca do tabaco é feita em condições naturais, sem aquecimento artificial sob ranchos cobertos com sapê ou telhas.

4) Não temos problemas de geadas, que raramente aparecem no fim da safra e com baixa intensidade.

5) Com a adoção de estufas para seca, pode, sem maior risco, fazer um plantio no início da estação chuvosa e fazer a colheita dentro da mesma, e o produto terá menos cerosidade e melhor combustão.

6) O nosso microclima de montanha, como em outros países, dá ao produto uma qualidade aromatizante extraordinária, tendo despertado o interesse do mercado estrangeiro, embora as variedades aqui cultivadas não sejam aquelas orientais. Ressalta-se que aroma e sabor se vinculam à fermentação e esta se vincula ao microclima. E observa-se que o tabaco mineiro é o mais aromático do Brasil, qualidade esta muito procurada para mistura.

7) A fertilidade do solo mineiro, com adubação tecnicamente recomendada,

**Eng. Agron.
Francisco Dias
Nogueira**

garante produção satisfatória.

E em se tratando da cultura de variedades orientais já aclimatadas, na região, pela Estação Experimental de Rio Pombo, o uso de adubo será mínimo, podendo até dispensá-lo em muitos casos, mediante uma análise do solo.

Outros aspectos que enriquecem a potencialidade de competição de Minas Gerais:

8) Só na Zona da Mata existem 11 municípios com áreas contíguas, interligados por ótimas estradas.

9) É uma região próxima dos maiores centros consumidores: Rio, Belo Horizonte, São Paulo, estando ligadas aos mesmos por asfalto.

10) A propriedade rural é caracterizada pelo minifúndio, adequada para a fumi-cultura.

11) A fumi-cultura mineira se caracteriza como uma

atividade artesanal, ocupando a mão-de-obra de pessoas de todas as idades, processando-se na estrutura e na capacidade da própria família rural.

12) A produção artesanal tem um custo inferior ao da produção empresarial, e por isso pode ter preço competitivo.

13) Os agricultores já se dispõem em aceitar recomendações e supervisões técnicas desde que existe a empresa para assisti-los e comprar deles seus produtos.

14) Minas Gerais tem, na sua principal região fumageira, que é a Zona da Mata, uma Estação Experimental em Rio Pombo que pode oferecer muitos subsídios para uma fumi-cultura mais aprimorada tanto em qualidade como em produção mais avançada.

15) Uma outra região fumageira de Minas Gerais que será importante num futuro não muito distante é o Sul de Minas, onde existem duas Estações Experimentais em Lavras e Machado, que poderão colaborar com as empresas e agricultores.

Além de Estações Experimentais, tanto a Zona da Mata como o Sul de Minas contam ainda com Escolas de Agronomia que podem preparar técnicas especializadas no assunto.

Concluimos que Minas está realmente habilitado, mas esta habilitação potencial necessita ser dinamizada por uma liderança empresarial.

A FOTO INTERNACIONAL



Estudantes de silvicultura do Instituto Agrícola e Técnico de Essex, Massachussetts, são vistos na foto acima quando experimentavam uma nova aparelhagem de aplicação de inseticida. Os alunos do referido Instituto, distante apenas 30 quilômetros da cidade de Boston, recebem instrução em todos os setores das atividades agrícolas e adquirem uma experiência básica necessária à futura absorção pelos mercados urbanos de trabalho que exijam conhecimentos dessa natureza. (Foto IPS, especial para A LAVOURA).

A INTEGRAÇÃO DA PESQUISA AGRONÔMICA E DO DESENVOLVIMENTO DA

Dentre os fatores considerados essenciais ou indispensáveis ao desenvolvimento da agricultura, destaca-se o que poderemos chamar de constantes mudanças tecnológicas. Realmente, qualquer agricultura que não utiliza cada ano novas técnicas tende para a estagnação.

A pesquisa e experimentação são, por assim dizer, as fontes por excelência de novas técnicas aplicáveis à agricultura em benefício dos seus índices de produtividade.

Não obstante, tem ocorrido no Brasil não só a estagnação, mas também a decadência de importantes setores da agricultura, sem embargo dos progressos positivos da pesquisa especificamente voltada para tais setores.

O exemplo mais atual do que vimos de afirmar talvez seja o que ocorre no momento, nas zonas circunvizinhas a Belo Horizonte, em relação à cultura do abacaxi, que até há pouco tinha considerável expressão econômica regional, mas, em virtude de problemas fitossanitários surgidos nos últimos anos, está hoje praticamente abandonada. Entretanto, há disponibilidade de indicações, sólidamente baseadas na pesquisa e na experimentação, que permitem superar os problemas fitossanitários existentes e ainda obter rendimentos muito superiores ao das lavouras existentes antes da atual decadência a que chegou a cultura do abacaxi naquela zona.

Mais expressivo, porém, inclusive por que o tempo transcorrido já permite uma visão panorâmica de suas causas, é o exemplo da derrocada da lavoura de trigo no Sul do País, no período compreendido entre 1956 e 1963.

Desde muito antes do início daquela decadência vinha a pesquisa mobilizando recursos materiais e humanos vultosos e contribuindo com considerável cabedal de conhecimentos em favor da triticultura.

Cabe, pois, perguntar por que, somente a partir de 1964, passaram aqueles conhecimentos a contribuir efetivamente para a estabilidade e o desenvolvimento das safras de trigo, elevando gradativamente a produção comercializada, de 90.000 toneladas em 1963, para 600.000 em 1968?

Não temos dúvida em afirmar que esse progresso — devido, em última análise, à aplicação de tecnologia disponível muito antes — foi desencadeado pelo crédito rural do Banco do Brasil S.A., atuando como agente catalizador das mudanças tecnológicas recomendadas pelos órgãos de pesquisa.

Senão vejamos. Em outubro de 1963, às vésperas do espetacular fracasso em que se constituiu a safra de trigo daquele ano (cerca de 280 kg/ha de rendimento médio), foi publicado, sob os auspícios do Plano de Experimentação e Fomento da Lavoura do Trigo no Estado do Rio Grande do Sul, a pedido do Banco do Brasil S.A., um pequeno trabalho intitulado "Subsídios à Estabilidade e ao Desenvolvimento da Cultura do Trigo", no qual se reuniram as indicações agrotécnicas existentes na ocasião, tais como as relativas ao zoneamento da cultura dentro do Estado, às épocas de plantio, às variedades recomendáveis e aos planos de administração rural envolvendo a rotação de culturas, etc.

No ano seguinte, de 1964, com base naqueles subsídios, estabeleceu o Banco do Bra-

sil três níveis de adiantamento de recursos para os financiamentos de custeio da lavoura de trigo no Rio Grande do Sul, distinguindo as lavouras tradicionalmente conduzidas não adubadas e as tecnicamente conduzidas, estas contempladas com crédito mais atraente.

Somente através desse estímulo foi possível levar alguns agricultores mais sensíveis a adotarem as técnicas novas (para eles). O resultado não se fez esperar, pois, no mesmo ano, com base em rigoroso controle executado pelo Banco do Brasil sobre mais de 54.000 hectares de lavouras dos três tipos acima financiados, os rendimentos obtidos foram os seguintes:

Tradicionalmente conduzidas e não adubadas: 560 kg/ha;

Tradicionalmente conduzidas e adubadas: 717 kg/ha;

Tecnicamente conduzidas, segundo as indicações coligadas no trabalho publicado em 1963: 1.072 kg/ha.

Prosseguiu o Banco do Brasil na sua política de estimular a formação de lavouras tecnicamente conduzidas, por mais algum tempo, mediante oferecimento de níveis de adiantamento mais atraente e, mais adiante, confirmados os bons resultados mesmo na ocorrência de anos de condições climáticas adversas, veio a condicionar a sua assistência financeira à observância daquelas indicações, que, só então, passaram a ser generalizadamente adotadas pelos triticultores gaúchos.

Não cremos que a nossa extensão rural — seja pelo reduzido número de agricultores que atinge, seja pela limitada faixa, geralmente a dos pequenos produtores, que abrange — pudesse substituir o crédito rural

CRÉDITO RURAL NO PROCESSO DE AGRICULTURA

Diogo Dias

Paes Leme

nessa função de implantar na grande lavoura as medidas agrotécnicas preconizadas pela pesquisa e pela experimentação.

De qualquer modo, a lição que pretendemos tirar dessa experiência não é apenas a de que o crédito se revelou um ótimo instrumento de aplicação de tecnologia nova ou de que de nada valeu o conhecimento de técnicas eficientes e econômicas antes e o crédito rural colocar-se a serviço da sua implantação.

Desejamos, indo um pouco além, enfocar alguns aspectos colaterais dessa experiência, especialmente no que tange aos benefícios indiretos que advieram para o trabalho de pesquisa e para a organização da produção, quando o crédito foi sintonizado com as diretrizes agrotécnicas emanadas das estações experimentais.

Tão logo os órgãos de pesquisa foram convocados a fazer recomendações de medidas capazes de concorrer para o aumento da produtividade da triticultura e tiveram a certeza de que tais medidas seriam impostas aos empresários, como condição para efeito da obtenção do financiamento de que careciam, várias preocupações assaltaram os pesquisadores.

A primeira foi com relação à segurança dos resultados da aplicação da tecnologia dispensável, fora do âmbito das estações experimentais. Nesse particular não se contentaram em estar seguros quanto aos efeitos das técnicas sobre o rendimento da lavoura, mas procuraram também determinar a relação entre o custo e o benefício adicionais decorrentes do seu emprêgo.

Essa cuidadosa análise da viabilidade econômica das mudanças tecnológicas consideradas, parece-nos altamente positiva e noutras circunstâncias talvez não tivesse merecido a mesma atenção.

Outra preocupação dos órgãos de pesquisa naquela oportunidade foi a de recomendar todo um conjunto completo de medidas, capazes de anular os múltiplos fatores que respondiam pela baixa produtividade e instabilidade da triticultura, sabido que pouco valeria, por exemplo, utilizar sementes de variedades mais produtivas, sem o concomitante emprêgo de níveis de adubação adequados e do melhor espaçamento.

Esse fato proporcionou ocasião de levar a efeito construtivo balanço sobre tudo o que efetivamente ainda estava obscuro em relação à tecnologia da lavoura. E, como resultado desse levantamento, surgiram objetivos e interessantes programas de trabalho de experimentação e pesquisa, visando a esclarecer definitivamente incontáveis dúvidas.

Compenetrados da importância de suas atribuições, de traçar as metas segundo as quais o crédito rural seria distribuído, sentiram os pesquisadores não só a urgência de dar respostas a todas as perguntas que ainda pairavam sobre a melhor tecnologia para a cultura, mas também a emulação necessária a que se dedicassem com ardor e sacrifício a essa tarefa, pois sabiam que esse esforço não seria vão e que as suas recomendações passariam a constituir as leis que o Banco do Brasil imporá aos produtores. Em consequência, como não po-

deria deixar de ser, verificou-se notável intensificação dos trabalhos de pesquisa e inusitado interesse dos técnicos na sua realização. A valorização do trabalho do pesquisador, assim promovida, levou os técnicos a sentirem-se orgulhosos de sua missão, prestigiados dentro e fora do seu campo de trabalho e constantemente procurados para consultas e informações.

Esse salário moral que passaram a receber constrangeu-os a extremos de dedicação, o que muito acelerou o andamento dos trabalhos.

Hoje, pesquisadores, técnicos, bancários, produtores, administradores de cooperativas, moageiros e todos direta ou indiretamente vinculados à produção e comercialização do trigo no Sul do País consideram-se unidos em torno de um só ideal, para a grandeza do qual consagram o melhor de suas atividades.

A interação do crédito com a pesquisa foi, sem dúvida, o liame que tornou possível essa unidade e harmonia de ação.

A produção de boa semente era fundamental ao soerguimento da triticultura nacional.

E constituiu, sem dúvida, problema dos mais difíceis, cuja solução não teria sido possível sem o concurso do Banco do Brasil.

À criação de novas linhagens, tinha de seguir-se necessariamente a produção da semente básica e depois a organização da complexa estrutura de multiplicação e distribuição da semente fiscalizada, garantida tanto em relação ao poder germinativo quanto à pureza física e varietal.

No processo de produção de semente básica, realizado pelas estações experimentais em cooperação com agricultores selecionados, o crédito foi de inestimável valor, tanto para o atendimento das despesas de custeio das lavouras em cooperação como, principalmente, para assegurar às estações experimentais a aquisição da produção respectiva, bem como a sua estocagem até a época de distribuição.

Para dar uma idéia do volume do crédito ao processo de comercialização da semente do trigo e da dimensão da estrutura que concorreu para organizar-se, basta informar que no corrente ano, só no Estado do Rio Grande do Sul, estão sendo preparados por cooperativas e outras entidades privadas mais de 1.200.000 sacos de semente de trigo fiscalizada, financiados na sua totalidade até a época de distribuição.

Para dar uma idéia do volume do crédito ao processo de comercialização da semente do trigo e da dimensão da estrutura que concorreu para organizar-se, basta informar que no corrente ano, só no Estado do Rio Grande do Sul, estão sendo preparados por cooperativas e outras entidades privadas mais de 1.200 sacos de semente de trigo fiscalizada, financiados na sua totalidade até a época do plantio. O valor dessa produção de semente a distribuir ultrapassa a casa dos Cr\$ 35 milhões.

Ficou evidenciado, assim, que o apoio do crédito rural às recomendações da pesquisa quanto à semente a utilizar, propiciou a organização de serviços que jamais teriam sido criados se aquelas recomendações não tivessem sido prestigiadas como condição para efeito de obtenção de financiamento.

A articulação entre a pesquisa e o crédito especializado, tendo em vista os resultados positivos da experiência levada a efeito em relação à cultura do trigo, vai sendo gradativamente estendida à lavoura da soja no Rio Grande do Sul, também com sensíveis benefícios.

Atualmente, graças a toda uma série de medidas adotadas pelas autoridades monetárias, os recursos específicos do crédito rural montam em cerca de Cr\$ 5 bilhões.

Esses recursos não podem continuar sendo aplicados, como muitas vezes ocorre, sem concorrer diretamente para o aumento dos índices de produtividade das atividades financiadas.

Para que o crédito rural seja pôsto integralmente a serviço da produtividade, é necessário, entretanto, que os órgãos de pesquisa e experimentação indiquem as mudanças tecnológicas mais adequadas a cada atividade rural.

O condicionamento da utilização do crédito à observância das indicações dos órgãos da pesquisa trará benefícios tanto para o setor da pesquisa propriamente dito como para a economia rural em geral.

Por isso a gerência de Coordenação do Crédito Rural e Industrial do Banco Central já entrou em entendimentos com o Escritório Central de Planejamento do Ministério da Agricultura, visando ao levantamento das indicações disponíveis para a obtenção dos melhores resultados de todas as atividades rurais nos diversos Estados da União.

Todos os órgãos de pesquisa, bem como a rede bancária em geral, estão convocados para, juntos, realizarem, em relação a cada uma das atividades agropecuárias, tarefa semelhante a que levou a efeito, no caso específico da triticultura, o Banco do Brasil e as estações experimentais do Sul do País.

Bem ponderada a relevância do crédito rural, como meio de aproveitamento dos resultados da pesquisa, visando a provocar no setor rural as mudanças tecnológicas de que tanto carece, tem o Banco Central emprestado a maior ênfase à conjugação da assistência técnica à financeira.

E a tal ponto que, embora incipiente, a atuação da rede bancária privada no crédito rural já vem sendo orientada em bases eminentemente técnicas.

Além de preconizar a organização das carteiras agrícolas nas entidades financiadoras em moldes que dão plena cobertura à referida conjugação, condicionando suas atividades à prévia organização ou contratação de assistência técnica, preocupa-se o Banco Central em aprimorar e motivar o pessoal daquelas entidades para as operações de crédito rural, para isso promovendo cursos de treinamento para bancários, em especial chefes de carteira, bem como seminários de Bancos e órgãos prestadores daquela assistência, em nível de diretores e dirigentes.

No decorrer de 1968, nada menos de 2.000 bancários em diferentes regiões do País receberam o referido treinamento, em cerca de 30 cursos realizados, já se podendo registrar, inclusive, em razão pura e simples da motivação, cursos análogos de iniciativa das próprias entidades financiadoras.

E, quanto aos aludidos seminários, os realizados em Nova Friburgo (RJ), congregando diretores e dirigentes de Bancos e órgãos oficiais de fomento e de assistência técnica, do Rio de Janeiro, Guanabara, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás; em Águas de São Pedro (SP), reunindo representantes dessas entidades sediadas no Estado de São Paulo; em Caxias do Sul (RS), com participantes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; e em Garanhuns (PE), congregando nove Estados, da Bahia ao Maranhão, todos com efeitos amplamente positivos na solução do problema da articulação do crédito rural com a assistência técnica, bem revelam o interesse básico do Banco Central em colocar o crédito rural a serviço do aumento da produtividade das explorações agrícolas e pecuárias no País.

(Palestra pronunciada na sede da Academia Brasileira de Ciências, por ocasião do Seminário Internacional de Administração de Pesquisa Agropecuária, realizado no Rio de Janeiro, em 24-2 a 1-3-69).

ACIDENTE —

D. Carminha

Ilustração de Luiz Sá

Eu o conheci já sessentão. Quando mudei-me para o interior a fim de desfrutar de minha aposentadoria de trinta anos de atividades escolares, impressionei-me, desde o primeiro momento que o vi, com o seu porte brioso em vivo contraste com a indisfarçável melancolia que o acompanhava. Era um sujeito alto, mais para magro, cabelos bem alourados já grisalhando, rosto pálido, fisionomia entristecida, iluminada, porém, por expressivos olhos azuis quase sempre meio cerrados devido, provavelmente, à luminosidade do lugar montanhoso.

Aos domingos quando passava para a Vila, solitário e imponente em árdega montaria, vendo-me à porteira, um leve aceno da cabeça e saldava-me cerimonioso com quase imperceptível sorriso.

Intrigava-me o ter sabido que, apesar da proverbial hospitalidade do homem do campo, não fazia visitas nem gostava de receber visitantes no vetusto casarão colonial. Trabalhava suas magníficas terras com alguns raros colonos, todos antigos, mais amigos que parceiros. Era rico, respeitado. Mas a frieza e o afastamento com que tratava os vizinhos não o tornavam uma criatura estimada.

Curiosa pesquisadora de muitos estudos, impus-me logo a tarefa de elucidar o mistério que me parecia envolvê-lo. Aos poucos indagando, jeitosamente, daqui e



dali, aproximando-me dêste ou daquele, a muito penar consegui alinhar algo do passado que me inspirara desconfiança.

Casado desde muito jovem, vivia feliz entregue aos labores da fazenda em grande progresso quando, em busca de bons ares, leite fresco e carne farta, um seu irmão, estudante boêmio da cidade, veio com êle passar uma temporada. Mimava o rapaz fazendo-lhe as vontades como se criança fôsse. Nada lhe faltava: boa comida, animal manso para passear, companhia alegre de moços e raparigas das cercanias para caçadas, bailes e serenatas.

Mas, diacho! O insensato encantara-se pela cunhada!

Ouviu-se de bôca em bôca, no tempo, que interpellando-o a sós, o irmão mais velho atirou a queima roupa, no momento exato em que a mulher entrava no salão com o filho nos braços. A bala, atingindo mortalmente um, alojara-se no coração do outro.

Correu processo, mas sem conseqüências maiores, pois a única testemunha declarou que o que tinha acontecido fôra mero acidente... A arma disparara sôzinha quando o marido a estava limpando.

Findo o depoimento, retornou à fazenda, preparou-se como para uma pequena viagem e, sem ao menos despedir-se do espôso, partiu para não mais voltar...

Necessitamos esclarecer melhor às crianças e aos jovens as razões das homenagens que tributamos às árvores. Não no sentido teórico, tão freqüentemente empregado e que, mais das vezes, não passa de simples fraseologia, porém com a didática da meiguice, com os singelos esclarecimentos que a ternura das avós sabe transmitir aos netinhos, explicando-lhes que vivemos na dependência dos frutos, fôlhas e raízes que as árvores fornecem para nossa alimentação e para o consumo dos animais que nos abastecem de carne, ovos e leite.

A roupa que vestimos e os livros que nos instruem são fabricados com matérias-primas vegetais. As árvores ainda produzem diversas resinas utilizadas nos laboratórios que as transformam em perfumes e medicamentos. Sua generosidade não tem limites. Nos seus ramos abrigam-se os passarinhos e à sua sombra refugiam-se os homens e animais torturados pelo excesso de luz e calor, durante o verão. Favorecem, indistintamente, tanto ao humilde lavrador que precisa de varas, barrotes e palha para construir sua choupana, como ao rico proprietário, que utiliza madeiras nos vigamentos, fôrro, piso, escadas, portas e assoalhos de sua casa, luxuosas residências.

Em qualquer recinto onde nos encontremos, constatamos sua valiosa utilidade na confecção de brinquedos, oratórios, mobílias, molduras, instrumentos musicais, material escolar etc.

Nos rústicos caminhos da roça e nas primitivas indústrias que fortaleceram a economia do Brasil colonial, nos arcabouços dos templos e casarões onde rezaram e vive-

AS Á R V O R E S

Prof.
Severino
Uchôa

ram nossos antepassados, verificamos a polimorfa utilização dos cedros, aroeiras, imbuías, jacarandás, sucupiras, ipês, sapucaias e paus-ferro, com que se construíam ou esculpíam pontes, moendas, pilões, fusos, cornijas, prensas, varandas e carros-de-bois, que representam imensa contribuição das árvores para o conforto de extintas gerações.

Como se não bastassem os alimentos que dão aos pobres, ainda lhes fornecem lenha para cozer e preparar seus repastos.

Quando aglomeradas em grandes áreas, formam as florestas que contribuem para a regularidade pluviométrica e para manutenção das fontes que fertilizam o solo e saciam a sede de tôdas as espécies de animais.

Sempre que fôr necessário abater uma árvore, deve-se plantar outra para substituí-la. Pois a devastação imoderada das nossas áreas florestais muito tem concorrido para a aridez de várias zonas prejudicadas pela erosão. Derrubar ou maltratar uma árvore, sem o propósito de aproveitar algo do que ela contém, é uma demonstração de maldade e irreverência para com um elemento que tanto merece nosso apreço.

As árvores são miraculosas dádivas de Deus para a subsistência de tôdas as criaturas e acompanham-nos desde o nascimento, quando repousamos num berço de madeira, até quando nos levam à sepultura num esquife de pinho ou de canela.

Parece que Cristo quis demonstrar sua gratidão às árvores, morrendo em uma Cruz de madeira que se converteu no símbolo de sua maravilhosa doutrina de fraternidade e salvação eterna.

CLIMAS DE MINAS GERAIS

(ESTUDO REALIZADO NO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS)

ADALBERTO SERRA

Manga — 14° 43'S — 43° 57'W
— 415 m. Clima Awg.

Não possuímos valores da temperatura média. Quanto às máximas, apresentam índice anual de 30° 8, oscilando 5° 5 entre os extremos de 34° 5 (outubro) e 29° 0 (julho). Mas somente nos meses que precedem as chuvas, em setembro-outubro, tornam-se mais elevadas, superando 33°, com 31° 7 em novembro. Na fase do verão temos valores pouco abaixo de 31° (dezembro a março), e durante o outono e inverno aquém de 30°, agosto já trazendo 30° 7.

As mínimas permanecem baixas, com 18° 1 de média anual, e amplitude 5° 1 entre

19° 8 (outubro ou fevereiro) e 14° 7 (julho).

Superam 19°, mantendo-se estáveis, em torno a 19° 7, de outubro a março, mas declinam em abril, para se conservarem de junho a agosto abaixo de 16°.

Será assim de 12° 6 a amplitude diária, mínima em fevereiro (10° 7), e máxima em setembro (15° 4). Conserva-se mais reduzida, pouco acima dos 11°, de novembro a janeiro, e algo abaixo, em torno a 10° 7 de fevereiro a abril. Eleva-se contudo acima de 14° de julho a outubro, com agosto e setembro ultrapassando 15°. A máxima absoluta é elevada, 39° 0 (outubro), e temperaturas superiores a 37° ocorrem des-

de agosto até março, enquanto junho e julho não apresentam registros acima de 35°.

A mínima absoluta desceu apenas a 8° 2 (julho), índice mais elevado que nas estações setentrionais, de menor latitude. No inverno ocorrem mínimas abaixo de 10° 1 mas somente acima dos 12° de novembro a março.

A amplitude absoluta chegou a 30° 8 em Manga.

São praticamente quentes todos os dias do ano (346), apenas 2-3 mais frescos ocorrendo de março a julho. Quanto às noites permanecem geralmente frescas, pois temos a reduzida contagem de 83 quentes; 10-13 cada mês de outubro a março, e apenas 1-0 na fase do inver-

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Ano
Noites quentes	10	12	12	8	3	1	0	0	3	11	13	10	83
Noites frescas	21	16	19	22	28	29	31	31	27	20	17	21	272

Ocorrem portanto 272 noites frescas, constituindo maioria em todos os meses, e a totalidade de maio a setembro.

A velocidade do vento é forte, sob média 2,7 mps, e oscila de 3,1 (outubro), a 2,2 (dezembro), permanecendo mais elevada, acima de 2,9, de abril a outubro. Apenas 5 ventanias foram registradas, em taxas de 1 por mês de setembro a novembro ou fevereiro e julho.

Sem observações da humidade, examinaremos a cobertura, de média 5,2, e extremos 6,7 (novembro) e 3,6 (agosto), com amplitude 3,1.

Os meses mais nublados, acima de 5,0, transcorrem de outubro a abril, pois de junho a setembro todos são

menos toldados, em torno de 4,0.

Os dias encobertos totalizam 84, concentrando-se no verão, sob frequências 13 em novembro e dezembro, e 9-10 de janeiro a março. O inverno apresenta taxas mensais de apenas 2-4.

Já os dias claros, no total de 67, ficam reduzidos a 1-2 em novembro-dezembro ou 35 de janeiro a abril, as taxas mensais subindo para 8-10 no período maio a setembro.

As chuvas são reduzidas, como em todo o vale, com altura normal de 990 mm, e valores mensais oscilando entre o máximo de 215 (dezembro) e mínimo 0 em junho (ou julho). Novembro e dezembro têm cada um mais

de 200 mm, e de janeiro a março os índices mensais superam 100 mm. Na fase verdadeiramente seca, de maio a agosto, todos os meses têm menos de 10 mm, com 0 em junho e julho.

Já a maior precipitação em 24 horas alcançou 278 mm (novembro), excepcional aliás, pois nos demais meses nenhum índice superou 135 mm.

Em junho e julho a maior altura registrada foi 4 mm.

Chove raramente, apenas 51 dias por ano, com 0 no inverno, e índices variáveis 7-10 de novembro a março, conforme a série:

7-8-7-4-1-0-0-1-4-9-10 = 51
Mais da metade, contudo, ou sejam, 28 dias, superam 10 mm.

Climas de Minas Gerais

Totalizam apenas 25 os dias de trovoadas, concentrados sob taxas 4-6 de novembro a janeiro, com 3 dias ainda em outubro e fevereiro. De maio a agosto não se forma o fenômeno, 1 trovoadas porém se fazendo ouvir em abril ou setembro.

Não existem nevoeiros (2 por ano, de outubro a dezembro) e é raro o orvalho — com 30 dias, distribuídos sob índices mensais 3-7 de novembro a março, e 1-2 nos meses restantes.

Manga é assim quente de dia, mas geralmente fresca à noite, com nebulosidade fraca, chuva escassa e rara, trovoadas quase inexistentes, um dia coberto em cada quatro e um claro cada seis. Vento acentuado e extremos não muito pronunciados, Clima sem dúvida suportável, salvo na primavera.

JANUARIA — 15° 30' S — 44° 21' W — 439 ms. Clima Awg.

É de 23°,9 a média anual de temperatura, os valores mensais oscilando entre 25°,7 em outubro e 21°,2 em julho, numa amplitude portanto de 4°,5. Há uma segunda ondulação fraca, de 24°,5 em janeiro a 24°,8 em março, com amplitude 0°,2.

Noites	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	ANO
Quentes	15	15	15	8	2	-	-	-	5	15	17	17	109
Frêscas	16	13	16	22	29	30	31	31	25	16	13	14	256

Os ventos prosseguem fracos, em média 1,2mbs oscilando entre 0,9 (junho) e 1,5 (outubro). Mas apenas 7 ventanias são registradas, 1 cada mês, de setembro a março.

A umidade é mais acentuada que na área setentrional, atingindo 76,8%. Oscila 8%, entre o mínimo 65,4 em setembro e o máximo 83,6 em janeiro. Torna-se mais elevada, acima dos 80%, de novembro a abril, e mais baixa, aquém de 70%, em agosto-setembro, notando-se que o período poderia incluir julho e outubro, que pouco superam tal marca.

Já a nebulosidade é bem reduzida, sob média 3,9, e oscila 4,4 entre 6,3 — novembro e 1,9 — agosto. Perma-

Setembro já é quente, (24°,9) e após o máximo citado de outubro, a temperatura permanece acentuada, em torno a 24°,7 até abril. Maio traz declínio, o período mais frêscos, abaixo de 23°, sendo maio-agosto, com junho e julho aquém de 22°.

A média das máximas alcança 30°,9. Começa a se elevar em agosto, permanecendo até novembro acima de 31°; mas devemos notar que setembro e outubro apresentam 33°,0 e 33°,0, este o mais acentuado. Durante o verão, as temperaturas à tarde se conservam, de dezembro a abril, pouco inferiores a 31°, declinando em maio (30°,1), com junho e julho abaixo de 30°, o último correspondendo ao extremo inferior, 29°,2. Será assim de 4°,0 a amplitude anual, mas há uma segunda ondulação, de dezembro (30°,3) a abril (31°,0) sob variação de 0°,7.

As mínimas apresentam média anual 18°,0, conservando-se mais elevadas de outubro a março, em torno a 19°,7, com extremo de 20°,1 — novembro. Declinam desde abril e se mantêm abaixo de 17° no período maio-agosto, com 14°,4 e 14°,1 em junho e julho, o último cor-

nece mais nublado, acima de 6,0 o conjunto novembro-dezembro com outubro, janeiro e fevereiro além de 5,0. Mais limpa, aquém de 3,0, a fase intermediária, maio a setembro.

Tem Januária raros dias encobertos (62), com taxas de 11-12 em novembro-dezembro, e acima de 6 até março. Mas de maio a agosto nota-se no máximo um dia cada mês. Já os claros são mais freqüentes, 142, com maiores contagens, 16 a 20 por mês, de maio a setembro, o mínimo 4 em novembro ou dezembro (contra 7 — 12 de janeiro a abril).

A precipitação continua inferior a 100 mm, pois totaliza 975, e com extremos 211 mm, em dezembro e 2 mm

respondendo ao extremo inferior. Resulta uma amplitude de 6°,0.

A amplitude diária, de média 12°,9, é mais fraca no verão, abaixo de 11° no período novembro a fevereiro com 10°,3 em dezembro. Eleva-se a partir de abril, superando 15° de junho a setembro, com máximo de 15°,9 em agosto, enquanto outubro traz forte declínio.

A máxima absoluta alcançou 39°,4 (outubro), os valores podendo ultrapassar 38° desde julho até dezembro, mas se mantendo abaixo de 37° em junho e maio.

Houve registro de 6°,0 para a mínima absoluta, outros inferiores a 8° ocorrendo de maio a julho, e abaixo de 9° até setembro. Mas sempre acima dos 13° de outubro a dezembro, ou de 10° entre janeiro e abril.

Resultou assim 33°,4 para amplitude absoluta.

Todos os dias são quentes em Januaria (361), mas apenas um terço das noites, mesmo no verão, de outubro a março, a respectiva freqüência se igualando à das frêscas, como vemos no quadro. De maio a setembro serão agradáveis todas as noites.

— julho. Recolhem acima de 100 mm os meses de novembro a março, e menos que 20 os de maio a setembro, com junho, julho, agosto aquém de 5 mm. Foi contado apenas de 70 mm a maior altura em 24 horas, os valores de junho e julho permanecem abaixo de 30 mm.

Dos 81 dias de chuva, 31 têm mais que 10mm. As taxas superam 10 cada mês de novembro a março, com menos de 5 na fase abril a setembro, e 1 dia apenas no inverno, conforme a série anexa:

11 - 11 - 10 - 4 - 2 - 1 1 - 3 - 8 - 14 - 15 = 81

Troveja pouco mais que em Manga, a saber, 34 dias sob taxas mensais 4-5 de outubro a março, mas apenas 0-1

de maio a setembro (0 em junho-julho).

Não há neveiros — 1 por ano, em janeiro, e o orvalho praticamente não ocorre, 5 dias no total, todos concentrados (1-2 por mês) de dezembro a março.

Janúaria é assim quente de dia, sobretudo na primavera, e geralmente fresca à noite, de abril a setembro, ou por vezes no verão, de outubro a março. Extremos não muito acentuados (39° e 6°), e umidade elevada, mas fraca nebulosidade. Chove pouco e troveja menos. Clima portanto recomendável, apesar do calor.

João Pinheiro — 17° 42' S — 46° 10' W — 800 m. Clima Awg.

Não existem dados de temperatura média nesta localidade. Os da máxima mostram índices já reduzidos, de 28°3, com amplitude 5°1 entre os extremos de 31°1 — outubro e 26°0 — julho.

As temperaturas da tarde se acentuam desde agosto, acima de 28°, chegando em setembro e outubro a 29°6 e 31°1. Mas declinam em seguida, permanecendo de novembro a abril entre 28° e 29°. O período mais fresco é o de maio a julho, pouco acima dos 26°. Nota-se uma pequena ondulação, de mínimo dezembro (28°1) e máximo março (28°7), com amplitude de 0,6.

Quanto às mínimas, de 17°5, começam a se elevar desde agosto (16°0) — atingindo 19°1 em outubro. Declinam então ficando acima dos 18° de novembro a abril, com novo máximo em março (19°1). Maio traz decréscimo (16°1), junho e julho tendo médias aquém de 15°, com 14°5 no último. Será pois de 4°6 a amplitude anual, entre 19°1 (outubro) e 14°5 (julho). Registre-se a fraca amplitude 0°8 da segunda onda, entre novembro (18°3) e março (19°1).

Quanto à amplitude diária, de média 10°8, permanece baixa, aquém dos 11° de novembro a maio, e em torno a 9°7 de dezembro a abril, com mínimo 9°6 em março. Eleva-se desde maio, per-

manecendo acima de 12° no período agosto a outubro (12°3 no período), enquanto junho e julho registram 11°5. Foi apenas de 36°0 a máxima absoluta (outubro), os valores ultrapassando 34° de agosto a abril, mas não atingindo 32° de maio a julho. Já a mínima absoluta desceu a 7°8 (junho), índices aquém de 10° tendo surgido de julho a agosto, mas sempre acima daquele nível nos meses restantes, ou de 13° durante o período de outubro a março. Foi portanto de 28°2 a amplitude absoluta.

São quentes quase todos os dias em João Pinheiro, num total de 328, apenas de maio a julho podendo se registrar mensalmente de 4 a 8 mais frescos, ou 4-5 em novembro-dezembro.

Já as noites serão todas frescas, ressaltando 31 quentes, distribuídas sob taxas mensais 3-5 de setembro a abril.

Podemos examinar agora a nebulosidade: média anual 3,8, bastante reduzida portanto e que mesmo no máximo, em dezembro, não ultrapassa 5,2, descendo durante o mínimo, junho, para 2,4, sob amplitude portanto 2,8. Mantém-se estável, acima de 4,0, no período das chuvas, outubro a abril, e abaixo de 3,0 durante a seca, junho a agosto. Há dêsse modo um número muito grande de dias claros, 158, todos os meses registrando em média 10-12, e no período de inverno 17-18 em junho, julho ou agosto, com 15 e 14 respectivamente para maio e setembro.

Em contraste, será bastante reduzido o número dos dias encobertos, apenas 69, que ocorrem sobretudo de novembro a março, com frequências mensais 11-14 (nov. dez.) e 9-8-8 (jan. a março). Verifica-se depois um declínio no outono para 3-4, durante o inverno cada mês tendo apenas 1 dia encoberto, e o outono e primavera 3-4 em média mensalmente.

A precipitação contudo será mais elevada que no S. Francisco, atingindo 1345mm. Varia entre o máximo de 312mm (dezembro) e o mínimo de 2 mm em agosto, no-

tando-se que superam 200mm os meses de novembro a fevereiro, e 100 mm o de março. Chove porém menos que 20 mm mensalmente na fase maio-setembro, e abaixo de 10 no inverno, a saber: 4-8-2, em junho-julho-agosto, sendo que outubro já registra 100 mm. Foi de 68 mm a maior precipitação recolhida em 24 horas (janeiro), com todos os meses sob máximos semelhantes, de outubro a abril. As chuvas diárias são porém inferiores a 30 mm de maio a setembro.

Analizemos agora o escasso total dos dias de chuva, somente 61 por ano, dos quais o elevado número de 49 supera 10 mm. As frequências ultrapassam 10 por mês no verão, descendo a 0-1 no inverno, como o demonstra a série anexa, de janeiro a dezembro.

11 - 9 - 7 - 4 - 1 - 0 - 1 - 0 - 5 - 9 - 13 = 61

Convirá lembrar neste ponto a velocidade do vento, um tanto elevada aliás, com média anual de 2,1, e fraca oscilação, entre 1,9 (fevereiro) e 2,3 (julho). Não houve contudo registro de ventanias.

Resta-nos citar as trovoadas muito raras (15 por ano), o que traduz a forte estabilidade do noroeste mineiro. Ocorrem apenas de outubro a abril, com taxas mensais 2-3 reduzidas a 1 no último e por fim 0 durante o longo período seco, de maio a setembro. Não há neveiros (0), sendo o orvalho também raro (13 dias por ano), sob taxa uniforme de 1 por mês de novembro a agosto, salvo em março, maio e junho, com 2. Aquela se reduz porém a zero em setembro e outubro.

João Pinheiro é assim quente durante o dia, com máximas em nível tolerável, e contudo sempre fresco à noite. Extremos da temperatura pouco pronunciados (36° e 8°) e céu limpo em geral, apresentando 158 dias claros. São bem poucos os de chuva, e raríssimas as trovoadas. Clima portanto bem recomendável.

(Continuad)

O COOPERATIVISMO LIVRE

FÁBIO LUZ FILHO

Garrido Tórres já acen-
tuou que o Estado não existe
(ou existe?!!!) para ser em-
presário, não obstante, nes-
ses países de comunismo au-
toritário, assumo êle a quin-
tessência do poder empresa-
rial e tenha atingido, como
dentre outros a Rússia, téc-
nicamente níveis excepcio-
nais.

Lavergne já disse que o
coletivismo estatal, que sa-
crifica a liberdade e a livre
iniciativa, e o *capitalismo*,
há um caminho medianinho:
o *cooperativismo*.

Como a Igreja ecumênica,
tem o cooperativismo sua
vocação intrínseca, que é a
da universalidade humana.
"Una actitud ante la vida.
Una manera de vivir la vida".
Não despreza mesmo
a tese antimítica que acra-
tismo envolve, como o fize-
ram.

Krofothine e *Fábio Luz*,
assumindo, dentro dos atuais
quadros políticos, a configu-
ração de uma democracia so-
cial plena ou um socialismo
liberal, que não acarretam
as liberdades humanas nem
tiraram dos homens os seus
direitos fundamentais.

Disse bem "El Hoger Oli-
vero", a grande cooperativa
argentina, em sua brilhante
revista "*La cooperación li-
bre*", que numerosas pessoas
confundem cooperativa com
obra social, provedoria eco-
nômica ou outras atividades
análogas cujo funcionamen-
to está previsto sobre uma
base *assistencial setorizada*
para um sindicato, uma pro-
fissão, uma confissão religio-
sa, um partido político.
"Nada más ajeno a lo que
constituye la médula del
cooperativismo libre, ajeno a
cualquier finalidad que no

sea la propia y cuyos prin-
cípios rechazan enfática-
mente cualquier sectorización
que restrinja su *universalidad*."

As cooperativas *existem*
para todos e ninguém pode
ser excluído de seu âmbito.
Além disso estão impedidas
de realizar funções de tipo
assistencial, que, em definiti-
vo, signifiquem a atribui-
ção gratuita de algo à al-
guém.

Já se disse, que há um cri-
tério para caracterizar uma
sociedade cooperativa: a as-
seguração da predominância
do interesse geral e não o da
especulação, de vez que a co-
operativa visa à economia do
serviço e não a do lucro. É
ela a formulação e a reali-
zação de diretrizes econômi-
cas novas, na substituição
paulatina, longânime, de um
sistema econômico em cujas
maranhas, como já dissemos,
os homens se enlaçam e de-
batem e se engadanham,
num afã de mirificar sonhos
de individualismo... *Laverg-
ne* afirma que o cooperati-
vismo é o único princípio
econômico e social que faz
surgir, do conflito acídioso
de interesses individuais e da
mediocridade humana, uma
ordem sócio-econômica jus-
ta e altruística, que aos pou-
cos livrará a pessoa humana
do envencilhar de circuns-
tâncias adversas, de hostis-
negativismo ruinosos.

Para *Rosário Labadessa*, o
cooperativismo presuppõe uma
competição, uma reação em
determinado ambiente eco-
nômico. A cooperativa é uma
empresa econômica que tem
uma função social: função
de defesa, de emancipação e
de redenção dos mais fracos,
ou daqueles que, por circuns-

tâncias especiais, estão sujei-
tos a uma espoliação injusta
e irracional. Enfoca os pro-
blemas do "homem que san-
gra, com seus direitos muti-
lados", ou postergados.

É preciso que se repita que
as leis injustas não são
leis...

E para que se compreenda
a posição dos que se conser-
vam fiéis a êsses princípios
cooperativos nessa sua lídi-
ma essência, mas cedendo às
inelutáveis condições de me-
sologia dos países subdesen-
volvidos, para alguma coisa
de concreto e duradouro ser
feita, é preciso que, mais
uma vez, se saliente que,
como já foi dito com muita
propriedade, o cooperativis-
mo se configura como sendo
essencialmente uma ativida-
de econômica e social livre,
que se propõe eliminar os in-
termediários desnecessários,
no domínio da produção, do
trabalho, do crédito e do
consumo; elevar o nível ma-
terial e moral das classes
trabalhadoras e orientar pro-
gressivamente para normas
de organização social e eco-
nômica, conforme às aspira-
ções morais e os interesses
gerais do conjunto dos cida-
dãos. O cooperativismo deve
empenhar-se no sentido de
atingir seus fins mediante o
aperfeiçoamento de seus pró-
prios organismos técnicos e
administrativos e desenvol-
ver entre os cooperadores os
sentimentos de responsabili-
dade, de solidariedade, de
ajuda mútua e de previdên-
cia. Por estas razões, o co-
operativismo deve desenvol-
ver-se independentemente de
todo propósito político e deve
poder funcionar e viver sob
um regime de liberdade.

Notícias e Informações

MATERIAL AGROPECUÁRIO

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aplicará este ano Cr\$ 5,5 milhões de cruzeiros na revenda de material agropecuário e serviços de extensão e desenvolvimento. A transação será feita diretamente com o agricultor, a preço de custo, com pagamentos facilitados até 24 meses, incluindo o período de carência de 6 meses.

27 PROJETOS AGROPECUÁRIOS

Levantamento efetuado pela SUDENE revelou que até fevereiro do corrente ano foram aprovados 255 projetos agropecuários para o Nordeste, dos quais 29 para a Bahia, com um total de recursos da ordem de 88,6 milhões de cruzeiros.

ZEBUINOS

O Governo brasileiro vai incrementar a exportação de reprodutores zebuínos e, para isso, o Ministério da Agricultura está construindo dois quarentenários, um na Ilha Anchieta e outro no Território de Roraima, ambos para controle sanitário dos animais destinados ao exterior.

ELETRIFICAÇÃO RURAL

Mais uma região goiana passou a contar com o sistema de eletrificação rural, desta vez beneficiando 35 grandes propriedades rurais, com uma das áreas consideradas mais ricas e mais desenvolvidas do Estado — o Sul goiano. A cidade que serviu para a experiência é Morrinhos e coube à CELG entregar o sistema de eletrificação.

IRRIGAÇÃO

A irrigação constitui um dos principais fatores de êxito nas práticas agrícolas. O binômio água-solo serve, pois, de orientação para o desenvolvimento da nossa vida rural. Tendo isso em conta, o Ministério do Interior está mobilizando recursos da ordem de Cr\$ 150 milhões, a serem empregados em projetos de irrigação, com o aproveitamento das águas do Rio São Francisco, mediante a assistência técnica das Nações Unidas. Com isso, modificar-se-á a fisionomia sócio-econômica de vasta região brasileira, das mais ricas em potencialidades. 56 mil hectares de terras poderão ser beneficiadas com a regularização do Rio Jequititá e a passagem de parte de suas águas acumuladas para o vale do Rio das Velhas, através de um túnel de 3,6 quilômetros.

SUDENE (1)

A SUDENE liberou no primeiro trimestre deste ano Cr\$ 131,1 milhões de incentivos dos artigos 34-18 para aplicação em projetos de instalação e modernização de indústrias e empreendimentos agropecuários do Nordeste. A maior parte desses recursos foi liberada em janeiro, quando foram entregues aos empresários Cr\$ 50,6 milhões.

SAFRA DE CAFÉ

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos estima a produção mundial de café para 1969/70 em 64.001 mil sacas, ligeiramente acima da estimativa de dezembro último, que era de 63.813 mil sacas. A produção mundial exportável é calculada em 45.845 mil sacas, pouco superior à anunciada em dezembro, 45.810 mil sacas. Confirmando a estimativa, acentua aquela informação que a produção brasileira será de 19 milhões de sacas para a próxima safra.

Segundo o Departamento de Agricultura, confirma-se que a produção exportável brasileira será apenas de 10 milhões e 250 mil sacas.

ELETRIFICAÇÃO RURAL EM SÃO PAULO

Nada menos de 4.524 propriedades rurais paulistas terão pleno fornecimento de energia elétrica, após a expansão total de 22 cooperativas de eletrificação rural. São Paulo está seguindo o exemplo dos Estados Unidos, onde o meio rural, todo eletrificado, apresenta nível de vida e conforto a bem dizer igual aos das cidades. A transformação do panorama rural paulista cabe à Cooperativa de Eletrificação Rural, que proporciona energia a baixo preço e os serviços a preço de custo.

GAFANHOTOS

Cinco toneladas de inseticida "POLIDOL" serão empregadas pelo Instituto Biológico da Bahia no combate à praga de gafanhotos "Mago de Pau", que volta a atacar na região do São Francisco, causando incalculáveis prejuízos nos municípios de Ibotirama, Serra Dourada, Barra e Santana, uma área superior a 100 mil hectares.

INCREMENTO DE PECUÁRIA NORDESTINA

A agropecuária — pela extensão, em 1965, dos incentivos fiscais dos artigos 34-18 — foi um dos setores econômicos do Nordeste que se beneficiou com a Revolução, e

até fevereiro de 1970 foram aprovados 225 projetos agropecuários, com investimentos de Cr\$ 50 milhões em todos os Estados nordestinos.

Os projetos aprovados motivaram uma oferta de 4.200 arrobas de carne verde do Nordeste e de 21 produtos agrícolas, inclusive introduzindo outros na Região. As indicações dos incentivos fiscais montam a Cr\$ 337,4 milhões.

BID FINANCIA PECUÁRIA

O programa de desenvolvimento da pecuária de corte dos Estados da Bahia, Minas e Espírito Santo começou a ser executado. Durante quatro anos aplicará US\$ 52 milhões na melhoria do rebanho com recursos do BID, do Banco Central, dos três Governos estaduais e dos mutuários.

SÊMEN CONGELADO

O INDA, através do Ministério da Agricultura, importou dos Estados Unidos, para distribuir aos criadores brasileiros, 416 botijões destinados à conservação de sêmen congelado para aplicação nos rebanhos bovinos de alta linhagem e em fase de desenvolvimento seletivo. Para o controle do desenvolvimento ponderal dos rebanhos, foram adquiridos também 258 balanças para pesagem de até 1.500 quilos, e 30 com capacidade para pesagem até 3 mil quilos.

PRODUÇÃO MUNDIAL DE ALGODÃO

A produção mundial de algodão de 1969/70 não vai dar para o consumo: será de 52,1 milhões de fardos (de 480 libras-peso cada) e a procura foi prevista em 53,3 milhões. Houve queda de 1 milhão de fardos em relação à safra de 1968/69. Principal causa: redução das colheitas dos EUA de 11 para 10,1 milhões de fardos.

PECUÁRIA ALAGOANA

Depois da lavoura canavieira, o rebanho bovino — 800 mil cabeças — é uma das boas fontes de renda do setor rural de Alagoas. O gado pesa mais a cada ano na receita estadual e os criadores vêm no boi um excelente negócio, com fácil mercado consumidor, sem flutuações — a medida está sempre subindo — e sem as incertezas de clima que afeta outras áreas da região.

PRODUÇÃO ANIMAL

O Governo vai aplicar, no campo da Defesa Animal, Cr\$ 9 milhões, além de Cr\$ 3,4 milhões

na execução de projeto denominado "Desenvolvimento da Produção Animal".

GADO ZEBU

A Guiana Inglesa poderá comprar um milhão de dólares de gado zebu aos Estados do Nordeste. Aquêles país pretende agora explorar convenientemente as suas terras de pastos abundantes.

CULTURA DO MARACUJÁ

Está em expansão a cultura e industrialização do maracujá, fruta que encontra grande procura na sua exploração comercial e industrial.

Planta modesta, que figurava apenas nos pomares de amadores, hoje está se desenvolvendo graças às grandes possibilidades da utilização de seus frutos em compotas, cristalizados, sucos, geléias, xaropes, drops, etc.

Fruticultores do Sertão Carioca e Estado do Rio são de opinião que a cultura do maracujá oferece boas perspectivas econômicas.

ABACAXI

Produziremos este ano, superando todas as expectativas, 27 milhões de frutos de abacaxi e, consoante o programa comandado pela Secretaria de Agricultura, estamos em condições de produzir no ano que vem uma safra de 65 a 70 milhões de abacaxis. E releva notar que a Serra perdeu a liderança na produção do sabroso fruto para Itapemirim, que já agora produz 5 milhões de frutos contra os 3 milhões da Serra.

SUDENE (2)

Dos 267 projetos de agropecuária — inclusive avicultura — que estão sendo executados no Nordeste, com assistência técnica e financeira da SUDENE, 33 correspondem ao Estado do Ceará. O investimento é da ordem de Cr\$... 66.496 cruzeiros.

Superam o Ceará os Estados da Paraíba (64 projetos); Pernambuco (56 projetos) e Minas Gerais (40 projetos).

ITUJUBA MAIOR PRODUTOR DE ARROZ

O município de Itujuba, de terras roxas, no Pontal do Triângulo Mineiro, é hoje o maior produtor do País em arroz (3 milhões de sacas) e milho (4 milhões de sacas). Tem 100 mil habitantes e 70 mil na sede. Segundo outras informações transmitidas, novas lavouras ali florescem, como as de algodão (800 mil arrobas), amendoim, gergelim, soja etc., passo inicial para o ciclo industrial já iniciado com a instalação das principais fabricas de transformação dos produtos regionais.

PARAGUAI COMPRA REPRODUTORES ZEBU DO BRASIL

Mais de 3 mil reprodutores de gado zebu foram encomendados ao Comitê Nacional de Exportação de Zebu por pecuaristas paraguaios. Esta será a primeira operação de uma venda global que atingirá cerca de 20 mil cabeças, entre machos e fêmeas, das raças GIR, NELORE e GUZERÁ.

EMPRÉSTIMOS DO BANCO DO BRASIL

Ao fim do trimestre encerrado em março, o saldo dos empréstimos do Banco do Brasil para custeio da produção dos 15 dos principais produtos agrícolas acusava, em milhares de cruzeiros: arroz 432.896; algodão 245.627; milho 186.123; café 131.336; soja 52.381; cana-de-açúcar 41.628; cacau 32.931; mandioca 25.662; feijão 24.920; trigo 22.746; fumo 12.100; batata inglesa 8.488; amendoim 7.311; juta e maíva 3.953 e sisal 841.

MORATÓRIA PARA A AGRICULTURA NORDESTINA

Moratória parcial para todos os débitos da agricultura e da pecuária nas regiões atingidas pela seca foi admitida pelo presidente do Banco do Nordeste, na capital cearense.

VACINAÇÃO CONTRA AFTOSA NO AMAZONAS

A Secretaria de Produção do Estado do Amazonas iniciou a quarta etapa de vacinação contra a aftosa de todo o rebanho bovino, com a participação de técnicos estaduais e federais.

Além da vacinação, os criadores estão recebendo assistência técnica permanente, inclusive para a manutenção de um cadastro que permite a vigilância efetiva do estado sanitário dos rebanhos.

AMOSTRA DE SOLO DE JOINVILLE

Cerca de mil amostras de solos de agricultura procedentes de Joinville foram analisadas recentemente pelo Laboratório de Análises de Solo pertencente à Secretaria de Agricultura, em Florianópolis. O resultado das amostras fornecerá os dados necessários para a instalação de culturas demonstrativas desse município, em cumprimento ao Plano de Recuperação da Fertilidade do Solo, com o objetivo de comprovar técnica e economicamente o valor dos fertilizantes e corretivos na exploração agrícola.

Segundo o mesmo plano, após a comprovação nas parcelas demonstrativas a campanha será estendida às demais áreas do município, visando atingir, num prazo de dois anos, 60% das propriedades rurais de Joinville.

PECUÁRIA NORDESTINA

Um programa de desenvolvimento da pecuária no Nordeste, abrangendo três projetos — bovinos, ovinos e caprinos — será executado pelo Ministério da Agricultura na Região, de forma a incrementar a exploração racional desses animais, com vistas ao aproveitamento comercial de suas carnes, leite e subprodutos e para sua valorização como produtores de proteínas e como reprodutores.

CURSOS PRÁTICOS AGRÍCOLAS

Foram abertas na Escola de Horticultura Wenceslão Bello — Avenida Brasil, 9.727 — Tel.: 230-1433 — Fênha, as matrículas para os seguintes Cursos Práticos: Solo e Adubação; Reflorestamento; Doença das Hortaliças; Inseticidas e Fungicidas; Contabilidade Agrícola; Cooperativismo Rural; Apicultura; Multiplicação Vegetal e Hortaliças de Frutos e de Folhas.

Os Cursos, inteiramente gratuitos, serão ministrados na sede da Escola mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura, e terão a colaboração da Diretoria do Ensino Agrícola do MEC. As aulas terão início no próximo dia 16 de junho e serão ministradas aos sábados e domingos das 8 às 12 horas.

FERRUGEM

No Paraná, a Divisão de Pesquisas Agronômicas do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas anunciou que ainda não foi constatada a ferrugem nas plantações daquele Estado, mas os técnicos e os plantadores estão alertas. Esclareceu que a medida mais acertada foi a criação de uma área de segurança, para impedir o progresso da doença. Por isso, acreditam que não haverá possibilidade de uma transmissão imediata, ainda havendo a vantagem da chegada do inverno.

CADASTRAMENTO

O cadastramento do produtor rural de Minas Gerais é a última providência que o Governo estadual acaba de adotar na reformulação de sua política tributária. O controle da produção agropecuária é essencial para verificar o comportamento de arrecadação tributária, porque Minas é o Estado que tem nas atividades agrícolas e pecuárias um de seus principais suportes econômicos. O Governo deve, portanto, para a formulação de uma política tributária realista, conhecer os dados estatísticos indispensáveis e necessários. O cadastramento não deverá ser apenas elemento básico para tributação. Servirá, ainda, para a adequada preparação de planos de incentivos, benefícios e tratamento objetivo dos problemas da agropecuária estadual. Sem o conhecimento dos fatos, é impossível uma boa política econômica e financeira.

AFTOSA

Representantes do Ministério da Agricultura foram a Minas Gerais com o objetivo de firmar com o Governo estadual convênio visando a uma campanha intensiva de vacinação contra a febre aftosa. O Estado aprovou lei recente estabelecendo a obrigatoriedade da imunização de todo o gado. A medida teve seu fundamento no fato de que a economia mineira deve proteger o seu rebanho bovino, que é o maior do País. A perda de cabeças de gado em Minas, por ano, é assombrosa e representa um déficit muito sério para os pecuaristas. A perda de peso do rebanho em virtude da aftosa é outro dado negativo na balança econômica mineira. Daí a atenção que o Estado e os próprios homens do campo devem dar à campanha, para a completa erradicação da febre aftosa em Minas, sob pena de continuarem a ter enorme sacrifício anual em um dos mais fortes contingentes de riqueza do Estado.

FINANCIAMENTO PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA

O Banco Central do Brasil, através de sua Resolução 147, comunicou ter o Conselho Monetário Na-

cional autorizado o Banco do Brasil a conceder empréstimos especiais, com limite de Cr\$ 20 milhões, aos proprietários de terras destinadas à agricultura e pecuária. A medida tomada tem como objetivo evitar o êxodo dos trabalhadores e minifundiários. O financiamento poderá ser concedido nos seguintes casos: preparo das terras para plantio e pastagens; construção e conservação de açudes e semelhantes; formação de culturas; conservação do solo; reforestamento e implantação e tratos culturais de lavouras permanentes.

NORDESTE

Os Ministros do Interior, Fazenda e Planejamento mantiveram uma série de entendimentos preliminares para aprovação imediata, pelo Conselho Monetário Nacional, do novo esquema de financiamento aos agricultores do Nordeste, que visa, fundamentalmente, a melhoria da produtividade nas fazendas e a absorção da mão-de-obra local.

FAIXA CREDITÍCIA ESPECIAL PARA O NORDESTE

O Governo decidiu tomar medidas creditícias excepcionais para o Nordeste, no âmbito do chamado "polígono das secas", visando conter o êxodo dos trabalhadores rurais. Os créditos serão concedidos a juros de 5% ao ano, no prazo de 3 anos e com três de carência.

A medida, adotada através da Resolução 147 do Banco Central, autoriza o Banco Central a conceder empréstimos especiais até o limite de 20 milhões de cruzeiros aos proprietários de terra naquela área. Significa a criação de uma faixa de crédito especial naquele limite, isto é, vinte bilhões antigos.

RAIVA BOVINA NO INTERIOR SERGIPANO

Mais de 50 cabeças de gado bovino já morreram no interior sergipano, nos municípios de Riachuelo e Santa Rosa do Lima, atacados de raiva.

Existe pânico entre os fazendeiros, já que a doença ameaça se alastrar por toda a região, dizimando o rebanho bovino e causando prejuízos incalculáveis.

Medidas saneadoras já foram solicitadas pelos criadores aos órgãos competentes, sem que entretanto se tenha feito sentir qualquer providência no combate à doença pelas autoridades.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NO SUL FLUMINENSE

A inseminação artificial já pode ser considerada como um fato consolidado na região Sul Fluminense, conforme afirmou o chefe do Posto de Inseminação Artificial, sediado na Cooperativa Agropecuária.

Em um ano apenas de trabalho, a média geral em 13 fazendas cadastradas, foi fixado em 70% positivo, com 14 crias de inseminação. Dentro de sessenta dias — disse o veterinário responsável pelo serviço no município — mais 50 produtores nascerão na região.

II EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA EM BAMBUÍ

Será realizada em Bambuí, Minas Gerais, de 8 a 12 de julho, a II Exposição Agropecuária, promovida pelo Sindicato Rural, com a cooperação das entidades rurais e autoridades locais.

BALANÇAS PARA PECUARISTAS

O INDA está oferecendo, a todos os sócios da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, financiamento para aquisição de balanças para bovinos. Essas balanças custarão 2.250 cruzeiros, postas na Delegacia Regional do INDA, na Capital do Estado onde estiver localizada a fazenda do interessado. Além do preço, haverá o acréscimo das despesas de transporte de São Paulo à delegacia.

Os de São Paulo só pagarão o transporte da Capital à Fazenda. A vantagem oferecida consiste justamente no prazo que o INDA concederá. Será de 24 meses, incluindo um período de carência de seis meses, possibilitando assim a amortização em 18 pagamentos mensais a contar do sexto mês de recebimento da balança. Os juros serão de 0,5% ao mês, a partir da data de entrega.

CRISE DO SISAL

A solução para a região sisaleira da Bahia está na erradicação, como forma capaz de possibilitar a diversificação da lavoura, segundo afirmou o coordenador da política comercial da Secretaria da Indústria e do Comércio, que representou a Bahia na reunião sobre fibras duras, recentemente realizada em Roma.

Os países produtores e consumidores de sisal não chegaram a um denominador comum sobre o preço mínimo e, em consequência, o mercado continua livre. O sisal está colocado em quarto lugar na pauta de exportação da Bahia e representa um problema social porque milhares de famílias vivem exclusivamente do cultivo da planta.

COMPRA DE GADO ZEBU PELO PARAGUAI

Mais de 3 mil reprodutores de gado zebu foram encomendados ao Comitê Nacional de Exportação de Zebu por pecuaristas paraguaios. Esta será a primeira operação de uma venda global que atingirá cerca de 20 mil cabeças, entre machos e fêmeas, das raças Gir, Nelore e Guzerá.

Esta operação é resultado de gestões da delegação brasileira que visitou o Paraguai no mês passado, chefiada pelo presidente do Comitê Nacional de Exportação de Zebu.

AVIÕES AGRÍCOLAS

Organizações privadas já encomendaram 50 unidades do "Ipanema", o primeiro avião agrícola que a Empresa Brasileira de Aeronáutica está construindo em São José dos Campos. Elaborado e construído por brasileiros, esse aparelho destina-se a preencher clamorosa lacuna no plano agropastoril, pois será utilizado na defesa fitossanitária (combate às pragas) e mesmo para sementeiras. Se a fabricação do "Ipanema" abre perspectiva para a nossa

nascente indústria aeronáutica, o mais importante no caso é seu papel na ampliação da tecnologia agrícola.

COMBATE A FERRUGEM DOS CAFEZAI

O CMN aprovou, por sugestão do Ministro Marcus Vinícius de Moraes, o programa de controle da ferrugem do café, apresentado pelo Sr. Mário Penteado de Faria e Silva, Presidente do IBC.

O programa reúne uma série de providências a curto prazo, destinadas a tentar impedir o avanço da hemilea vastatrix em direção às extensas plantações de café do Centro-Sul.

Em sua exposição, o Ministro Marcus Vinícius de Moraes disse que a importância econômica dessa moléstia do café é tal que se justifica qualquer esforço no sentido de deter, ou mesmo minimizar, os seus efeitos.

QUADRO DINÂMICO

O programa apresentado pelo IBC objetiva iniciar a execução de amplas medidas de controle da ferrugem e foi elaborado quando ainda se procedia ao levantamento do campo visando a conhecer a extensão da área infectada.

"O quadro — disse o Ministro — apresenta-se extremamente dinâmico e a cada dia fatos novos surgem, determinando reformulações parciais e novas providências. No entanto, o núcleo do programa, que poderá sofrer algumas modificações em sua execução, é válido e preenche as necessidades de momento".

PROGRAMAÇÃO

O CMN libera para aplicação imediata Cr\$ 40 milhões, que serão utilizados em levantamentos, erradicação, coleta e controle de focos de ferrugem; pesquisas; erradicação de mudas; ação informativa; estabelecimento da "faixa de segurança" e convênio com outras entidades para prestação de serviços.

O programa, entre outras aplicações, prevê 12 milhões de cruzeiros para indenizações por erradicação (20 milhões de caféiros a Cr\$ 0,60 por pé); 6 milhões de cruzeiros para custear erradicações (20 milhões de caféiros a Cr\$ 0,30 por pé); 4 milhões de cruzeiros para indenizações por corte (20 milhões de caféiros a Cr\$ 0,20 por pé); 4 milhões de cruzeiros indenização de mudas.

CRISE AMEAÇA CACAU

O "temporário" do cacau teve sua colheita iniciada no mês passado e as perspectivas estão apontando um volume muito menor do que o ano passado, com um total de 1.500.000 sacas, para as 1.800.000 de 1969.

Observadores da zona estão tributando aos lavradores um certo desânimo, não só pelo preço baixo como também pela queda de produção. Há um esfriamento das compras por parte dos colheiteiros do produto no mercado internacional, não obstante as recentes compras efetuadas na base de 25 centavos de dólar por libra peso.

— MINAS GERAIS — PRIMEIRO NO PLANTIO DE CAFÉ

Por ter sido o único Estado brasileiro a empregar toda a parcela de Cr\$ 9 milhões, de um plano que previa o plantio de 50 milhões de novos cafeeiros, em 1970, Minas Gerais ganhou mais de 6 milhões do Instituto Brasileiro do Café, de acordo com resolução tomada numa das últimas reuniões da diretoria do órgão.

A verba de Cr\$ 6 milhões já tinha sido liberada pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, que agora vai receber esses recursos de volta, para repasse em outros financiamentos. Com o emprégo desses Cr\$ 15 milhões, Minas Gerais assumiu a liderança do plantio de café, ultrapassando todos os outros Estados produtores em 1970.

SOJA — COLHEITA

Em São Paulo a grande maioria dos produtores de soja possui colhedoras para a soja. Estas máquinas reduzem grandemente o tempo de colheita e as despesas de mão-de-obra, possibilitando a um só agricultor cultivar grandes áreas.

Há, entretanto, a possibilidade do cultivo desta oleaginosa em escala mais reduzida, mesmo quando não se possuem colhedoras automatizadas. De qualquer forma, porém, é necessária a utilização de máquina grande ou pequena para a trilha da soja, a não ser em plantações muito pequenas, onde a trilha ou debulha é feita manualmente, como se faz no feijão.

TÉCNICA NA CULTURA DO ARROZ

Nos últimos cinco anos, São Paulo cultivou praticamente o dobro da área de arroz do Rio Grande do Sul, tendo obtido na comercialização da sua produção, quase que a mesma renda bruta daquele Estado sulino.

Verifica-se que os orizicultores gaúchos estão obtendo um rendimento por unidade de área de trezentos por cento a mais que os paulistas. A situação é agravada ainda, pois os níveis de cotação da produção, das terras e da mão-de-obra são inferiores aos de São Paulo.

Há, em São Paulo, uma inviabilidade econômica do orizicultor praticar, em larga escala, o cultivo do arroz irrigado. O arroz de sequeiro é o grande responsável pelo baixo rendimento das lavouras paulistas e, se a situação é totalmente diversa no Rio Grande do Sul, é porque foram edificadas grandes obras governamentais que permitem aos agricultores gaúchos dispor de água suficiente para praticar o cultivo do arroz em níveis técnicos avançados.

A PRODUÇÃO DO MAMÃO

O mamoeiro é uma espécie frutífera de crescimento bastante rápido, que inicia a produção a par-

tir do décimo mês após a semeadura. A partir do início da produção, esta planta pode produzir ininterruptamente, desde que encontre condições culturais e climáticas favoráveis. Porém, em nossas condições isto geralmente não ocorre e as diferenças climáticas que se verificam entre as estações do ano, bem como o intenso ataque de pássaros que normalmente aparece no período janeiro-junho, fazem que a produção do mamoeiro durante o ano obedeça a uma curva característica, na qual observa-se incremento da produção no inverno e decréscimo no verão.

FUSÃO IBRA — INDA

Acredita-se que dentro de 90 dias estejam concluídos os estudos, determinados pelo ministro da Agricultura, para a fusão INDA—IBRA. A nova repartição que vai nascer, fruto desses estudos, promoverá em novo ritmo a reforma rural pretendida pelo Ministro Cirne Lima.

BRUCELOSE

A brucelose está atacando os rebanhos balanós. 3.504 testes sorológicos já foram realizados por uma equipe de quatro veterinários e seis auxiliares no interior do Estado, para determinar a prevalência da doença. O material coletado será enviado ao Laboratório do Instituto Biológico em Salvador, que aplicará 35.000 testes ao todo.

REPLANTIO DO FEIJÃO

Os agricultores do Município de Caruaru estão empenhados numa tarefa que exige persistência — replantio do feijão. Para isso estão recebendo orientação de técnicos da Ancar — PE. Há possibilidades de recuperação para os lavradores que perderam em média 70% da plantação de milho e feijão, com o atraso das chuvas, que só agora chegaram com intensidade.

CAMPANHA "ADUBAÇÃO 70"

Para recuperar e desenvolver a lavoura do cacau, o Governo Federal lançou a campanha Adubação 70, cujo programa a ser cumprido pela Comissão Executiva da Lavoura Cacauera (CEPLAC) prevê a adubação de 80 mil hectares de terras ocupadas com a cultura do cacau. A CEPLAC já investiu Cr\$ 10 milhões para adquirir 22 mil toneladas de calcário. Mais da metade desse material já se encontra nas áreas de ação das regiões do cacau — Bahia e Espírito Santo.

FÁBRICA DE RAÇÕES

A COPEG está estudando a possibilidade de financiar as cooperativas de avicultores cariocas para instalação, no Rio, de uma fábrica de rações, que poderia eliminar consideravelmente o custo operacional dos que se dedicam a esse tipo de atividades em nosso meio. É preciso recordar que o parque avícola carioca é o segundo do País, só perdendo mesmo para o de São Paulo.

PREVISÃO DO TEMPO

Dentro de um ano, aproximadamente, graças ao apoio financeiro que recebeu da FINEP, o Escritório de Meteorologia estará dotado dos instrumentos indispensáveis para o aperfeiçoamento de todos os seus serviços de previsão do tempo. Assim é que graças aos novos recursos de que vai dispor, poderá prever chuvas até com dois meses de antecedência, o que é da maior importância, especialmente para a agricultura. Entre outras coisas, o Escritório de Meteorologia vai ter participação num satélite meteorológico que fotografará as nuvens, dando, através do rádio, todas as indicações e dados considerados necessários pelos nossos meteorologistas.

EMPRESÁRIOS INVESTEM NO NORDESTE NO SETOR DE ALIMENTAÇÃO

Este ano a Sudene recebeu 184 consultas de empresários interessados em instalar fábricas no Nordeste, com inversões da ordem de 723 milhões na área de atuação daquela autarquia.

O setor de alimentação foi o mais escolhido, tendo sido respondidas 33 consultas com prováveis investimentos de Cr\$ 121 milhões, e Pernambuco foi o Estado preferido pelos investidores, em seguida vieram Bahia, Paraíba e Ceará, seguindo-se Minas Gerais, Piauí, Maranhão, Alagoas e Sergipe. Os investimentos seriam os seguintes: Cr\$ 127 milhões, para Pernambuco; Cr\$ 127 milhões, para a Bahia; 77 milhões para Minas Gerais; Cr\$ 68 milhões, para o Piauí; 58 milhões para a Paraíba; Cr\$ 34 milhões para o Rio Grande do Norte; 14 milhões para o Ceará; 7 milhões para Sergipe; e Alagoas Cr\$ 4,5 milhões. Os ramos da indústria preferidos foram: extrativa de produtos minerais, 3 consultas; minerais não metálicos, 12 consultas; metalúrgica, 13 consultas; mecânica, 7 consultas; material elétrico e de comunicações, 8 consultas; material de transportes, 5 consultas; mobiliário, 3 consultas; papel e papelão, 12 consultas; industrialização de borracha, 2 consultas; couros e peles e similares, 1 consulta; química, 11 consultas; produtos farmacêuticos e medicinais, 1 consulta; produtos de matéria plástica, 6 consultas; vestuário e calçados e artefatos de tecidos, 5 consultas; produtos alimentares, 33 consultas; bebidas, 2 consultas; editorial e gráfica, 2 consultas; produtos diversos, 8 consultas; industriais especiais, 42 consultas.

PECUÁRIA

Sobe a 30 milhões de bovinos e rebanho brasileiro, que apresenta, segundo autoridades em pecuária, uma taxa de crescimento anual da ordem de 2,5%. Contudo, os estudos mais recentes sobre a oferta e a demanda de produtos de origem animal acusam déficit de carne bovina, de leite e ovos. Verdade é que esses produtos têm-se baseado na demanda potencial e não na demanda efetiva. Como se trata de produtos que apresentam altos coeficientes de "elasticidade-ren-

da", verificou-se, nos últimos anos, com a crescente urbanização, uma alta pressão sobre a oferta, tendo-se verificado natural elevação de preços. Com o passar dos anos, porém, sobreveio a normalização do mercado.

ELETRIFICAÇÃO RURAL

Os dados divulgados recentemente pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — INDA — a respeito da eletrificação rural são realmente interessantes nesse setor, que é de fundamental importância para a economia nacional, baseada ainda na produção agrícola. Minas Gerais foi bastante beneficiada com verbas para a eletrificação rural aplicadas em várias partes do Estado, principalmente na região Nordeste, uma das menos desenvolvidas nessa área. Além das melhores verbas, estão sendo coordenados estudos para a melhoria de nossa eletrificação rural e definidas as regiões necessitadas.

BÓLSA DE ANIMAIS

A fim de proporcionar possibilidade de comercialização e oferecer assistência técnica para a conclusão de negócios, emissão de certificados de sanidade e laudos zootécnicos, a Associação Paulista de Criadores de Bovino criou a Bólsa de Animais, a qual permitirá que, na própria entidade, se realizem operações de compra e venda de animais, dentro da maior garantia possível.

O funcionamento da Bólsa será por meio de normas mediante as quais as ofertas de venda serão apresentadas diariamente, permanecendo à disposição dos interessados durante trinta dias,

quando os animais estarão consignados à Bólsa e as transações contarão com a assistência técnica dos serviços da Associação, tais como assistência veterinária e zootécnica e outras.

Um completo fichário onde constarão todos os detalhes dos animais ofertados permanecerá à disposição dos compradores. Diariamente serão fixadas as ofertas recebidas. Os casos em dúvida serão dirimidos por um Conselho formado por cinco membros criadores e técnicos associados. Os compradores ficarão identificados das responsabilidades dos vendedores, das quais a Associação está inteiramente desligada, embora toda a assistência necessária seja com o objetivo de concluir as transações.

PRODUÇÃO DO MILHO

A produção do milho deverá ter este ano grande aumento, calculada em 25 milhões de sacas, tal como ocorreu com a safra de arroz de Goiás.

O Paraná conta, também, com safras de milho e algodão de tal volume que seu escoamento será feito, em parte, por São Paulo, já que o porto de Paranaguá é considerado insuficiente.

CONVENIO DE 6 MILHÕES PARA O NORDESTE

Um convênio no valor de ... Cr\$ 6 milhões foi assinado entre o Ministério do Interior e o Banco do Brasil para o fortalecimento da agricultura nordestina e para amenizar os efeitos das secas.

O documento foi firmado ainda em Recife pelo superintendente

da Suvale e pelo presidente do Banco do Brasil. Permitirá ao órgão do Ministério do Interior aplicar o crédito em toda a região do São Francisco, em financiamento de longo prazo, pois o dinheiro deverá retornar ao Banco em 13 anos.

FINANCIAMENTO PARA OS FLAGELADOS

Vinte milhões de cruzeiros serão financiados aos agricultores da região assolada pela seca, no Nordeste brasileiro, a fim de que os trabalhadores permaneçam nas fazendas e preparem todas as condições para tirar maior rendimento possível da próxima safra.

O financiamento será feito através do Banco do Brasil, a longo prazo e a juros baixos, cujas parcelas só começarão a ser pagas dentro de 3 anos.

EXPOSIÇÃO DO GADO LEITEIRO "ÁGUA BRANCA"

Com mais de 1250 animais, foi inaugurada no Parque da Água Branca, em São Paulo, a XIX Exposição-Feira de Gado Leiteiro, Cavalos das Raças Mangalarga, Campolina, Crioula, Jumentas, Ovinos e Aves, que a Secretaria da Agricultura promove em colaboração com as Associações de Criadores.

São 703 bovinos, 218 ovinos, 124 equinos, 50 caprinos e 180 aves, com um total de 1275 animais.

Durante todo o transcurso da primeira semana foram permitidos negócios, com financiamentos através das diversas agências de entidades bancárias, que se instalaram no próprio Parque de Água Branca.

MECANIZAÇÃO AGRÁRIA

Curso de Pós-Graduados

O Diretor da Escola Técnica Superior de Engenheiros Agrônomos da Espanha, Sr. Eladio Armandá Heredia, dirigiu mensagem ao Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, capeando prospecto a respeito do Curso de Pós-Graduados de 1970/71, e pondo-se à disposição dos brasileiros interessados no importante curso.

Destina-se o mesmo, basicamente, aos técnicos superiores que desempenhem funções investigadoras, docentes ou executivas em centros e organismos da especialidade, e que possam cumpri-lo em missão de serviço. O pedido de bolsas de estudo será feito através o Instituto de Cultura Hispânica, Madrid-3, Espanha.

Pormenores para a inscrição podem ser obtidos no dito organismo, e também através as Embaixadas da Espanha nos respectivos países, ou diretamente na Escola Técnica Superior de Engenheiros Agrônomos, Cidade Universitária, Madrid-3, antes de 30 de junho de 1970.

CULTURA DA BETERRABA

(Beta vulgaris — var. hortensis L.)

Engenheiro-Agrônomo
Almiro Gonçalves
de Castro

A beterraba é uma planta bastante cultivada pelos nossos hortelões, durante quase todo o ano, com preferência nos meses de inverno.

Seu desenvolvimento normal se processa em temperatura que se situa entre 15 a 25 graus centígrados. Entretanto, pode ser cultivada em épocas mais quentes, desde que sejam tomadas precauções tais como: colocação de cobertura morta nos canteiros, irrigações periódicas diárias e tratamento visando a cercosporiose.

Solo — A beterraba é exigente em solo ricos, de natureza argilo-silicosa, com bom teor de matéria orgânica. Os solos húmidos são indicados, não tolera solos secos ou encharcados. O pH ideal está entre os limites de 5, 8 a 7.

Variedades — As variedades mais indicadas são: Perfected-Detroit, Crosby's-egyption, early-wonder da firma americana Ferry-Morse ou ainda da Asgrow, as variedades Asgrow wonder e Redpack.

Semeio — A beterraba pode ser semeada diretamente no local definitivo em sulcos espaçados de 40 a 60 cm um do outro, procedendo-se ao desbaste quando as mudinhas apresentarem de 2 a 3 folhas.

A formação de sementeiras é indicada por apresentar vantagens tais como: uniformidade no desenvol-

vimento das plantas, maior aproveitamento de áreas e economia de sementes. Neste caso, as sementes são semeadas em canteiros com 1 m de largura, tendo 10 cm de altura, comprimento variável. Neste canteiro são abertos sulcos com 1 a 1,5 cm de profundidade, distanciados 10 cm um do outro, onde são colocadas as sementes, gastando-se em média 25 gramas por metro quadrado de canteiro.

Esses canteiros de sementeiras devem receber uma adubação completa 8 a 10 dias antes do semeio, com os seguintes adubos por metro quadrado:

Estêrco de curral	3 quilos
Salitre do Chile	35 gramas
Superfosfato simples	40 "
Cloreto de potássio	20 "

Transplante — As sementes germinam decorridos 5 a 7 dias; com 10 a 15 dias de nascidas as mudas podem ser transplantadas para os viveiros, isto é, canteiros onde as mudas irão se desenvolver e ganhar força para posterior transplante ao campo.

Nos viveiros, os canteiros são idênticos ao da sementeira, recebendo a mesma adubação, sendo as mudinhas colocadas em linhas

distanciadas 10 cm uma da outra, com o espaçamento entre mudas de 3 cm. Regas e tratamentos visando as doenças são os cuidados necessários nessa fase.

Decorridos 20 dias após o transplante das mudas, quando essas apresentarem folhas com altura de 20 cm e raiz com um dedo de grossura são levadas para o plantio em local definitivo.

Recomenda-se que neste transplante as mudas não fiquem excessivamente enterradas, devendo a terra apenas cobrir a raiz, sendo esse fator da maior importância para o bom desenvolvimento da planta.

No local definitivo que foi adubado com antecedência de 8 a 10 dias, as mudas serão plantadas de 15 x 15 cm, deixando-se ruas de 30 cm entre um certo número de carreiras para facilitar os trabalhos tais como: rega, pulverização etc.

Colheita — A colheita pode ser iniciada 40 dias após o transplante para o local definitivo, retirando-se em primeiro lugar aquelas que apresentarem o melhor desenvolvimento.

(Boletim Técnico n.º 1) — maio/1968

SECRETARIA DE ECONOMIA — Departamento de Agricultura.

Sociedade Nacional de Agricultura

ESTATUTOS

Capítulo I

Sede, Composição e Fins da Sociedade

Art. 1.º — A Sociedade Nacional de Agricultura tem sede e fóro na cidade do Rio de Janeiro, sendo nessas atividades.

Art. 2.º — A Sociedade, que estende sua atividade por todo o território pátrio, é uma agremiação de pessoas naturais e jurídicas dedicadas às atividades rurais, inclusive cientistas, técnicos e interessados nessas atividades.

Art. 3.º — A Sociedade tem por fins principais:

- agremiar os que queiram trabalhar pelo progresso da agricultura, ocupando-se de todos os assuntos que possam concorrer para o seu fortalecimento e para o bem estar dos agricultores;
- promover e estimular a realização de estudos e pesquisas sobre questões ligadas à exploração da terra, em seus aspectos econômicos, técnicos e científicos;
- constituir-se em centro cultural e de documentação para sistematizar e divulgar conhecimentos ligados à ciência agrônoma, à técnica agrícola, à economia rural e à sociologia rural;
- colaborar com os governos, as instituições oficiais ou não e, em particular, com os órgãos da classe, no estudo e solução dos problemas rurais e econômicos do país;
- manter biblioteca especializada e outros meios de difusão cultural;
- manter cursos de formação, divulgação, especialização e aperfeiçoamento, dentro de suas finalidades.
- prestar aos seus associados todos os serviços ao seu alcance.

Capítulo II

Dos Sócios

Art. 4.º — O quadro social é composto das seguintes categorias: titulares, efetivos, correspondentes, honorários e beneméritos.

§ 1.º — São sócios *titulares* as pessoas que, pelos seus grandes serviços à Agricultura, em qualquer dos seus setores, forem eleitas de acordo com o Art. 16 e seus parágrafos, e seu número é limitado a 40;

§ 2.º — São sócios *honorários* as pessoas que prestarem à agricultura serviços tão relevantes que a Diretoria as julgue merecedoras desse título;

§ 3.º — São sócios *beneméritos* as pessoas que por sua dedicação e serviços excepcionais à Sociedade forem por proposta da Diretoria, aprovada pela Assembleia-Geral, consideradas dignas dessa investidura;

§ 4.º — São sócios *efetivos* as pessoas naturais ou jurídicas que, sediadas no país, forem propostas e aceitas pela Diretoria, e se dividem nas classes seguintes:

- individuais* — as pessoas naturais que pagarem no ato da admissão a contribuição estabelecida pela Diretoria;
- coletivos* — as entidades ou organizações que pagarem a contribuição estabelecida pela Diretoria;
- filiados* — as associações rurais e outras entidades regularmente constituídas que forem aceitas pela Diretoria e contribuírem com as anuidades pela mesma estabelecidas;
- remidos* — os que, estando em condições de serem aceitos como individuais e coletivos, pagarem, de uma só vez, a jóia e 10 anuidades.

Art. 5.º — Os coletivos e filiados deverão declarar o seu desejo de participarem do quadro social, ficando a aceitação dependente de resolução da Diretoria.

§ 1.º — Os sócios efetivos deverão ser propostos por um ou mais sócios à Diretoria, que deliberará a respeito.

§ 2.º — A Diretoria compete estabelecer o valor das contribuições dos sócios, *ad referendum* da Assembleia-Geral.

Art. 6.º — Os sócios honorários e correspondentes não terão ingerência na direção da sociedade, mas gozarão de todos os demais direitos de sócios.

Parágrafo único — Os sócios, em geral, não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Art. 7.º — Poderão reunir-se em qualquer tempo, os sócios efetivos individuais e coletivos, podendo, para esse fim, lhes ser contado um terço das anuidades pagas, até o máximo de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros).

Art. 8.º — Aos sócios titulares, honorários e correspondentes serão expedidos, gratuitamente, os diplomas.

Art. 9.º — São deveres do sócio:

- satisfazer as contribuições que lhe competirem e os compromissos pecuniários que contraírem com a Sociedade;
- cumprir os dispositivos destes estatutos, dos regulamentos ou regimentos baixados pela Diretoria, bem como quaisquer deliberações dos órgãos competentes da Sociedade;
- fazer ativa propaganda em favor da Sociedade, no intuito de aumentar o número de membros, e de lhe multiplicar as oportunidades de prestar serviços à agricultura;
- concorrer, na medida de seus recursos, para o desenvolvimento da Biblioteca e das demais dependências e serviços da Sociedade;
- colaborar nas iniciativas sociais;
- exercer os cargos para que for eleito, salvo excusa legítima, renúncia por motivo ponderoso ou licença justificada.

Art. 10 — São direitos do sócio efetivo ou benemérito:

- votar e ser votado;
- tomar parte nas assembleias e nelas apresentar quaisquer propostas ou indicações condizentes com os fins da Sociedade;
- assistir, sem direito a voto, às reuniões do Conselho Superior, tomando parte nas discussões, fazer qualquer proposta ou comunicação e, a juízo da mesa, prestar informações;
- frequentar a Biblioteca, utilizando-se, aí, dos livros, jornais e revistas — e as demais dependências da Sociedade;
- exonerar-se do quadro social, uma vez quitado com a Tesouraria;
- gozar das vantagens que lhe são concedidas por estes estatutos e regulamentos da Sociedade.

§ 1.º — O direito de votar e ser votado, nas Assembleias Gerais, cabe aos sócios titulares, beneméritos e aos efetivos quites, considerando-se como tais os que estiverem em dia com a Tesouraria ou deverem, apenas, a anuidade corrente.

§ 2.º — Ao sócio ausente temporariamente ou residente fora do Estado da Guanabara cabe o direito de votar por procuração, concedida a outro sócio.

Art. 11 — São inelegíveis, para os cargos da administração, os sócios honorários, correspondentes e os efetivos coletivos e filiados.

Art. 12 — Perderá a qualidade de sócio:

- por morte;
- por perda do exercício dos direitos civis;
- por espontânea demissão;
- por falta de pagamento de duas contribuições vencidas.

Capítulo III

Da Administração

Art. 13 — A Sociedade será administrada por uma Diretoria Geral, eleita pela forma e prazo previstos nestes estatutos.

Art. 14 — A Diretoria Geral, constituída por 11 membros, escolhidos dentre os sócios elegíveis, será eleita para um período de quatro anos.

Art. 15 — Haverá, ainda, a Diretoria Técnica, eleita pela mesma forma do artigo anterior, composta de 10 pessoas de reconhecida capacidade técnica, cuja função será determinada em regimento especial.

Art. 15 — O Conselho Superior será constituído de quarenta sócios titulares, eleitos por escrutínio secreto em reunião da Diretoria Geral especialmente destinada a esse fim, não podendo ser eleito mais de um em cada sessão.

§ 1.º — Para que a Diretoria possa deliberar sobre a admissão de sócio titular, necessário se torna que à reunião compareçam pelo menos seis de seus membros, além do Presidente;

§ 2.º — Para a eleição de sócio titular, será observada, no respectivo processo, a norma estabelecida no Art. 46, § 3.º;

§ 3.º — O sócio titular, com a sua eleição, adquire a qualidade de membro do Conselho Superior, não está sujeito ao pagamento de qualquer contribuição, e tem o mandato em caráter vitalício.

§ 4.º — As quarenta cadeiras do Conselho Superior têm por patronos os nomes abaixo mencionados, pelos relevantes serviços que prestaram à causa da Agricultura, à Ciência e à Economia brasileiras, e são os seguintes:

1) — Ennes de Souza; 2) — Moura Brasil; 3) — Campos da Paz; 4) — Barão de Capanema; 5) — Antonino Fialho; 6) — Wenceslão Bello; 7) — Sylvio Rangel; 8) — Pacheco Leão; 9) — Lauro Müller; 10) — Miguel Calmon; 11) — Lyra Castro; 12) — Augusto Ramos; 13) — Simões Lopes; 14) — Eduardo Cotrim; 15) — Pedro Osório; 16) — Trajano de Medeiros; 17) — Paulino Cavalcanti; 18) — Fernando Costa; 19) — Sérgio de Carvalho; 20) — Gustavo Dutra; 21) — José Augusto Trindade; 22) — Ignácio Tosta; 23) — José Saturnino Britto; 24) — José Bonifácio; 25) — Luiz de Queiroz; 26) — Carlos Moreira; 27) — Alberto Sampaio; 28) — Navarro de Andrade; 29) — Alberto Tóres; 30) — Sá Fortes; 31) — Theodoro Peckolt; 32) — Ricardo de Carvalho; 33) — Barbosa Rodrigues; 34) — Gonzaga de Campos; 35) — Américo Braga; 36) — Epaminondas de Souza; 37) — Mello Leitão; 38) — Aristides Caire; 39) — Vital Brasil; 40) — Getúlio Vargas.

§ 5.º — A eleição de sócio titular se dará após indicação apresentada à Diretoria por um ou mais Diretores ou a requerimento do interessado, devendo a indicação ou o requerimento ser acompanhado de um currículo do candidato à vaga.

§ 6.º — Para as vagas que se verificarem no Conselho Superior, a Diretoria, dentro de 90 dias, examinará os candidatos que se apresentarem, procedendo-se à eleição no decorrer dos 60 dias seguintes.

§ 7.º — O sócio titular eleito para cargo nas Diretorias Geral ou Técnica poderá indicar substituto temporário no Conselho Superior, cabendo a aceitação à Diretoria, reunida em sessão.

Art. 17 — Os cargos da Diretoria são distribuídos da seguinte forma, designadamente, por ocasião da eleição:

Presidente;

1.º, 2.º, 3.º e 4.º Vice-Presidentes;

1.º, 2.º, 3.º e 4.º Secretários;

1.º e 2.º Tesoureiros.

Art. 18 — O mandato da Diretoria é amplo em relação à administração de tudo o que disser respeito aos direitos, fins e interesses da Sociedade.

Parágrafo único — Os cargos da Diretoria são exercidos gratuitamente.

Art. 19 — Para as vagas que se verificarem nos cargos de Presidente e Vice-Presidentes, durante o exercício, serão pela Diretoria convidados a preencher as vagas membros do Conselho Superior, os quais servirão até a próxima Assembléia-Geral, que confirmará a escolha ou elegerá quem os deva substituir para a terminação do mandato.

§ 1.º — Para as vagas que se verificarem nos demais cargos, inclusive na Diretoria Técnica, o Presidente Superior, o qual servirá também até a primeira Assembléia-Geral.

§ 2.º — Em caso de ausência ou impedimento de um diretor ou membro da Diretoria Técnica por período maior de três meses, poderá o Presidente dar-lhe substituto provisório, conforme o disposto neste artigo, até que o ausente volte a reassumir o cargo.

Art. 20 — No caso de renúncia coletiva da Diretoria, o membro mais antigo do Conselho Superior convocará imediatamente uma Assembléia-Geral Extraordinária, que tomará conhecimento do fato e elegerá a nova Diretoria, a qual preencherá o fato e elegerá, porém, faltar menos de dois anos para terminar o mandato, far-se-á a eleição, não só para completar o que tiver restado à Diretoria demissionária, como para o quadriênio seguinte.

Art. 21 — A Diretoria reunir-se-á pelo menos mensalmente em dia e hora previamente fixados pelo Presidente, para as sessões administrativas ordinárias, podendo realizar tantas extraordinárias quantas forem julgadas necessárias, fazendo sempre lavrar uma ata dos seus trabalhos.

§ 1.º — A Diretoria poderá deliberar em sessão ordinária com a presença mínima de 6 membros;

§ 2.º — As resoluções serão tomadas mediante votação.

§ 3.º — No caso de não ser alcançado o quorum previsto no § 1.º, nas sessões em que não se trate de eleição de sócio titular, poderá a Diretoria deliberar em 2.ª convocação até com 3 membros, inclusive o Presidente, decorridos 30 minutos da hora marcada na convocação.

Art. 22 — O Conselho Superior reunir-se-á ordinariamente pelo menos uma vez por mês, em dia e hora previamente fixados pelo Presidente da Sociedade, que é o seu Presidente nato.

§ 1.º — Podem ser realizadas tantas sessões extraordinárias do Conselho, quantas forem julgadas necessárias pelo Presidente, ou requeridas por 10 ou mais de seus membros.

§ 2.º — As sessões do Conselho, desde que não haja determinação em contrário, podem ser assistidas por qualquer sócio ou mesmo franqueadas ao público.

§ 3.º — Nas sessões do Conselho é que se realizam as conferências e palestras promovidas pela Sociedade, os debates sobre assuntos de natureza técnica ou científica, deles resultando os pareceres e pronunciamentos oficiais da instituição em matéria de interesse da agricultura e da economia brasileira.

§ 4.º — Haverá sessões conjuntas da Diretoria e do Conselho, para recepção de novos sócios titulares e em outros casos julgados necessários.

Art. 23 — O Diretor que faltar a quatro sessões consecutivas sem justificação será considerado resignatário.

Art. 24 — À Diretoria competirá coletivamente:

- administrar a Sociedade, cumprindo e fazendo cumprir os estatutos e regulamentos;
- arrecadar a receita e autorizar as despesas, de acordo com orçamento previamente aprovado;
- providenciar no tocante a quaisquer donativos que a Sociedade receber;
- nomear e demitir os empregados, fixar-lhes os vencimentos e estabelecer os seus direitos e deveres;
- resolver a respeito da admissão de sócios titulares, efetivos, correspondentes e honorários;
- propôr, justificando, a concessão de títulos de sócios beneméritos;
- resolver acerca de conclusões dos pareceres e informações das comissões para esse fim nomeadas;
- convocar as assembléias-gerais dos sócios, as sessões, os congressos, conferências e mais reuniões.

Art. 25 — Ao Presidente competirá:

- dirigir a administração geral da Sociedade, representando a Diretoria nos atos normais da instituição;
- representar a Sociedade em juízo e fora d'ele, e, em geral, nas suas relações com terceiros;
- presidir as sessões do Conselho e da Diretoria, tendo voto de qualidade; as conferências públicas e as assembléias-gerais, salvo aquelas em que houver prestações de contas, nas quais abrirá os trabalhos, convidando os presentes a aclamarem o sócio deva assumir a presidência;
- apresentar o relatório anual dos trabalhos sociais e as respectivas contas à assembléia-geral;
- autorizar, por escrito, o pagamento das contas devidamente processadas e as despesas de expediente;
- tomar conhecimento dos trabalhos de todos os departamentos e serviços, determinando providências para o seu regular andamento, auxiliando-as com as suas idéias e conselhos e submetendo à deliberação da Diretoria as medidas que julgar necessárias e forem da alçada desta;
- exigir e controlar o cumprimento dos Estatutos, regulamentos e deliberações da Administração e das Assembléias;
- nomear as comissões necessárias ao estudo de questões submetidas à Sociedade, para as quais poderá designar livremente diretores ou sócios;
- consultar o Conselho Superior;
- fixar as datas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria;
- designar e convocar com antecedência mínima de 30 dias a comissão de exame de contas da Diretoria;
- assinar os officios e representações dirigidas aos altos poderes do País;

- m) — visar os documentos assinados pelo Tesoureiro, relativos à vida financeira da Sociedade;
- n) — assinar, com o primeiro secretário ou seus substitutos e com o Secretário-Geral, as atas das sessões;
- o) — propor a nomeação de empregados.

Art. 26 — Competirá aos Vice-Presidentes substituir o Presidente em seus impedimentos e faltas temporárias, na ordem da categoria dos mesmos.

Art. 27 — Ao 1.º Secretário competirá:

- a) — colaborar na orientação dos serviços da Secretaria e atender às suas necessidades;
- b) — cooperar especialmente nos trabalhos de expediente, podendo assinar a correspondência que não exigir ou não tiver a assinatura do Presidente;
- c) — conferir e assinar, com o Presidente e o Secretário-Geral, as atas das sessões e assembleias;
- d) — organizar as conferências.

Art. 28 — Ao 2.º, 3.º e 4.º Secretários competirá substituir o 1.º em seus impedimentos e faltas e auxiliá-lo no bom desempenho de suas funções.

- Art. 29 — Ao 1.º Tesoureiro competirá:
- a) — arrecadar a receita e ter sob sua guarda todos os títulos e valores da Sociedade, depositando em bancos de reconhecido crédito as somas que não forem imediatamente necessárias às despesas;
 - b) — assinar com o Presidente os cheques, as contas e os balanços da Sociedade;
 - c) — pagar as contas visadas pelo Presidente;
 - d) — presidir à organização da escrituração social;
 - e) — apresentar à Diretoria as contas anuais;
 - f) — organizar os projetos de orçamento da receita e despesa;
 - g) — propor medidas tendentes ao desenvolvimento da arrecadação e aumento da receita.

Parágrafo único — O 2.º Tesoureiro auxiliará o 1.º e o substituirá em seus impedimentos e faltas.

Art. 30. — Competirá de preferência aos Diretores Técnicos, mediante proposta do Presidente, o encargo da organização e direção de setores de trabalho — serviços ou departamentos, permanentes ou provisórios.

Parágrafo único — Os serviços ou departamentos terão regimento próprio, organizado pelo respectivo diretor e aprovado pela Diretoria.

Art. 31 — Competirá ao Conselho Superior, que será presidido pelo Presidente da Sociedade:

- a) — reunir-se com a Diretoria, em sessão conjunta;
- b) — iniciar, discutir e votar questões de interesse científico e técnico;
- c) — estudar e dar parecer sobre as questões que lhe forem propostas pela Diretoria;
- d) — receber, em sessão especial, os sócios titulares;
- e) — manter a continuidade da vida cultural e social da entidade;
- f) — de um modo geral, orientar a atuação técnico-científica da Sociedade.

Art. 32 — Para o estudo das questões sujeitas ao juízo da Diretoria, o Presidente poderá designar comissões compostas de membros do Conselho.

Art. 33 — As sessões conjuntas se realizarão em dia e hora fixados pelo Presidente, sendo necessária a presença do Presidente, do Secretário-Geral e de, pelo menos, 10 membros do Conselho.

Capítulo IV

Do Secretário-Geral

Art. 34 — Haverá um Secretário-Geral que participará das sessões administrativas e conjuntas.

Art. 35 — O cargo de Secretário-Geral, de nomeação da Diretoria, será exercido por pessoa de reconhecida competência e idoneidade, que manterá a continuidade administrativa na Sociedade, com a chefia funcional e superintendência geral e efetiva sobre os diversos serviços e departamentos.

Parágrafo único — O Secretário-Geral terá jurisdição sobre todo o pessoal, gerindo, portanto, o funcionamento normal da Secretaria, Tesouraria, Biblioteca, Portaria e dos demais serviços ou departamentos, criados ou a se criarem.

Art. 36 — Ao Secretário-Geral incumbirá:

- a) — assinar a correspondência e o expediente que não forem da competência do Presidente;
- b) — fiscalizar e orientar o movimento da Secretaria, os livros da Tesouraria e os relativos à escrita dos diversos departamentos;

- c) — preparar o material das sessões da Diretoria, do Conselho Superior e das assembleias;
- d) — secretariar as sessões e Assembleias-Gerais, mesmo quando não presididas pelo Presidente da Sociedade, lendo-lhes o expediente;
- e) — expedir determinações de serviço;
- f) — manter a ordem e a disciplina dentro da Sociedade;
- g) — propor as penalidades que julgar úteis aos fins do item "F";
- h) — auxiliar a organização das conferências;
- i) — organizar os serviços de divulgação e publicidade;
- j) — orientar a organização do arquivo geral da Sociedade;
- k) — organizar ou fazer organizar o relatório dos trabalhos sociais;
- l) — assinar com o Presidente e o 1.º Secretário, ou seus substitutos, as atas das sessões.

Capítulo V

Regimento Interno — Regulamentos

Art. 37 — O Regimento Interno e os Regulamentos, elaborados pela Diretoria, completam, regulamentam e põem em execução as disposições destes Estatutos no tocante, mais especialmente, à ordem e à fiscalização internas dos serviços e departamentos permanentes ou temporários e aos empregados em geral.

Art. 38 — A Diretoria pode ampliar, alterar, restringir ou suprimir, provisória ou definitivamente, se assim o entender, dispositivos do Regimento Interno e dos Regulamentos.

Art. 39 — O Regimento Interno e os Regulamentos, uma vez aprovados pela Diretoria, têm a mesma força destes Estatutos, obrigando diretores, associados e empregados.

Capítulo VI

Das Rendas da Sociedade e Respectiva Aplicação

Art. 40 — O patrimônio da Sociedade compor-se-á:

- 1) — Dos bens móveis e imóveis existentes, na data da aprovação destes Estatutos;
- 2) — Dos saldos da receita anual;
- 3) — De quaisquer importâncias recebidas a título de donativo, jóia, estimação de distintivos e remissão de sócios.

Art. 41 — As fontes de receita da Sociedade se constituirão:

- 1) — Das contribuições dos sócios;
- 2) — Das rendas dos títulos e das propriedades imóveis ou quaisquer outros rendimentos condizentes com os fins da Sociedade;
- 3) — Das subvenções oficiais;
- 4) — Dos donativos e legados;
- 5) — Das rendas eventuais.

Art. 42 — O excesso disponível entre a receita e a despesa será aplicado na compra de apólices de dívida pública, de outros títulos garantidos pelo Governo Federal, ou ainda na aquisição e construção de imóveis para renda.

Capítulo VII

Das Assembleias-Gerais

Art. 43 — A Assembleia-Geral é a reunião dos sócios titulares beneméritos, remidos e efetivos, quites ou desta última categoria, nos termos do Art. 10, § 1.º que compareçam ao local das sessões, em dia e hora previamente designados nos anúncios, em dois diários da Capital, três vezes, pelo menos.

Art. 44 — Para que se realizem as assembleias, em virtude da primeira convocação, será necessária a presença de um terço de sócios; em virtude da segunda, que poderá ser feita com o intervalo mínimo de cinco dias, a assembleia poderá resolver com qualquer número, exceto quando tiver sido requerida por trinta ou mais sócios em que é necessária a presença, pelo menos, de dois terços dos requerentes.

Art. 45 — A mesa das Assembleias, quando se tratar de eleição de Diretoria e/ou tomada de contas, será composta de um presidente alheio à Diretoria-Geral, indicado no momento, com a aprovação tácita ou expressa da Assembleia, do Secretário-Geral e de dois escrutinadores indicados pelo Presidente da Assembleia.

Art. 46 — As votações serão simbólicas, salvo requerimento de votação nominal, aprovada pela Assembleia.

§ 1.º — A eleição da Diretoria, salvo deliberação em contrário da Assembleia, se fará por meio de

Livros e Publicações

O COQUEIRO, SEU CULTIVO E SUA IMPORTÂNCIA

Roberto da Costa Barros
Sergipe — Hórto Florestal de
Ibura
1969 — 11 páginas, 22 cm.

O GARIMPEIRO — o garimpeiro, êsse desconhecido.

Roberto da Costa Barros
Sergipe — Hórto Florestal de
Ibura
1969 — 8 páginas, 22 cm.

MANGABEIRA — a rainha dos tabuleiros

Roberto da Costa Barros
Sergipe — Hórto Florestal de
Ibura
1969 — 7 páginas, 22 cm.

INSTITUTO CAMPINEIRO DE ENSINO AGRÍCOLA

Vol. 1 — Administração agrícola
Vol. 2 — Curso de avicultura
Vol. 3 — " de bovino-cultura
Vol. 4 — " de cunicultura
Vol. 5 — " de suino-cultura
Campinas, 1969 — 5 vols.
23 cm.

A TILÁPIA

Sylvio Fairbanks Barbosa
Campinas, Secretaria de
Agricultura
Serviço de Comunicação
Rural

1970 — 16 páginas — 21 cm.

THE BIOLOGY AND EXTERNAL MORPHOLOGY OF BEES, WITH A SYNOPSIS OF THE GENERA OF NORTHWESTERN AMERICA;

Oregon, Agricultural Experiment Station
W. P. Stephen
140 páginas — 22 cm.

COOPERATIVAS AGRÍCOLAS DE COMERCIALIZAÇÃO

Margaret Digby — Roma,
FAO, 1956
94 páginas — 22 cm.

cédulas escritas ou impressas, que discriminem os cargos, procedendo-se à chamada pela ordem de inscrição no livro de presença, sendo permitida, 10 minutos após, uma segunda chamada, e conseqüentemente nova inscrição para os retardatários.

§ 2.º — Cada sócio titular, efetivo ou efetivo coletivo, terá apenas um voto, expresso o destas categorias pelo respectivo representante.

§ 3.º — Serão eleitos em primeiro escrutínio os sócios elegíveis que reunirem dois terços dos votos presentes. Quando, para um ou mais cargos, nenhum sócio tiver alcançado êsse número de votos, haverá segundo escrutínio, entre os dois mais votados para cada cargo, sendo considerado eleito nêsse escrutínio o que obtiver maior sufrágio.

§ 4.º — As deliberações tomadas pela Assembléia-Geral, em conformidade com êstes Estatutos, obrigam, para todos os efeitos os sócios ausentes.

Art. 47 — Nas assembléias-gerais não é permitida a discussão de assuntos estranhos aos fins da respectiva convocação.

Art. 48 — A Assembléia-Geral Ordinária se realizará no decurso do primeiro semestre de cada ano, convocada com uma antecedência nunca menor de 15 dias, salvo caso de urgência, a juízo da Diretoria, podendo, se fôr necessário, durar mais de um dia, adiando-se então os trabalhos com indicação do dia, hora e local certos para a continuação.

Art. 49 — Competirá a Assembléia-Geral Ordinária:

- 1) — Deliberar acerca do Relatório e Contas apresentadas pela Diretoria e, bem assim, quanto ao parecer formulado pela Comissão Fiscal;
- 2) — Eleger a Diretoria, na época determinada pelos Estatutos;
- 3) — Discutir e resolver quaisquer propostas ou indicações que lhe forem apresentadas pela Diretoria, pelo Conselho Superior ou pelos sócios;
- 4) — Resolver a respeito de quaisquer assuntos que não sejam da alçada da Diretoria;
- 5) — Deliberar sobre os casos omissos.

Art. 50 — A Assembléia-Geral Extraordinária se reunirá quantas vêzes a Diretoria julgar necessário ou fôr requerida por trinta ou mais sócios no gozo dos seus direitos.

Parágrafo único — As Assembléias-Gerais Extraordinárias serão anunciadas, nos termos do Art. 43, com

5 dias, no mínimo, de antecedência, com o seu motivo claramente expresso, nelas só se tratando do objeto da convocação.

Art. 51 — A reforma dos presentes Estatutos só poderá ser feita em Assembléia-Geral Extraordinária convocada especialmente para êsse fim, com 15 dias, pelo menos, de antecedência, devendo haver um intervalo mínimo de 10 dias entre a primeira e a segunda convocações, mas podendo-se nesta deliberar com qualquer número.

Capítulo VIII

Disposições Gerais

Art. 52 — A Sociedade Nacional de Agricultura elege para seu patrono o Dr. Antônio Ennes de Souza, fundador e primeiro Presidente da Instituição.

Art. 53 — A Sociedade poderá ser dissolvida por unanimidade de uma Assembléia-Geral a que comparecerem pelo menos três quartos dos sócios com direito a voto, qualquer que seja a convocação.

Parágrafo único — No caso de dissolução, o patrimônio social, liquidados os compromissos, terá aplicação que interesse à agricultura nacional, de acôrdo com a legislação em vigor.

Art. 54 — Os casos omissos nestes Estatutos serão resolvidos pela Diretoria, que, de tudo, dará conhecimento à primeira Assembléia-Geral.

Art. 55 — As questões de política partidária, religiosa e raciais são banidas da Sociedade.

Art. 56 — A Sociedade mantém como seu emblema um escudo circular, com a seguinte disposição: em fundo azul, uma colmeia rústica em ouro, apoiada sobre o cubo do mesmo metal, assente numa campanha de sua côr, e encimada por um listel de prata com o lema em azul: VIRIBUS UNITIS; em orla, no mesmo metal, a inscrição: SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA — 16 DE JANEIRO DE 1897.

Art. 57 — A bandeira da Sociedade é azul com uma faixa amarela ao centro, carregada esta de uma colmeia rústica, circundada pela legenda "viribus unitis", tudo em azul, como indica o padrão junto, e se inspira no emblema da Sociedade, em vigor desde a fundação, também reproduzido.

(Aprovados em Assembléia-Geral Extraordinária de 10 de outubro de 1954 e reformados nas de 15 de maio de 1968 e de 23 de junho de 1969).

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

Leis, decretos-leis, portarias e demais atos oficiais dos governos federal, da Guanabara e de São Paulo, relativos ao período de março e abril de 1970.

GOVERNO FEDERAL

AÇÚCAR — Comercialização — Pernambuco e Alagoas — Safra 1969/1970

O IAA estabeleceu as cotas de comercialização de açúcar para Pernambuco e Alagoas, referentes ao primeiro período da safra de 1969-70, contado de setembro-1969 a fevereiro-1970. (MIC-IAA — Ato n.º 42 de 10-10-69 — DO-II de 6-4-70, p. 771).

AÇÚCAR — Mel Rico Invertido — Ágios e Deságios — Liquidação — Normas

O IAA estabeleceu normas para a liquidação de ágios e deságios sobre o índice básico dos açúcares redutores totais do mel rico invertido na safra de 1969-70.

Partindo do índice básico de 76% de Açúcares Redutores Totais (ART), o IAA atribuirá ao produtor, na safra de 1969-70, ágio de 1/76 ou deságio de 2/76 por tonelada de mel rico invertido (*inverted high test molasses*), em cada fração de 1% acima ou abaixo daquele índice básico, respectivamente, de acordo com as condições que hajam prevalecido no fechamento da operação de venda à firma importadora (MIC-IAA — Ato n.º 9 de 23 de março de 1970 — DO-II de 9 de abril de 1970, p. 808).

AÇÚCAR — Moagem de Excedentes — Pernambuco, Sergipe e Alagoas

O IAA resolveu que as usinas de Pernambuco e Sergipe que na safra de 1969-70 ainda disponham de matéria-prima, após atingirem as autorizações individuais de produção fixadas pela Resolução n.º 2.025, de 1969 BLA-69, pp. 311 e 901), ficam autorizadas a utilizar totalmente os excedentes de cana na fabricação do açúcar cristal. As usinas de Alagoas, na safra de 1969-70, ficam autorizadas a fabricar uma parcela adicional de 1.000.000 de sacos de açúcar cristal.

Os Sindicatos da Indústria do Açúcar e do Alcool em Pernambuco, Alagoas e Sergipe deverão comunicar à Delegacia Regional do IAA, a que estejam subordinadas as respectivas usinas, os volumes dos excedentes de canas para moagem em cada unidade industrial e as quantidades de açúcar correspondentes.

Os fornecedores participarão do abastecimento de canas, para produção das parcelas adicionais de açúcar cristal, observada a mesma proporção dos contingentes agrícolas atribuídos pelo IAA para fornecimento a cada usina.

Em consequência fica suspensa a produção dos saldos do novo contingente de açúcar demerara deferido a Pernambuco e Alagoas pelo Ato n.º 6, de 1970, que ainda não tenha sido realizados até 28 de fevereiro de 1970.

As parcelas adicionais de açúcar cristal, ora autorizadas, ficarão retidas nos armazéns das próprias usinas ou nos depósitos das cooperativas centralizadas de vendas, fora de comercialização até 31-5-70, quando o IAA baixará normas para a sua utilização.

Caso o comportamento estatístico da safra de 1969/70, em 31-3-70, venha a demonstrar que haverá excedentes na disponibilidade do açúcar cristal destinado ao abastecimento da Região Norte-Nordeste, poderá o IAA rever o ato que permite a autorização ora concedida e reduzir o volume da produção adicional do açúcar cristal.

A produção dos volumes de mel rico invertido (*inverted high test molasses*) deferidos às usinas de Pernambuco prosseguirá sem interrupção até sua total realização (MIC-IAA — Ato n.º 8, de 24-2-70 — DO-II de 12-3-70, p. 609).

AÇÚCAR — Reajuste de Cotas — Alteração

O IAA exclui do disposto no art. 3.º do Ato n.º 4, de 1970, BLA/70, p. 185), as entregas antecipadas de cotas compulsórias de suprimento às refinarias autônomas processadas antes de 31-12-69, as quais serão compensadas nos meses correspondentes.

As duas cotas acumuladas de novembro e dezembro de 1969, no volume mensal de 118,0 mil sacos de açúcar cristal, atribuídas às usinas paulistas na forma do art. 5.º do Ato n.º 4, de 1970, cuja entrega às refinarias autônomas do Estado da Guanabara foi estabelecida para janeiro de 1970, serão consideradas, para efeito fiscal, parcelas de acréscimo à cota de comercialização do refinado, deduzindo-se o seu total de 236,0 mil sacos de estoque final compulsório previsto no quadro anexo ao Ato n.º 4, de 1970. (MIC-IAA — Ato n.º 7, de 12-2-70 — DO-II de 3-3-70, p. 463).

ANIMAIS REPRODUTORES — Venda

A Equipe de Revenda Agrícola poderá vender os reprodutores excedentes dos plantéis das unidades administrativas do Ministério a lavradores e criadores registrados, bem como às Secretarias de Agricultura dos Estados, Prefeituras Municipais, Sociedades de Economia Mista e Autarquia. Autorização nesse sentido foi concedida pelo Ministro da Agricultura (MA-Gb — Portaria n.º 185, de 24-4-70 — DO de 28-1-70, p. 3.104).

BORRACHA SINTÉTICA — Imposto de Importação — Isenção

A Comissão Executiva do Conselho de Política Aduaneira isentou do imposto de importação a cota de 13.000 t. peso seco, de borracha sintética do item 40-C2 da Tarifa das Alfândegas, a ser importada, no exercício de 1970, dentro das cotas individuais fixadas pela Superintendência da Borracha. A isenção aplica-se igualmente às mercadorias já despachadas, cujas guias ou licenças de importação contenham declaração expressa da Superintendência da Borracha de que se trata de borracha correspondente à cota fixada (MF-CPA — Resolução n.º 790 de 11-3-70 — DO de 3-4-70, p. 2.509).

BORRACHA VEGETAL — Imposto de Importação — Isenção

O Conselho de Política Aduaneira isentou do imposto de importação a cota de 384 toneladas, peso seco, de borracha vegetal dos tipos RSS-1 e RSS-2, a ser importada dentro das cotas individuais fixadas pela Superintendência da Borracha. Essa vantagem fiscal entrou em vigor a 2-3-70 e terá vigência de um ano (MF-CPA — Resolução n.º 745, de 4-2-70 — DO de 2-3-70, p. 1.545).

legislação agrícola

CAÇA AMADORISTA — Normas

O Presidente do IBDF fixou normas para o exercício de atos de caça amadorista e tornou ilegal qualquer atividade de comércio baseada em produtos e subprodutos da fauna silvestre obtidos através deste tipo de caça.

A caça amadorista lícita durante a temporada oficial entre 1.º de maio a 31 de agosto é, entretanto, proibida, em qualquer época, nos parques nacionais, estaduais e municipais, nas reservas biológicas federais, estaduais e municipais, e nas propriedades de instituições oficiais da União, dos Estados e Municípios.

Para exercer quaisquer atividades de caça amadorista, o caçador deverá munir-se previamente da Licença Anual expedida pelo IBDF (MA-IBDF — Portaria n.º 1.381, de 31-3-70 — DO-II de 29-4-70, p. 1.001).

CAFÉ — Declarações de Vendas — Fechamento de Câmbio

As declarações de vendas que forem registradas a partir de 10-3-70 no IBC terão a sua validade condicionada ao fechamento dos contratos de câmbio pertinentes até o dia útil imediatamente posterior ao do registro.

Revogado o regime de cotas de exportação de que trata a Resolução n.º 479, de 1969, do IBC BLA/69, p. 770 (MIC-IBC — Resolução n.º 490 de 26-2-70 — DO-II de 10-3-70, p. 583).

CAFÉ — Declaração de Vendas — Registro — Junho

Estão abertos, desde 2-3-70, os registros de declarações de vendas para embarque de cafés em junho de 1970, nas mesmas condições de preço de Registro e Remuneração Cambial fixadas na Resolução n.º 485, de 1970, do IBC (MIC-IBC — Aviso s/n.º, de 26-2-70, DO-II de 10-3-70, p. 591).

CAFÉ DESPOLPADO E COMUM — Garantia de Compra — Safra 1969/70

O IBC garantirá, a partir de 1-7-70, através do Banco do Brasil — à opção do vendedor —, a compra dos cafés das cotas Despolpado e Comum da safra 1969/70, desde que devidamente registrados no IBC aos preços por saca de 60,5 quilos brutos, acondicionados em sacaria nova e entregues nos armazéns do interior indicados pelo IBC, com impostos pagos.

Os preços de garantia a que se referem estas normas são os seguintes, para cafés despachados a partir de 1-7-70:

Cota, despolpado — Cr\$ 138,00 por saca de cafés tipo 4 para melhor e demais características definidas na Resolução n.º 464, de 1969 (BLA/69, p. 329), sobre o encaminhamento dos cafés da safra produzidos em qualquer parte do território nacional.

Cota, comum — a) Cr\$ 125,00 por saca para cafés do tipo 6 — para melhor — bebida isenta de gosto "Rio-Zona", produzidos nas regiões componentes do Grupo I; b) Cr\$ 94,00 por saca para cafés do tipo 7/8 — também para melhor — sem discriminação, produzidos nas regiões integrantes do Grupo II.

Permanecem inalterados os ágios entre tipos de café a que se refere a Resolução n.º 467, de 1969 (BLA/69, p. 447).

O IBC divulgará as normas de compra, nos portos, dos cafés remanescente da safra 1969/70 (MIC-IBC — Resolução n.º 488, de 26-2-70 — DO-II de 10-3-70, p. 583).

CAFÉ — Exportação — Garantia de preços — Prorrogação

O IBC prorrogou até 31-7-70 o sistema de garantia de preços concedida aos importadores, no exterior, sobre suas compras diretas de café no Brasil, de que trata a Resolução n.º 486, de 1970 (BLA/70, p. 102), e demais resoluções que disciplinam a matéria. A prorrogação cobrirá as operações já registradas ou que venham a ser registradas no IBC e cujos cafés foram embarcados até 31-7-70 (MIC-IBC — Resolução n.º 492, de 20-3-70 — DO-II de 30-3-70, p. 721).

CAFÉ — Exportação — Portos de Vitória, Ilhéus e Salvador — Autorização

O Ministro da Agricultura autorizou a exportação de café em grão pelos portos de Vitória, no Espírito Santo, e pelos de Salvador e Ilhéus, na Bahia, quando o produto proceder de áreas abrangidas por restrições fixadas no Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal (MA-Gb — Portaria n.º 164, de 6-4-70 — DO-II de 30-3-70, p. 720).

CAFÉ — Exportação — Registro de Declaração de Venda

O IBC estabeleceu os preços mínimos de registro, a partir de 23-3-70, de declarações de vendas relativas à exportação de café da safra de 1969/70, e anteriores, verde em grão ou o correspondente em café torrado (MIC-IBC — Resolução n.º 491 de 20-3-70 — DO-II de 30-3-70, p. 720).

CAFÉ — Importadores — Garantia de Preços — Prorrogação de Prazo

O Sistema de garantia de preços concedida aos importadores de café no exterior sobre suas compras diretas do produto no Brasil foi prorrogado até ... 30-6-70. Esta prorrogação abrangerá as operações já registradas ou que venham a ser registradas no IBC e cujos cafés forem embarcados até 30-6-70, considerada data de embarque aquela que estiver consignada na Relação Diária de Embarque, modelo 04/3, preenchida pela agência da autarquia no respectivo porto MIC-IBC — Resolução n.º 489, de 26-2-70 — DO-II de 10-3-70, p. 583).

CAFÉ — Praga — Erradicação — Paraná — Instruções

O Diretor do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal fixou a competência da Comissão Executiva para os problemas dos nematóides do cafeeiro no Paraná, bem como as atribuições dos laboratórios e técnicos credenciados para esse trabalho (MA-SDSV — Portaria n.º 18, de 20-2-70 — DO de 4-3-70, p. 1.625).

CARNE BOVINA — Abastecimento — Classificação e Comercialização — Brasília

A Delegacia da SUNAB, em Brasília, classificou como carne extra o filé e o contra-filé.

Estabeleceu, também, as margens máximas de comercialização para diversos tipos de carne (MA-SUNAB-DF — Portaria n.º 7 de 2-4-70 — DO-II de 7-4-70, p. 786).

CARNE BOVINA — Abastecimento — Classificação e Comercialização — Goiás

Classificada a carne bovina comercializada em Goiás, constituindo a carne extra o filé e o contra-filé. A Delegacia da SUNAB, em Goiás, fixou também as margens de comercialização para a carne classificada. O filé e o contra-filé continuam com seus preços liberados.

Os açougues deverão manter exposta, em local visível de fácil leitura, a tabela de preços de carne, em letras e algarismos de 3 cm (MA-SUNAB-GO — Portaria n.º 11 de 2-4-70 — DO-II de 7-4-70, p. 786).

CARNE BOVINA — Abastecimento — Comercialização

A SUNAB estendeu as margens de comercialização de carne bovina constantes do art. 8.º da Portaria n.º 76, de 1969 (BLA/69, p. 517), aos varejistas sediados em Minas Gerais (MA-SUNAB — Portaria n.º 13, de 6-3-70 — DO-II de 12-3-70, p. 603).

Nota da Redação: A Portaria n.º 13, de 1970, revoga a de n.º 108 de 1969, do Delegado Regional da SUNAB, em Minas Gerais, e a de n.º 113, de 1969, da própria SUNAB (BLA/69, p. 859), que ratificou a do Delegado Regional.

CARNE BOVINA — Abastecimento — Margens de Comercialização — Brasília

A Delegacia Regional de Brasília da SUNAB estabeleceu novas margens de comercialização para a carne bovina (MA-SUNAB-DR-BR — Portaria n.º 6, de 25-3-70 — DO-II de 31-3-70, p. 726).

CARNE BOVINA — Abastecimento — Margens de Comercialização — Rio Grande do Norte

A SUNAB delegou poderes ao seu Delegado Regional do Rio Grande do Norte para fixar as margens de comercialização da carne bovina, além de estabelecer condições de venda e classificação do mesmo produto nos limites territoriais daquele Estado (MA-SUNAB-RN — Portaria n.º 17, 3-4-70 — DO-II de 9-4-70, p. 807)

CÊRA DE CARNAÚBA — Exportação — Especificação de Padronização

O Conselho Nacional do Comércio Exterior aprovou novas especificações de padronização, classificação e fiscalização da cêra de carnaúba destinada à exportação. O produto será classificado em cinco tipos diferentes, caracterizados conforme a cor e índice de impureza e unidade (MIC-CON-CEX — Resolução n.º 57, de 9-3-70 — DO de 20-3-70, p. 2.182).

DESENVOLVIMENTO FLORESTAL — Indústria de Carvão Vegetal — Reposição

O IBDF determinou que deverá ser feita na base de quatro árvores por metro cúbico de madeira cortada para lenha e/ou fabricação de carvão a reposição a que estão obrigadas as indústrias à base de carvão vegetal e/ou lenha, ou que utilizam o carvão vegetal como matéria-prima. Nos projetos de reflorestamento os interessados deverão declarar o consumo médio anual de carvão e/ou lenha (MA-IBDF — Portaria n.º 1.384, de 2-4-70 — DO-II de 16-4-70, p. 894).

ENGENHEIRO — Aperfeiçoamento Técnico e Cultural

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia estabeleceu que os Conselhos Regionais destinarão anualmente a renda líquida provinda da arrecadação das multas para o aperfeiçoamento técnico e cultural do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo (MTPS-CFEAA — Resolução n.º 187, de 30-1-70 — DO-II de 20-3-70, p. 699).

FUNDO FEDERAL AGROPECUÁRIO — Contrôlo de Receita — Tomada de Contas — Normas

Aprovadas as normas para contrôlo da receita do Fundo Federal Agropecuário e das tomadas de contas anuais dos agentes arrecadadores. A regulamentação foi fixada pelo Conselho do Fundo Federal Agropecuário (MA-FFA — Resolução n.º 3 de 2-3-70 — DO de 20-3-70, p. 2.180).

FUNDO FEDERAL AGROPECUÁRIO — Sistema Operacional

O Conselho do Fundo Federal Agropecuário reajustou o sistema operacional de aplicação dos recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, creditados ao Fundo para financiamento do Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa, revogando a Resolução n.º 10, de 1969 (MA-CFFA — Resolução n.º 2, de 19-2-70 — DO de 19-3-70, p. 2.144).

FUNDO FEDERAL AGROPECUÁRIO — Tomada de Contas — Processamento

O Conselho do Fundo Federal Agropecuário fixou a sistemática para as tomadas de contas anuais dos ordenados de despesas dos recursos administrativos pelo Fundo (MA-FFA — Resolução n.º 4, de 2-3-70 — DO de 20-3-70, p. 2.181).

FUNGICIDAS — Importação e Distribuição

O Ministro da Agricultura determinou às firmas importadoras fungicidas organo-mercuriais que encaminhem, trimestralmente, à Equipe Técnica de Defesa Sanitária Vegetal relação das importações desses produtos, discriminando a quantidade de cada um, bem como sua distribuição, especificando os destinatários. Essa exigência entra em vigor a partir de 10-6-70 (MA-GB — Portaria n.º 92, de 3-3-70 — DO de 10-3-70, p. 1.792).

PECUÁRIA — ANIMAIS DOMÉSTICOS — Registro — Alteração

Modificada a classificação de animais domésticos, do regulamento do registro genealógico de animais. Nesse sentido foi dada nova redação ao art. 2.º do Decreto n.º 58.984 de 1966:

“Art. 2.º — Para os efeitos deste regulamento, são considerados animais domésticos as seguintes espécies: asininos, bovinos, bubalinos, eqüinos, suínos, ovínos, caprinos, caninos, leporinos e outras de interesse econômico” (Decreto n.º 66.331 de 17-3-70 — DO de 18-3-70, p. 2.081).

PECUÁRIA — Crédito Rural — Financiamentos — Encargos Bancários

O Banco Central estabeleceu as normas que disciplinarão as operações de crédito rural, a partir de 1-5-70. Os financiamentos serão concedidos a juros de 17 a 7% ao ano. Nas operações para financiamento para aquisição de insumos modernos (fertilizantes), os juros serão de 7% ao ano, suplementados os 10% restantes pelo Banco Central com os recursos do FUNDAG ou FUNFERTIL. Revogada, em consequência, a Resolução n.º 129, de 1969 (BLA/69, p. 837), permitida a normal liquidação das operações em andamento, mediante esquemas a serem definidos pelo Banco Central (MF-BCB — Resolução n.º 140 de 23-3-70 — DO-II de 1-4-70, p. 737).

PECUÁRIA — Crédito Rural — Instruções

O Banco Central expediu instruções às instituições financeiras autorizadas a realizar operações de crédito

legislação agrícola

rural, com o objetivo de sustentar os preços pagos ao produtor.

Os juros serão cobrados, a partir de 1-5-70, na base de 17% ao ano e de 13% quando se tratar de operações de valor até 50 vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Conceituação — Para efeito de aplicação dos recursos do crédito rural, serão considerados somente os suprimentos feitos diretamente aos produtores rurais ou suas cooperativas, não se enquadrando nessa modalidade quaisquer créditos feitos diretamente às firmas compradoras de produtos agropecuários ou seus intermediários. Terão caráter prioritário os financiamentos destinados ao atendimento das despesas de pré-comercialização, assim entendidas as referentes à fase imediata à colheita de produção própria, compreendendo o armazenamento, seguro, manipulação, preservação, acondicionamento, impostos, fretes e carretos.

Aplicações — Durante os períodos de safra compreendidos entre 1-3 a 31-7, nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste (exceto Bahia e Sergipe), e entre 1-8 a 31-12 nas demais (inclusive Bahia e Sergipe), podem ser aplicados em operações de comercialização: a) a totalidade dos recursos previstos na Resolução n.º 69, pelas instruções autorizadas a operar amplamente em crédito rural; b) os limites fixados pelo Banco do Brasil no caso das demais instituições (MF-BCB — Circular n.º 133 de 9-4-70 — DO-II de 20-4-70, página 913).

PESCA — Proibição — Baía de Sepetiba

A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca proibiu o emprêgo, na Baía de Sepetiba, de redes de arrasto, arrastão, traineiras e cerco de corda. Nessa área a pesca somente poderá ser realizada por pescadores profissionais autorizados pela SUDEPE (MA-SUDEPE — Portaria n.º 167, de 11-3-70 — DO-II de 18-3-70, p. 652).

PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL — Orçamento Geral do Plano Básico

O Secretário-Geral do Ministério do Trabalho aprovou o Orçamento Geral do Plano Básico de Previdência Social Rural — (MTPS-SG — Portaria n.º 153 de 9-3-70 — DO de 16-3-70, p. 1.997).

REFLORESTAMENTO — Exploração de Florestas — Palmito — Normas

A Portaria n.º 1.208, de 1969 (BLA/69, p. 917), do IBDF, que dispõe sobre reflorestamento e exploração de florestas, foi modificada, passando a ter nova redação para a integralidade de seus dispositivos (MA-IBDF — Portaria n.º 1.283 de 2-2-70 — DO-II de 6-3-70, p. 498).

SEMENTES E MUDAS — Comercialização, Armazenagem e Transporte — Fiscalização — Revogação

Revogada pelo Ministro da Agricultura a Portaria n.º 351 de 1969 (BLA-69, p. 822), que dispunha sobre a fiscalização nos estabelecimentos comerciais, cooperativas e associações de classe que operam nas diversas fases do processo de comercialização de sementes e mudas (MA-GB — Portaria n.º 184, de 24-4-70 — DO de 28-4-70, p. 3.104).

SEMENTES E MUDAS — Comissão Especial

O Ministro da Agricultura constituiu a Comissão Especial de Sementes e Mudas, que terá, entre outras, as seguintes atribuições:

a) Sugerir medidas para melhor execução da Lei n.º 4.727 de 1965; b) emitir parecer e apreciar recursos administrativos decorrentes da aplicação da legislação

sobre sementes; c) indicar a entidade certificadora de sementes nos Territórios e Distrito Federal, bem como em Estado onde inexista legislação sobre a matéria (MA-GB — Portaria n.º 181, de 24-4-70 — DO de 28-4-70, p. 3.103).

SISAL — Exportação — Exigências

A Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil determinou que as exportações de sisal serão realizadas pelas empresas, exclusivamente através das Câmaras de Sisal da Bahia e da Paraíba, com assistência da CACEX. As ofertas de compra do exterior deverão ser encaminhadas à respectiva Câmara, que indicará as empresas incumbidas de realizar as operações (MF-CACEX — Comunicado n.º 291 de 9-3-70 — DO-II de 16-3-70, p. 631).

TRIGO EM GRÃO — Imposto de Importação — Isenção.

O Conselho de Política Aduaneira concedeu isenção do imposto de importação, a partir de 2-3-70, para uma cota de 2.190.000 toneladas de trigo em grão para o ano de 1970, fixada pela Portaria n.º 127 de 1969, da Superintendência Nacional do Abastecimento — BLA-69, p. 949 (MF-CPA — Resolução n.º 741, de 4-2-70 — DO de 2-3-70, p. 1.545).

ESTADO DA GUANABARA

CALDO DE CANA — Feiras-Livres — Proibição de Venda

O Departamento de Abastecimento da Secretaria de Agricultura proibiu a venda de caldo de cana nas feiras-livres, cancelando todas as permissões anteriormente concedidas para essa atividade (SA-NAB — Ordem de Serviço "E" n.º 11, de 19-3-70 — DO-GB de 3-4-70, p. 4.536).

CARNE VERDE — ICM — VI Convênio do Rio de Janeiro — Prorrogação

Aprovado o protocolo firmado entre os Secretários da Fazenda dos Estados integrantes da Região Geoeconômica Centro-Sul e prorrogada até 30-9-70 a vigência do prazo estabelecido na cláusula 2.ª, do VI Convênio do Rio de Janeiro, relativo à isenção ou redução da base de cálculo do imposto sobre circulação de mercadorias incidente sobre a saída de carne verde (Palácio do Governo) GB — Ato n.º 20 de 10-4-70 — DO-GB de 14-4-70, p. 5.319).

FEBRE AFTOSA — Combate — Obrigatoriedade

Determinada a obrigatoriedade de vacina e revacinação contra a febre aftosa nos rebanhos sensíveis à doença, em todo o Estado. O proprietário, criador ou responsável que não exibir documento comprobatório de vacinação ou revacinação passado por órgão oficial ou médico-veterinário devidamente credenciado será considerado em situação irregular, devendo tal fato constar expressamente de toda a documentação que requerer, especialmente se destinada a fazer prova para obtenção de crédito agrícola e hipotecário (Decreto-lei n.º 327 de 31-3-70 — DO-GB de 3-4-70, p. 4.529).

FEIRAS-LIVRES — Funcionamento

As atividades comerciais nas feiras-livres têm caráter transitório, podendo ser transferidas ou suspensas quando a oferta dos produtos alimentícios pela rede de estabelecimentos comerciais suprir as necessidades da população.

A atividade de feirante só poderá ser exercida por pessoa física ou jurídica matriculada no Departamento de Abastecimento da Secretaria de Agricultura

legislação agrícola

e na Inspeção de Rendas da Secretaria de Finanças, e obedece à seguinte classificação por categoria.

a) feirante-produtor, para venda de produtos de sua própria atividade agrícola;

b) feirante-mercador, para revenda dos produtos permitidos;

c) cabeceira-de-feira, para revenda de mercadorias a serem especificadas em regulamento, nas extremidades das feiras-livres;

d) feirante-auxiliar, constituída pelos empregados, representantes, carregadores e transportadores.

Cada feirante não poderá ter mais de uma matrícula concedida a título precário, e a sua transferência será permitida nos seguintes casos:

a) por morte de permissionário para o nome de herdeiro legal, desde que requerida até 90 dias a contar da data do óbito;

b) por doença infecto-contagiosa ou incapacidade física comprovadas do permissionário, para o nome do cônjuge ou filho, desde que requerida até 90 dias a contar da data do laudo médico respectivo.

A cassação da matrícula será efetivada quando fôr constatada a prática das seguintes infrações:

a) venda de mercadorias deterioradas ou de procedência clandestina; b) sonegação de mercadorias; c) majoração de preços; fraude nos pesos, medidas ou balanças; e) agressão física ou moral; f) exercício de atividade por pessoa não devidamente habilitada; g) atraso de mais de 90 dias no pagamento dos impostos e taxas; h) transgressão de natureza grave das disposições fixadas em atos baixados pela Secretaria de Agricultura.

São os seguintes os comércios permitidos nas categorias de feirante-produtor e feirante-mercador: verduras e frutas nacionais, frutas estrangeiras, ovos, flores e plantas.

Quanto a aves abatidas e pescado, os comércios só poderão ser exercidos em veículos frígidos. Outros sistemas de conservação poderão ser adotados pela Secretaria de Agricultura, respeitadas até 31-12-70 as permissões para o atual comércio em barracas.

A transferência de comércio ou de categoria é permitida, e os comércios de mercearia, cereais, salgados, laticínios, doces, pescados, balas e biscoitos, alhos e temperos, aves vivas e todos os que têm como objeto produtos não alimentícios poderão ser extintos a critério da Administração.

Nas extremidades das feiras-livres, os inválidos, cegos, mutilados, excepcionais, poderão ser matriculados como feirantes, isentos de todos os impostos e taxas.

As vagas que vierem a ocorrer nas feiras-livres das IV, V e VI Regiões Administrativas não serão preenchidas.

O feirante deverá pagar, mensalmente, a Taxa de Limpeza de Logradouros igual a 0,2 UFEG.

As penalidades a serem aplicadas serão previstas em regulamento, que fixará multas no valor de 0,2 a 1 UFEG (Decreto-lei n.º 311 de 12-3-70 — DO-GB de 13-3-70, p. 3.265).

Nota da Redação: Revogadas as Leis ns. 748, de 1952; 901, de 1957; 1.499, de 1967; o Decreto-lei n.º 171, de 1969; e os Decretos ns. 60, de 1960, e 882, de 1962.

FEIRAS-LIVRES — Transporte e Aluguel de Tabuleiros — Alteração

O art. 11, letra "F", do Decreto n.º 881, de 1962, passou a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11

f) — Os serviços de transporte e aluguel de tabuleiros nas feiras-livres serão executados por concessionário, obedecendo as normas legais".

Esta alteração se baseia no Decreto-lei n.º 311, de 1970 (BLA/70, p. 264), que atribuiu ao Estado competência para fiscalizar o funcionamento das feiras-livres em todos os seus aspectos, inclusive transporte, distri-

buição e arrumação dos tabuleiros (Decreto "E" n.º 3.802, de 20-4-70 — DO-GB de 22-4-70, p. 6.029).

FLÔRES, PLANTAS E PESCADOS — ICM — Exportação — Estímulos — Convênio

O Governador aprovou o convênio assinado em Brasília a 31-3-70, pelos Secretários da Fazenda dos Estados e do Distrito Federal, em que os signatários poderão conceder isenção ou redução de base de cálculo do ICM incidente sobre a saída, para o exterior, de flores, plantas ornamentais e pescados (Palácio do Governo-GB — Ato n.º 21, de 10-4-70 — DO-GB de 14-4-70, p. 5.319).

FRUTICULTURA — Distribuição de Mudanças — Normas

O lavrador fruticultor ou viveirista que estiver interessado na instalação de pomar deverá assinar Termo, comprometendo-se a seguir a orientação técnica do Distrito Agrícola, concorrendo com 20% do total das mudas necessárias adquiridas junto a viveiristas reconhecidamente capazes (SA-DA — Ordem de Serviço "E" n.º 2, de 2-4-70 — DO-GB de 9-4-70, p. 4.947).

HORTICULTURA — Distribuição de Sementes — Normas

O Diretor do Departamento de Agricultura, da Secretaria de Agricultura, baixou normas para a distribuição gratuita de sementes hortícolas aos lavradores, criadores, hortelões, associações de classe, escolas, abrigos e a outras categorias de pessoas interessadas. A distribuição será feita através dos Distritos Agrícolas (SA-DA — Ordem de Serviço "E" n.º 1, de 2-4-70 — DO-GB de 9-4-70, p. 4.947).

PECUARIA — Serviço Reembolsável para Aquisição e Revenda — Alteração

O preço de revenda dos materiais ou produtos agropecuários sofrerá majoração de 5% sobre o preço de compra, de acordo com a nova redação dada ao art. 5.º da Lei n.º 692 de 1952. O percentual de aumento destina-se a cobrir as quebras dos produtos negociados, mas não poderá provocar preço de revenda superior ao do mercado.

As perdas deverão constar de registros específicos e seu montante será apurado no balanço financeiro e patrimonial de cada exercício. Não atingindo o valor das quebras importância equivalente a 5% do lucro auferido nas vendas, será o excesso, no exercício subsequente, incorporado ao Fundo Rotativo (Decreto-lei n.º 325, de 30-3-70 — DO-GB de 31-3-70, p. 4.233).

PESCA — Incentivos — Instituição de Prêmios

Com o intuito de incentivar a atividade da pesca, o Governo do Estado instituiu prêmios aos pescadores que se distinguiram durante o ano. A medida objetiva a melhoria qualitativa e quantitativa do pescado (Decreto-lei n.º 234 de 30-3-70 — DO-GB de 31-3-70, página 4.233).

SECRETARIA DE AGRICULTURA — Reestruturação — Mercadorias Apreendidas — Destinação

Criado no Departamento de Abastecimento da Secretaria de Agricultura um Depósito de Apreensões (órgão de 7.º nível), subordinado à Divisão de Fiscalização de Mercadorias e Serviços com o código 2.1.4, que passa a integrar o Anexo XX, do Decreto "E" n.º 2.126, de 1958.

Os produtos perecíveis apreendidos nas feiras-livres serão doados a instituições de beneficência e hospitalares, de preferência do Estado.

As mercadorias não perecíveis serão recolhidas ao Depósito de Apreensões, podendo ser devolvidas a seus proprietários, se reclamadas no prazo máximo de 30 dias e desde que provada sua procedência e pagos os tributos e multas devidos.

legislação agrícola

As mercadorias não reclamadas no prazo ou de procedência clandestina serão doadas a instituições do Estado (Decreto "E" n.º 3.788, de 14-4-70 — DO-GB de 15-4-70, p. 3.476).

ESTADO DE SÃO PAULO

CAÇA AMADORISTA — Normas

O Instituto de Pesca divulgou as Portarias números 253 e 303, de 1968, e 851, de 1969, do IBDF (BLA/68, pp. 87 e 135, e BLA/69, p. 217), que estabelecem normas e restrições para a prática de caça amadorista (SA-IP — Portaria s/n.º, de 16-4-70 — DO-SP de 23-4-70, p. 11).

CAFÉ — Taxa de Viação — Arrecadação

A partir de 1-5-70, a taxa de viação deverá ser recolhida quando o café transitar com destino: a outro Estado — antes de iniciada a remessa; ao Exterior — no ato de despacho de exportação; ao IBC — até o ato de liquidação de operação pelo Banco do Brasil S. A.; e ao estabelecimento industrial, para fins de torração ou de industrialização — antes de iniciada a remessa. A arrecadação da referida taxa será feita através dos órgãos componentes da Secretaria da Fazenda, podendo ser também recolhida na mesma guia do ICM (Decreto n.º 52.431 de 6-4-70 — DO-SP de 7-4-70, p. 2).

CARNE VERDE — ICM — VI Convênio do Rio de Janeiro — Prorrogação

A vigência do VI Convênio do Rio de Janeiro, celebrado em 3-7-69 (BLA/69, p. 512), foi prorrogada até 30-9-70. Revogado o Decreto n.º 52-354 de 1970 (Decreto n.º 52.432 de 6-4-70 — DO-SP de 7-4-70, p. 2).

CARTEIRA AGRÍCOLA DE SEGUROS — Regimento — Alterações

Alterada a Resolução s/n.º de 22-4-66, que aprovou o Regimento Interno da Carteira Agrícola de Seguros contra a geada para horticultores, floricultores e fruticultores. Os arts. 3.º e 9.º do Capítulo II dos Riscos e Coberturas passam a ter a seguinte redação: "Art. 3.º — Horticultores — exclui a cultura do chuchu".

"Art. 9.º — Para o corrente ano as taxas percentuais para cobrança de prêmios para horticultura, floresta e fruticultura, por categoria e para altitude até 700 metros, serão as constantes da tabela em anexo à presente resolução".

Inclua-se no Capítulo II — Dos Riscos e Cobertura, mais um artigo, o de n.º 8-A, com parágrafo único: "Art. 8-A — Toda cultura a ser segurada, quer seja permanente ou anual, pertencente às Categorias A, B ou C, deverá abranger a totalidade plantada na propriedade agrícola, não sendo permitidos os contratos de seguro com áreas fracionadas da cultura."

Parágrafo único — Se o agricultor possuir na sua propriedade agrícola a mesma cultura, em duas ou mais áreas separadas, o seguro deverá ser feito na totalidade das áreas cultivadas".

O § 2.º, do art. 11, do Capítulo III — Das Indenizações, passa a ter a seguinte redação:

§ 2.º — A inspeção deverá ser feita dentro de 45 dias da data da comunicação, devendo o engenheiro-agrônomo que a efetuou preencher o Laudo de Ocorrência, em impresso próprio, contendo todos os dados exigidos para a perfeita caracterização das culturas, bem como a indicação exata das categorias, localização, valor segurado, valor da indenização devida e assinatura de duas testemunhas que assistiram à inspeção.

O art. 16, do Capítulo III — Das Indenizações passa a ter a seguinte redação:

"Art. 16 — As indenizações máximas previstas no artigo anterior, bem como as taxas percentuais para cobrança de prêmios, poderão ser alteradas anualmente mediante cálculos elaborados pelo Chefe da Carteira, em processos devidamente instruído, que o submeterá ao Superintendente da Comissão de Produção Agropecuária para aprovação pelo Secretário da Agricultura".

As novas bases de indenização da Carteira Agrícola de Seguros contra a Geada para Horticultores, Floricultores e Fruticultores constam das tabelas aprovadas (SA-GB — Resolução s/n.º de 16-3-70 — DO-SP de 18-3-70, p. 10).

DESENVOLVIMENTO FLORESTAL — Vale do Paraíba — Preservação — Alteração

Com a nova redação dada ao art. 1.º da Lei n.º 10-116, de 1968 (BLA/68, p. 105), os maciços florestais de interesse público que se localizam em terras públicas, devolutas ou particulares e que não tenham perpétuidades asseguradas em lei, por não estarem abrangidos pelas situações enumeradas no art. 2.º do Código Florestal (Lei Federal n.º 4.771 de 1965), serão declarados de preservação permanente, nos termos do art. 3.º, letras "a" e "h", do citado Código, dentro dos limites estabelecidos (Decreto-lei s/n.º, de 3-4-70 — DO-SP de 4-4-70, p. 5).

FRUTO CÍTRICO — Permissão de Trânsito

O Instituto Biológico da Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária modificou o art. 8.º da Portaria n.º 21, de 1967, prescrevendo normas relativas ao escoamento de frutos cítricos produzidos em Municípios não liberados das zonas suspeitas 1, 2, 3 e 4. Revogada a Portaria n.º 42, de 1967 (SA-CP A — Portaria n.º 29, de 10-4-70 — DO-SP de 14-4-70, p. 10).

SEMENTES DE TRIGO — Venda — Preços

O Secretário da Agricultura fixou em Cr\$ 40,00 o preço para venda de sementes de trigo e de centeio, para a safra de 1969-70, em sacos de 50 quilos (SA-GB — Resolução s/n.º, de 25-3-70 — DO-SP de 26-3-70, p. 23).

COMBATE À SÊCA

Paralelamente 60 frentes de trabalho, criadas nos 8 Estados atingidos pela sêca, algumas outras medidas de caráter imediato foram tomadas pelo Governo Federal, visando contornar o problema. Além de todos os recursos, através de créditos adicionais, foi garantido apoio creditício à agricultura nas zonas atingidas, antecipação de recursos do Fundo Especial, antecipação da implementação dos projetos de habitação, abastecimento de água e esgoto, em pelo menos 40 cidades, ainda este ano.

INDUSTRIA METALURGICA N. S. DA APARECIDA S. A.

ESCRITÓRIO EM SÃO PAULO:
Rua Líbero Badaró, 471 —
20.º and. - Tel. 32-9339
Caixa Postal: 8070



USINA EM SOROCABA:
E. F. S. - "DESvio THOMAZ"
RUA JURUÁ N.º 113
TEL.: 2-0052 - C. POSTAL, 40

ENXADÃO

“ZAP”

Marca Registrada

LEGÍTIMO

INTEIRIÇO DE
AÇO CARBONO

DA MAIS ALTA QUALIDADE
TEMPERA GARANTIDA



REFERÊNCIA
N.º 2538

ESTREITO
CÔR PRETA

CORTE POLIDO

ESCRITÓRIO NO RIO DE JANEIRO:

Avenida Rio Branco, 39 - 18.º andar, sala 1801 - Fone 223-3597

RAÇÕES



PARA PRODUÇÃO DE

LEITE e CARNE

GADOLUX 24

com 24 % de proteínas digestíveis
(30 % total) e 20.000 U. VIT. A
por quilo

GADOLUX 18

com 18 % de proteínas digestíveis
e 22 % total

Cia. Luz Stearica

Moinho da Luz

Rua Benedito Otoni, 23 e 24

Rio de Janeiro - GB

Tels.: 228-0489 - 228-3022 - 228-6063